



**UnB**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MODALIDADE PROFISSIONAL – PPGE-MP

MARIA DOS REMÉDIOS RODRIGUES

A CULTURA POLÍTICA CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO  
HUMANA: NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

BRASÍLIA-DF

2020

MARIA DOS REMÉDIOS RODRIGUES

A CULTURA POLÍTICA CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO  
HUMANA: NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE/MP) – da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa II: Desenvolvimento Profissional e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Matos de Souza

Coorientador: Prof. Dr. José González Monteagudo

Brasília - DF

2020

MARIA DOS REMÉDIOS RODRIGUES

A CULTURA POLÍTICA CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO  
HUMANA: NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE/MP) – da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, Linha de Pesquisa II – Desenvolvimento Profissional e Educação.

Avaliada em 30 de junho de 2020, pela banca examinadora constituída pelos(as) seguintes professores(as):

BANCA DE DEFESA

Prof. Dr. Rodrigo Matos de Souza – Universidade de Brasília (UnB)  
(Orientador)

Prof. Dr. José González Monteagudo – *Universidad de Sevilla/Espanha*  
(Coorientador)

Prof. Dra. Paula Balduino de Melo – Instituto Federal de Brasília  
(Membro externo)

Prof. Dr. Fernando Bomfim Mariana – Universidade de Brasília (PPGE-MP/FE)  
(Membro interno)

Prof. Dr. Ricardo Castaño Gavéria – *Universidad San Buenaventura/Colombia*  
(Suplente)

Brasília – DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR696c Rodrigues, Maria dos Remédios  
A cultura política crítica como possibilidade de  
emancipação humana: notas sobre os Movimentos Sociais /  
Maria dos Remédios Rodrigues; orientador Rodrigo Matos-de  
Souza; coorientador José González Monteagudo. -- Brasília,  
2020.  
182 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Educação)  
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. Consciência política. 2. Movimentos Sociais e formação.  
3. Luta. 4. Emancipação social. I. Matos-de-Souza, Rodrigo,  
orient. II. González Monteagudo, José, coorient. III.  
Título.

Dedico esse ensaio às minorias políticas, em especial, pobre, Sem Terra, mulher e negro, que são excluídas da sociedade, desde a existência. Àqueles que, por meio da luta, buscam uma forma de viver dignamente, apesar dos conflitos que precisam enfrentar dia a dia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para minha formação enquanto estudante e pesquisadora, principalmente como ser humano, fazendo-me reconhecer o potencial emancipador dos Movimentos Sociais, os quais, mesmo em tempos de fúria, estão em busca de um novo horizonte. Em princípio, o agradecimento se estende àqueles que me impulsionaram a caminhar até aqui: o Programa de Formação do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, por me oportunizar espaço e tempo para a formação política sindical dentro dos princípios da justiça, inclusão e solidariedade. Também, a Jeová Simões, por contribuir com minha emancipação política ao me desafiar com provocações e reflexões durante o ato interpretativo. Às amigas Ellen e Dayse e ao amigo Marcelo, os quais, desde o princípio, (momento da inscrição) percorreram esse caminho de mãos dadas comigo, seja ao tirar dúvidas e/ou a superar os obstáculos encontrados durante o percurso formativo. Aos colegas de turma – Túlio, Rafael, Anne, Igor, Fabrícia e Adna – que se transformaram em amigos, pelo suporte e incentivo nos momentos de angústia e insegurança. Agradeço também aos meus mestres – Débora, Pedro Demo e Herrera – por me mostrarem que a vida é repleta de desafios; e à Rita, embora não tendo a oportunidade de ser sua aluna oficialmente, me agregou a sua vida acadêmica e acreditou na minha capacidade sem ao menos me conhecer. À banca de qualificação – Paula Balduino de Mello, Fernando Bomfim Mariana e José González Monteagudo – pela disponibilidade em contribuir com meu trabalho com considerações que o enriqueceram. À banca de defesa – Paula Balduino de Mello, Fernando Bomfim Mariana e Ricardo Castaño Gavéria – que generosamente aceitou esse desafio. Em especial, ao meu Professor orientador Rodrigo Matos de Souza e a sua família, assim como ao meu Professor e coorientador José Gonzalez Monteagudo e a sua esposa, pelo o amor, carinho e proteção dispensados a mim, princípios freirianos que embasam a aprendizagem. Somente quem tem a oportunidade de conviver com esses dois seres humanos podem saber do que estou falando.

A assinatura da autoria desta pesquisa é minha, mas a produção se tornou possível por meio da dedicação, paciência e sabedoria de todos vocês.

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que me concedeu o afastamento de minha atividade docente para estudos, por dois anos, me permitindo dedicação exclusiva ao mestrado.

*Acredita-se, com frequência e com criminosa leviandade, que politizar as massas é dirigir lhes episodicamente um grande discurso político. Pensa-se que basta o «leader» ou um dirigente falar em tom doutoral das grandes coisas da actualidade para cumprir esse imperioso dever de politização das massas. Mas politizar é abrir o espírito, despertar o espírito, dar luz ao espírito. É, como dizia Césaire: «inventar almas». Politizar as massas não é, não pode ser, fazer apenas um discurso político. É contribuir com todas as forças para a compreensão das massas de que tudo depende delas, que se nós estagnamos é por sua culpa e se avançamos também é por elas, que não há demiurgo, que não há qualquer homem ilustre responsável por tudo, que o demiurgo é o povo e que as mãos mágicas são unicamente as mãos do povo [...]. (FANON, 1965, p. 104).*

## RESUMO

A partir de uma breve contextualização do panorama político contemporâneo, que experimenta crescentes movimentos de cunho conservador, este ensaio teórico-analítico busca analisar o processo de formação da cultura política crítica dos Movimentos Sociais – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento Feminista (MF) e Movimento Negro (MN) – e seus impactos na sociedade. Para tal, realiza um contexto histórico do par Movimento Social e processo de formação crítica, sem esquecer da existência de Movimentos Sociais reacionários. O ensaio concomitantemente aborda as relações entre leitura da realidade, luta, resistência, igualdade de gênero e racismo a respeito das minorias políticas – chave importante de análise da sociedade contemporânea. Nesse contexto, a presente pesquisa emprega a abordagem teórico-metodológica de levantamento documental e bibliográfico, que apresenta o processo de formação dos Movimentos Sociais, submetendo-os a um exercício crítico-interpretativo gadameriano, por meio do qual se tensiona a prática formativa das minorias políticas a partir da noção de *Bildung*. O método selecionado foi a bricolagem, no qual o ato interpretativo desvela sentidos e significados expressos pelos sujeitos institucionais envolvidos na pesquisa. Os achados resultantes desse ensaio apontam que a cultura política crítica desenvolvida pelos Movimentos Sociais contribuem, sobretudo, para a emancipação humana, especialmente das minorias políticas, com fins de resistir à manutenção do *status quo* e ao controle social do pensamento crítico e autocrítico, tecido a partir do não interesse em instigar à cultura política crítica, e, concomitantemente, a apresentação de novas formas de luta.

**Palavras-chave:** Consciência política. Movimentos Sociais e formação. Luta. Emancipação social.

## ABSTRACT

From a brief contextualization of the contemporary political panorama, which experiences growing conservative movements, this theoretical-analytical essay seeks to analyze the formation process of the critical political culture of the Social Movements – Movement of Landless Rural Workers, Feminist Movement and Black Movement – and their impacts on society. To this end, it performs a historical context of the Social Movement pair and a critical formation process, without forgetting the existence of reactionary Social Movements. The essay concomitantly addresses the relationships between reading reality, struggle, resistance, gender equality and racism regarding political minorities – an important key for the analysis of contemporary society. In this context, the present research uses the theoretical-methodological approach of documentary and bibliographic survey, which presents the formation process of Social Movements, submitting them to a Gadamerian critical-interpretative exercise, through which the formative practice of minorities is strained. politics from the notion of *Bildung*. The method selected was bricolage, in which the interpretative act reveals meanings expressed by the institutional subjects involved in the research. The findings resulting from this essay point out that the critical political culture developed by the Social Movements contributes, in a major way, to human emancipation, especially of political minorities, with the purpose of resisting the maintenance of the status quo and the social control of critical and self-critical thinking, woven into from the lack of interest in instigating critical political culture, and, at the same time, the presentation of new forms of struggle.

**Keywords:** Political awareness. Social movements and training. Struggle. Social emancipation.

## LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CNE	Conselho Nacional de Entidades
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSI	<i>Creation Studies Institute</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESG	Escola Superior de Guerra
FNMU	Fórum Nacional de Mulheres Negras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexual e mais
MBL	Movimento Brasil Livre
MF	Movimento Feminista
MG	Minas Gerais
MINC	Ministério da Cultura
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação étnico-racial
ONG	Organização Não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PR	Paraná
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

SBPC	Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINPRODF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UERJ	Universidade do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNEGRO	União de negros Para Igualdade
UNICAMP	Universidade de Campinas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
Da ausência de cultura política à atuação: processos formativos .....	14
Conjuntura brasileira e relevância do objeto de pesquisa.....	19
Justificativa, objetivos e questão da pesquisa .....	20
<b>1 CONVERSAS METODOLÓGICAS .....</b>	<b>31</b>
1.1 O método <i>bricolage</i> e o curso da pesquisa .....	35
1.2 Fonte da pesquisa: Movimentos Sociais.....	37
1.3 Proposta de análise .....	41
<b>2 O PODER DA QUALIDADE POLÍTICA .....</b>	<b>43</b>
<b>3 A DINÂMICA POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....</b>	<b>64</b>
<b>4 MOVIMENTO FEMINISTA: HISTERIA OU REAÇÃO AO PATRIARCADO? .....</b>	<b>93</b>
<b>5 ROMPENDO A CORRENTE: A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO. ....</b>	<b>124</b>
<b>6 CONVERSAS PARA ABRIR CAMINHOS: ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>149</b>
<b>CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICE A – Produto Técnico .....</b>	<b>175</b>

## INTRODUÇÃO

Por se tratar de uma pesquisa no horizonte das histórias de resistência ao capital e a suas entranhas, por meio da cultura política, aspiro iniciar pela minha narrativa pessoal e de como ela tece o objeto de estudo deste trabalho. Desse modo, começo minha narrativa do momento em que obtive contato com a formação política, transitando pela atuação profissional, por presumir quão importante é reverberar sobre minha trajetória, e, portanto, sobre a cidadã em processo de emancipação humana na qual venho me constituindo na cultura política.

Não é sobre ter convicção de que estou do lado certo ou equivocado da história, é sobre ter consciência de que a aquisição e aplicação de conhecimentos epistemológicos pode impactar a vida das pessoas que estão a meu redor, a minha própria vida e, conseqüentemente, a vida em sociedade. A cultura política ou a ausência dela pode provocar mudanças nos sujeitos, pois, como afirma Ribeiro (2011), política é a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas. Ou seja, é o convívio das ideias, o trato da nossa vida comum. Então, sentir e perceber meu comportamento sendo alterado e influenciado a partir da educação política, acordou em mim a necessidade e o desejo de registrar essa mudança, via escrita, do meu próprio processo de reflexão sobre a sociedade, sobre quem somos, sobre o que fazemos, sobre o porquê fazemos e sobre para quem fazemos.

Ao reconhecer o meu lugar de fala como legítimo, ao ter essa percepção e realizar esse registro, para mim, torna-se uma constatação de que essa produção em si já é um tipo de autoformação política, pois faz de mim uma pesquisadora interessada em me qualificar, em provocar mudanças e contribuir na formação de outrem, para que juntos façamos as críticas e reflexões do que está posto. E, quem sabe, mudar o curso da história. Eu me transformei. Quem sabe outras pessoas se transformem? No entanto, reconhecer esse lugar de fala não foi (ainda não é) tarefa fácil, pois se trata de um processo árduo que vem se constituindo a cada leitura, a cada acesso ao conhecimento, a cada quebra de paradigmas. Então, acredito ser de suma importância refletir sobre minha experiência com a formação política, pois penso que as mudanças são motivadas não apenas por uma decisão interna ou por mero desejo, mas por serem, também, frutos de um contexto. Nesse sentido, concordo com Freire (1967) quando afirma que o aprendizado e a tomada de consciência estão intimamente conectados à situação real vivida pelo educando, e nunca devem se separar. A conscientização, muitas vezes, sinaliza o início da busca de uma posição de luta, e o exercício dessa consciência requer uma ação contra-hegemônica de resistência ao capital. Dessa forma, segundo Kilomba (2019) os

colonizados não se enquadram como vítimas passivas, muito menos como cúmplices voluntários da dominação, pois encontram-se na busca por um espaço de fala que seja de fato ouvida, que seja considerada conhecimento científico e não apenas uma fala emotiva e parcial.

Assumi essa posição de luta durante a formação política que experienciei. Nela, tomei consciência de classe. Nesse contexto, concordo com Caraballo Román (2015) quando destaca o papel da formação política como processo de conscientização, consciência de pertencimento. Durante toda a minha infância e meados da idade adulta eu ouvia: “comunista come criancinha”; eram expressões desse tipo que ecoavam nos meus ouvidos, pelos corredores da casa onde morava, vindas da boca de minha mãe e demais pessoas do círculo de convivência. Como diz Benjamin (1987), essa era a versão narrada pelo ponto de vista dos vencedores. Também, na escola, fui alfabetizada nessa mesma linha de pensamento. Uma educação voltada para o decoreba, para o reproduzir, para a repetição, sem espaço para a reflexão e a criticidade. Nesse meio tempo, recordo de dois professores de história do Ensino Fundamental, Rosângela e Izaac. Ambos procuraram, de todas as formas, fazer com que eu entendesse as amarras do capitalismo, mas essa questão estava arraigada em mim de forma consistente. Outro ponto que também pode ter contribuído para essa resistência foi, talvez, a imaturidade. Eu tinha apenas 12 anos e já cursava a 6ª série, atual sétimo ano. Vem à minha lembrança a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989. Momento em que vi tristeza nos olhos do professor Izaac ao observar que eu era Collor. Perdão, professor.

Cresci cercada dessas falácias, as quais, durante muito tempo, me manipularam. Essa etapa de transição foi marcada pela descoberta da necessidade de me libertar dos liames do sistema capitalista e lutar pela democracia, pelos direitos humanos. Foi aquele instante em que você se depara com conflitos internos e externos, que mexem com seu “bem/mal estar social”, e que você passa a almejar emancipação para si e para o outro. Como aborda Sánchez Londoño (2012), ao dizer que a sociedade precisa ser constituída pelo pensamento do outro e do nosso para que seja justa e equilibrada, mesmo que não alcance o nível de igualdade, mas que se ajuste às necessidades de cada um e cada uma, para que assim seja pensada, baseada nos princípios de solidariedade, colaboração e cooperação. Dessa forma, a educação se apresenta como fundamental na construção desse processo, formando o sujeito no bem comum, cercado de coletividade, porém, sem negar sua individualidade.

Para que mudanças como essa se materializem é preciso conscientização, que tem sua dimensão ética em Freire (1967):

Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho; finalmente, se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo quando não o saibam. (FREIRE, 1967, p. 11).

Portanto, a luta parte da conscientização. É por meio dela que nos tornamos revolucionários e buscamos intervir na sociedade. Mudar o que está posto pelo Estado é papel de cada um de nós, e acredito que a luta dos Movimentos Sociais, vinculada a questão dos Sem terra, da mulher e do negro, possa contribuir sobremaneira para essa transformação. Eu, mulher, negra, nordestina e trabalhadora, demorei muito tempo para mudar de opinião, de conceitos arraigados em mim, sobre temas como racismo, feminismo, direitos humanos, fome. Hoje, agradeço o acesso à cultura política, que me afrontou cada vez que eu falava/pensava alguma imbecilidade acerca de uma realidade que também era minha e que nem eu mesma me dava conta.

### **Da ausência de cultura política à atuação: processos formativos**

Em meio a uma educação voltada para atender ao mercado de trabalho, me tornei professora de Atividades<sup>1</sup> do Ensino fundamental: Anos Iniciais. Além da formação no curso de Magistério em Instituição de direito privado e sem fins lucrativos denominada Fundação Bradesco<sup>2</sup>, subsidiada pelo Banco Bradesco, foram sete anos atuando em escolas particulares no Ensino Fundamental: Anos Iniciais, tecendo desde os conteúdos até a metodologia a ser aplicada em sala de aula, com uma estrutura física e material de qualidade para trabalhar. Apoio pedagógico não faltava, inclusive cursos de formação de acordo com a ideologia da instituição. Seguia com excelência o passo a passo, o como fazer, o manual distribuído pelas proprietárias das escolas e demais funcionárias, acreditando ser a “melhor professora do mundo”, pois eu não possuía outro referencial, aquele era o meu paradigma. Não realizava nenhum tipo de questionamento, apenas obedecia. A meu entender, naquela ocasião, atuar

---

<sup>1</sup> Nomenclatura utilizada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para designar o professor da Educação Básica que atua no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

<sup>2</sup> Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Osasco (SP) que se instala em regiões de alta vulnerabilidade e risco social. Os recursos para o custeio das atividades são provenientes de rendas exclusivas de seu próprio patrimônio. A Fundação onde estudei está localizada na área periférica da Ceilândia/Distrito Federal. Região que surgiu a partir da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), depois de o então governador Hélio Prates da Silveira constatar que a existência de áreas irregulares era um dos maiores problemas sociais do DF. Uma comunidade conhecida como berço dos nordestinos na capital do país, extremamente violenta, carente e marcada pela presença da maior favela da América Latina nomeada de Sol Nascente.

daquela maneira era ser profissional de excelência. Depois de percorridos estes anos, cansei daquela situação e decidi mudar de vida. Simplesmente pedi conta do emprego e saí à procura de novos horizontes. Na verdade, naquele momento específico eu não sabia exatamente como começar e nem porque, mas sentia a necessidade da transformação latejando dentro de mim.

Durante um ano trabalhei como professora em regime de contratação temporária na rede pública e eis que, em 2003, fui aprovada no concurso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), depois de três tentativas. Ao assumir o cargo de professora na rede pública reproduzia a didática e metodologias aprendidas e aplicadas no Magistério e nas escolas particulares nas quais atuei. Era vista como uma professora competente, responsável e querida por todos.

Em uma das escolas públicas em que atuei conheci uma professora chamada Marinêz. Como eu gostava de ouvir sua fala nos momentos de coordenação coletiva, como eu queria ter empoderamento para intervir daquela forma. Uma oratória argumentada e vivenciada. Com exceção de Marinêz, as demais que lá estavam participando da reunião, inclusive eu, não se posicionavam, não questionavam o que era posto pelo diretor/coordenador da escola, e quando o faziam não mostravam conhecimento de causa, não possuíam fundamentação necessária para provocar reflexões, discussões. A coragem, a habilidade e a resistência emanavam de Marinêz. Desse ponto em diante, comecei a me juntar a ela, a tomar partido, a fazer escolhas. Eu queria também adotar aquela postura atuante. Só não sabia como.

De repente, entre uma conversa e outra na sala dos professores, em momento de coordenação pedagógica na escola, começou o processo de mudança em minha vida. Tudo principiou, em 2007, quando fui apresentada por uma professora, colega de trabalho, ao Programa de Formação do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO/DF) para compor a turma do Curso de formação sindical básico. Ela mesma não participou do curso. Foi lá que, pela primeira vez (pelo menos de forma consciente), entrei em contato com a cultura política, momento em que obtive tomada de consciência de classe. Ao ter contato com a formação política, como afirma Freire (1967), o homem deixa de ser mero espectador e passa a ser participante do processo histórico-democrático. Assim, acontece uma implicação nessa tomada de consciência, pois a educação crítica é voltada para a decisão, para a responsabilidade social e política.

Em seguida, participei do Curso de Formação Avançada ofertado pelo SINPRO/DF e daí em diante passei a compreender melhor a realidade; a questionar o porquê de determinadas situações; a enxergar a força da colonização em nós, brasileiros; a fazer análise de conjuntura; a me conhecer como pessoa, mulher, negra (assim me considero). Sobretudo, a

reconhecer o horizonte de possibilidades disponibilizadas à minha frente, o qual me levou a assumir responsabilidade cidadã e a materializar a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, para que, conseqüentemente, sendo professora, pudesse intervir para mudanças significativas no país. Minhas aulas já não eram as mesmas. Como advoga Caraballo Román (2015), acontece uma mudança de vida devido ao acesso ao conhecimento, uma troca na forma de ver e entender a realidade, em outros termos, acontece a quebra da ingenuidade. Temas como feminismo, negritude, exploração do trabalho infantil, greve e mobilização passaram a fazer parte do currículo trabalhado em sala de aula. Sem falar na abertura dada, via cultura política de conhecimento, a respeito dos Movimentos Sociais. O que houve, de fato, foi uma transformação no tocante a minha postura profissional, pessoal e social. Nesse sentido, de acordo com Gadamer (1999), essa formação só é possível se o sujeito for receptivo ao diferente, estiver aberto ao novo, a outros pontos de vista. Naquele momento, eu me sentia pronta para a mudança.

Desde então, me constituí como militante participando das assembleias, aderindo às greves, frequentando encontros formativos sindicais/políticos/sociais, atuando em diferentes funções na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) como coordenadora local, supervisora, articuladora, coordenadora intermediária, assessora pedagógica da Regional de Ensino de Samambaia e membro do Conselho Nacional de Entidades (CNE), vinculado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Em alguns destes espaços, atuei como delegada sindical e fiz amigos de luta e de vida. Nessa direção, concordo com Rivero e González-Monteagudo (2013) quando nos dizem que a participação nas lutas, em situações de conflito, em assembleias e greves, desenvolve processos formativos coletivos, pois os trabalhadores se produzem a si mesmo contra o capital. Em outras palavras, a formação dá sentido à vida. Também, com Alba Fernández, García Pérez e Santisteban Fernández (2012) quando advogam que se aprende a participar participando de questões sociais relevantes e pertinentes, independente do contexto educativo.

Então, a cada convite feito na área educacional, um convite aceito e a oportunidade de observar e constatar que a cultura política não se fazia presente na educação, pelo menos não como deveria ser. Poucos profissionais estavam atentos ao que se passava na escola, no mundo, poucos buscavam a mudança do que estava posto, quiçá ter sede de contribuir para a transformação e emancipação da sociedade.

Neste momento, cabe historiar conjuntamente a respeito da convivência com um dos educadores populares do Programa de formação do SINPRO/DF, que se tornou uma pessoa importante politicamente em minha vida. A cultura política adquirida por mim, passa

diretamente por ele, que se transformou em uma espécie de *political staff*<sup>3</sup>. Não há como negar sua influência. Cada conversa, cada diálogo, cada olhar e cada escuta se transformavam em aprendizado. Uma aprendizagem voltada para a importância da luta em prol das minorias políticas, da conquista e da manutenção dos direitos trabalhistas e humanos, da dignidade, pois, além de professor, também é advogado. Nossas conversas se pautavam em questões sociais que permeiam a conjuntura do povo brasileiro e, evidentemente, a cultura política e/ou a sua ausência. Todas essas contribuições, sempre, possuíam como alvo alcançar a qualificação política para resistir às atrocidades enfrentadas pelos estudantes e pelos colegas de profissão. Por vezes, esse educador popular foi a alguns dos espaços públicos nos quais atuei, fazer debates sobre essas temáticas, atendendo aos meus pedidos. Em cada pronunciamento dele, surgia um olhar questionador e reflexivo dos profissionais que ali estavam. Concomitantemente, indicavam desconhecimento do que ouviam e transpareciam reflexões do tipo: Será que é assim mesmo? Como nunca pensei nisso? Atitudes, comportamentos que me levaram a ter interesse ao estudo da cultura política.

Nessa perspectiva, de acordo com Vygotsky (2000) e Moscovici (2003), resguardadas as nuances entre teorias, existem três elementos essenciais ao desenvolvimento do sujeito, a saber: ele próprio, o mundo ao seu redor e a relação que os conecta, sendo que essa relação entre o eu e o mundo implica interação. Para falarmos sobre a constituição do sujeito, primeiro, recorremos a teoria Vygotskyana, na qual, de acordo com Magalhães (2014, p. 243), “[...] o sujeito é constituído quando está em atividade, a qual se configura em determinado momento do desenvolvimento como sendo de natureza semiótica, isto é, marcada pelas operações com signos que intermediarão o que poderá “vir a ser” um objeto [...]”. Dito isso, o eu se constrói na relação com o outro, em um sistema de reflexos reversíveis, em que a palavra desempenha a função de contato social, ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social e da consciência. Segundo, no mesmo viés de Vygotsky, temos a teoria Moscovicianiana, na qual, de acordo com Magalhães (2014, p. 246), o sujeito é:

[...] ativo no processo de constituição de sua dimensão subjetiva, através da conexão semiótica que estabelece com a sua realidade social. Ao considerar que as leis constituintes dessas representações (“coletivas”) são, na realidade, elaboradas por uma construção interligada entre as leis ditas “individuais”, o autor também vislumbrava a quebra da dicotomia individual/coletivo nas ciências humanas. É dessa retomada crítica do conceito durkheimiano de representações coletivas que Moscovici formula o seu conceito de representações sociais, levando em conta a relação estabelecida pelas instâncias subjetivas do sujeito com o mundo externo na análise de sua construção social. (MAGALHÃES, 2014, p. 246).

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para designar uma pessoa e/ou equipe política que contribui para a formação de outrem.

Em outras palavras, há um processo dialético entre os elementos que configuram a constituição do sujeito, somos formados por essa dialogicidade, como salientam Pereira e Rosa (2017, p. 95), “[...] que se estabelece entre as diferentes culturas, com as quais convivemos, permite a superação dos limites impostos pelas normas que regem o contexto no qual estamos inseridos [...]”.

Assim, vem sendo constituída minha identidade cultural. Como diz Gohn (2011), a identidade cultural se constrói no processo interativo, pois a cultura é uma força, plena de significados, que demarca diferenças nessas significações, nos apresentando novas formas de ver o mundo. É atividade, é ação, é experiência. Uma identidade da qual me orgulho e um passado que me entristece ao comprovar, por intermédio da cultura política, que a concepção de educação adotada por mim, no passado, e admirada por aquelas pessoas que me rodeavam à época, não passava de uma postura alienada e reprodutora do comportamento capitalista vislumbrado pela sociedade. Segundo Frigotto (1995), um comportamento altamente egoísta, competitivo, voltado para o empreendedorismo avassalador que destrói a natureza e ao outro, e, como consequência, a si mesmo. Os valores humanos estão em conflitos devido à lógica desse sistema que é marcado por relações de exploração, dominação e opressão.

Em Marx e Engels (2002) há o desejo por uma sociedade na qual a classe trabalhadora ascenda politicamente. Essa ascensão é vista como uma possibilidade futura a ser materializada, justamente por causa da disputa política direta com o capital, pois seus defensores pregam a formação para atender as demandas do mercado, em vez de formar para emancipar.

O bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto, sucumbiram a um único propósito: sobreviver no sistema. Uma luta incessante contra o capital que nos aprisiona, nos endurece, nos fazendo esquecer de olhar para o outro. Nesse aspecto, Feffermann (2018, p. 111) contribui ao apresentar que “[...] o resultado é que a dimensão do outro desaparece: a perspectiva de uma vida em comunidade e dos propósitos humanos se deteriora no conjunto da vida social [...]”.

Com tudo isso, arriscaria a dizer que o ser humano está deixando de ser humano. Pudera eu voltar no tempo! Se consigo bem me expressar, posso relatar que, presentemente, sou uma incansável estudante em rastreio de formação para entender divergências de interpretação quanto a vida política da sociedade por parte de mim e dos outros. E como diria Ricoeur (2006), as histórias de vida se mesclam; se entrelaçam umas com as outras; se tornam

experiência *princeps* do assunto em questão, porque a identidade pessoal é constituída em meio à pluralidade, embora isso não ocorra sem conflitos.

### **Conjuntura brasileira e relevância do objeto de pesquisa**

A sociedade brasileira vive uma crise econômica, social e política, conseqüentemente, educacional, provavelmente causada pelo capital que estimula a competitividade, o consumismo, o individualismo e a intolerância, como argumentam Frigotto (1995) e Freitas (2018). Sobretudo, Mariana (2017) acrescenta que a sociedade vem se tornando vigilante, controladora e punitiva, consolidando o terrorismo de Estado contemporâneo. Apontar um novo caminho em meio ao caos vigente é certamente um desafio. A cultura política pode reverter esse quadro e, através desse fator, possibilitar a emancipação, pois é por meio da política que a classe dominante exerce seu poder e sua dominação sob a classe-que-vive-do-trabalho, termo criado por Antunes (2009).

Uma questão preocupante que vem fazendo parte da vida dos brasileiros se refere ao programa neoliberal/ultraliberal do governo Jair Messias Bolsonaro, que visa o investimento econômico em defesa militar, ao invés de investir em melhoria social, chegando ao ponto de modificar o estatuto do desarmamento, ampliando a liberação do uso de armas de fogo. Nessa colocação transparece uma antinomia, pois, ao mesmo tempo em que aplica a política do Estado mínimo para o que não lhe é de interesse, utiliza esse mesmo Estado para investir naquilo que fortalece sua defesa.<sup>4</sup>

Na linha desse pensamento, Freitas (2018, p. 913) advoga que:

É importante que se coloque no centro do entendimento desta proposta que, para estes neoliberais, a liberdade social e pessoal está fundada na liberdade econômica. Para ele, toda vez que a democracia liberal falha em garantir a liberdade econômica, permitindo que seja cerceado o “direito natural” de acumular privadamente, ela compromete a liberdade social e pessoal.

Assim, a dimensão econômica tece a dimensão educacional de forma a ditar estratégias que atendam a interesses próprios, em benefício do acúmulo de riqueza, por meio da exploração do trabalho e da mais valia.

Diante disso, a premissa que norteia este trabalho é que a educação assume papel mediador e político fundamental na transformação social, objetivando a emancipação

---

<sup>4</sup> Agamben (2004) diz que o “estado de exceção”, em sua forma arquetípica, se caracteriza pela suspensão temporária do ordenamento jurídico, por força de uma decisão soberana, sendo aplicado mais como técnica de governo do que como uma medida excepcional, o que comprova a posição do Estado diante investimento econômico naquilo que lhe é de seu interesse.

humana. Esta, por sua vez, sofre múltiplas determinações, tanto da questão política quanto da realidade histórica e social. É, também, no processo educativo que acontece a passagem da opressão para a elevação dos níveis de consciência da classe-que-vive-do-trabalho. Então, o foco desse ensaio, a cultura política dos Movimentos Sociais, incide sobre nosso próprio momento histórico e nos leva a refletir sobre a relação conflitiva sustentada pelo preconceito e ignorância marcados pelo fascismo, racismo e patriarcado, entre educação e Movimentos Sociais. Como aborda Pietrafesa (2016), esses conflitos se mostram como criadores de espaços para a consolidação de uma nova forma interpretativa da realidade do dia a dia, se tornando resistência ao capital dominante.

Nesse sentido, Hobsbawm (2000, p. 33) sublinha que: “[...] desejo refletir como historiador, sobre a natureza e o papel da consciência de classe na história, partindo do pressuposto de que estamos todos de acordo quanto a uma proposição básica: que as classes sociais, o conflito de classe existe e desempenham um papel na história [...]”. Portanto, enquanto educadores, não podemos nos esquivar desse papel.

Como relevância desse objeto pesquisado, destaca-se a contribuição que essa pesquisa traz para o âmbito científico, pois tem como diferencial a produção de conhecimento acerca de temática atual, mas com estudos incipientes. Assim, se trata de um assunto de caráter prospectivo, que pode gerar inúmeras investigações, desde o profissional ao social, podendo contribuir para o desenvolvimento de uma aceitação propositiva por parte da sociedade, ora direcionado pela reflexão-ação-reflexão e pelo entendimento da necessidade de uma mudança de paradigmas e também da provocação ao vivido e à tentativa de produzir outro mundo.

### **Justificativa, objetivos e questão da pesquisa**

A era inaugurada pela eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro tem sido marcada pela ascensão do que vem sendo chamado de fascismo, ao mostrar o racismo como cerne, reinventado desde as igrejas até a ofensiva militar-empresarial, de neofascismo, bem como de movimentos reacionários como a Escola sem partido, com aspectos cada vez mais claros de barbárie (CÁSSIO, 2019). Inclusive, segundo Melo *et al.* (2019, p. 22), se trata de uma “[...] ascensão institucional e legitimada do discurso conservador e fascista que subjuga e reforça a posição de subalternidade das minorias políticas [...]”, com ações interventivas diretas à educação que se estendem a constituição de escolas militarizadas.

Tais acontecimentos sugerem que vivemos sob o marco comportamental de uma sociedade que se apresenta acrítica, desacreditada na democracia e seguidora de *fake news*,

comportamento que está na estrutura das ações do Governo eleito, sendo aplicado como instrumento de poder sob a sociedade.

Não é necessário esforço para encontrar nas redes sociais, com destaque para o *WhatsApp* e o *Facebook*, inverdades a respeito da atuação do profissional professor brasileiro, que vão desde a “ideologia de gênero”, ameaçadora da família brasileira a “mamadeira de piroca”, ameaçadora da formação de homens e mulheres. Baseado em Rovai (2018), falácias totalmente baseadas em suposições, divulgadas, reproduzidas, curtidas e compartilhadas em redes sociais se transformaram em verdades e, provavelmente, foram determinantes para o resultado final da eleição de 2018 à presidência do Brasil, nos deixando a impressão de que a verdade como valor acabou, e isso é preocupante. O que pode nos levar a refletir: Como pode uma informação tão distorcida, tão falha ou simplesmente falsa tornar-se uma quase-verdade?

Como se não bastasse a circulação de *fake news*, o professor ainda possui a desfavor, paradoxalmente, o Movimento Escola sem Partido e a elaboração do Projeto de Lei (PL n. 7.180/2014) Escola sem Partido<sup>5</sup>, comumente conhecido como Escola da Mordaca, alicerçado por uma neutralidade que não se configura no projeto, mas apenas no nome. No entanto, pensar que a Escola sem Partido é algo somente brasileiro seria um engano de nossa parte, pois a tendência se apresenta mundialmente e traz em seu histórico países como Estados Unidos da América – com o movimento denominado *No Indoctrination*, que surgiu da indignação de mãe de aluno que denunciava um dos professores por trabalhar a criticidade a respeito do racismo dos brancos contra os negros; o também americano movimento *Creation Studies Institute (CSI)*, de cunho religioso, que combate o ensinamento da teoria da evolução, entre outros temas, e já se faz presente na América Latina, especificamente na Colômbia,

---

<sup>5</sup> O Projeto de Lei – PL n. 7.180/2014 Escola sem Partido, que trata da liberdade de expressão dos professores, vinha sendo analisado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, mas foi arquivado, em 2018, após grande pressão dos movimentos contrários à censura, após 12 tentativas de votação do parecer do relator, o deputado Flavinho – PSC, sem sucesso. O texto estabelece que o poder público não se intrometerá no processo de amadurecimento sexual dos alunos, nem permitirá qualquer forma de “dogmatismo” ou “tentativa de conversão na abordagem das questões de gênero”. Ainda, estabelece seis deveres aos professores, que devem ser fixados em cartazes em todas as salas de aula do Ensino Fundamental e Médio do país. Em fevereiro de 2019 o PL foi desarquivado na Câmara dos Deputados. O desarquivamento foi solicitado pelo deputado Alan Rick (DEM-AC). O PL terá sua tramitação reiniciada do zero. O projeto aguarda criação de comissão especial temporária para sua apreciação. Após o desarquivamento, foram apensados outros projetos ao PL n. 7.180. São eles: o PL n. 258/19, de autoria de Pastor Eurico (PATRI-PE), o PL n. 375/19, de autoria de Alexandre Padilha (PT-SP), o PL n. 246/19, da deputada Bia Kicis PSL-DF. O PL n. 258 nada mais é que a reapresentação do PL n. 7.180. A reapresentação se dá na forma do último parecer às emendas apresentadas ao substitutivo, no ano de 2018. Já o PL n. 375 dispõe sobre o direito à liberdade de opinião na educação e institui a “Escola Livre”, em oposição à proposta de censura. E o PL n. 246 permite que os estudantes gravem as aulas de seus professores e censura os grêmios estudantis. A medida vale apenas para a educação pública. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/antigo-pL-do-escola-sem-partido-e-desarquivado-na-camara1>. Acesso em: jul. 2020

tendo como principal liderança o professor universitário Edgar Palácio Mizrahi, vinculado ao movimento denominado de “uribismo”, composto por seguidores do presidente de extrema-direita Álvaro Uribe (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). Então, pode-se observar que não é de agora sua constituição e fortalecimento.

No tocante ao Brasil, a respeito da origem do PL n. 7180 (BRASIL, 2014), Bárbara, Cunha, Bicalho (2017) e Silveira (2019) apresentam informações semelhantes. Dizem que o projeto tem sua origem no Movimento Escola sem Partido – idealizado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, no ano de 2004 – como reação a um professor de história de sua filha que fez comparação entre Che Guevara e São Francisco de Assis. O advogado foi procurado pelo então Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, em 2014, para elaborar o PL que se espalhou pelo Brasil de forma rápida. Nagib não só atendeu ao pedido do deputado, como alimentou as redes sociais com modelos de PL semiprontos que foram utilizados por vários políticos de diferentes regiões brasileiras na composição de cerca de 180 projetos, de acordo com o último levantamento realizado pelo Movimento dos Professores Contra o Escola sem Partido, projetos análogos ao de sua criação, os quais são nomeados de forma semelhantes.

Ainda, segundo Klaus e Campesato (2019):

No cenário brasileiro, a polarização manifesta nos acontecimentos que antecederam e sucederam a campanha eleitoral de 2018 parece não nos deixar dúvidas de que este é um momento delicado. O racismo, a homofobia e o preconceito figuram no epicentro discursivo daqueles que clamam para si a detenção da verdade e da moral. Assistimos, estupefatos, ao extermínio de pessoas e de ideias. Vivenciamos ameaças a vidas e projetos. A educação, neste contexto, vê-se atacada com propostas como a da ‘Escola sem Partido’, em que se busca retirar da vida escolar o exercício do pensamento, a possibilidade de escolha e a liberdade pedagógica. (KLAUS; CAMPESATO, 2019, p. 608).

Para entendermos melhor o que realmente significa o PL n. 7.180/14, Frigotto (2017) destaca seu sentido ideológico e político como sendo um sentido autoritário que criminaliza as concepções de conhecimento histórico e de formação humana, os quais estão diretamente ligados a classe trabalhadora, além de adotar posicionamentos de intolerância e ódio aos Movimentos Sociais, em destaque ao Movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexual e mais) por não se encaixarem dentro de uma ordem binária, isto é, ou homem, ou mulher, e por estarem fora da ordem heteronormativa, que impõe às pessoas atração sexual direcionada ao sexo oposto.

González-Montegudo (2019) aborda esta mesma temática a nível internacional, quando acrescenta o antifeminismo, o racismo, o antiecológico, o autoritarismo, entre outras

questões que evidenciam aculturação política. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência. Ainda, a associação da intelectualidade de quem pensa criticamente ser somente de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT). Então, o adjetivo petista passou a ser atrelado a qualquer discordância do governo, tal como comunista. Baseado em Demo (2006, p. 59), “[...] é visão linear tosca imaginar que politização signifique exclusivamente uma face positiva, boa, da ativação da esfera política, assim como qualidade política não pode ser propriedade da esquerda [...]”, visto que ela ultrapassa a barreira da questão política partidária e alcança a política social.

Em meio a esse turbilhão, a doutrinação acontecia dentro das igrejas. A respeito dessa colocação, temos como exemplo do que acontece na prática a crise da doença Covid-19, por meio da qual as igrejas se apresentam como um dos principais bastiões da luta do bolsonarismo contra a ciência; também, as redes sociais nos revelando quem de fato manipula. Até porque, se a doutrinação acontecesse dentro das escolas, é provável que o mesmo não teria sido eleito. Em Fanon (1965) podemos verificar essa afirmativa, no tocante à febre amarela conjuntamente a dimensão da religião:

O retrocesso da febre amarela e os progressos da evangelização fazem parte do mesmo balanço. Mas os comunicados triunfantes das missões informam realmente acerca da importância dos sintomas de alienação introduzidos no seio do povo colonizado. Falo da religião cristã e ninguém tem direito a surpreender-se. A Igreja nas colônias é uma igreja de brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado ao caminho de Deus, mas ao caminho do branco, do amo, do opressor. E, como se sabe, nesta história são muitos os chamados e poucos os eleitos [...]. (FANON, 1965, p. 21-22).

O que foi aplicado por Fanon, a respeito da febre amarela, pode-se transportar para a Covid-19. Vivemos uma situação de retrocesso de uma doença viral em que a alienação tomou de conta das pessoas. É muito comum assistir à programas televisivos e constatar a solicitação de pessoas ditas cristãs pelo retorno ao trabalho; a crença em falácias referentes a medicamentos, como a ingestão de sabão e de álcool em gel como cura; a contrariedade à adoção do isolamento social; a corrida nas farmácias para a compra de cloroquina, desconsiderando a importância da coletividade, se apegando ao individualismo, descartando a ciência.

Como reitera Bourdieu (2007), a preocupação se estende a uma visão de mundo apresentada pela sociedade, ora pautada na individualidade, na intolerância e na distinção. O que pode trazer como consequência uma vida em sociedade marcada pela violência física e moral, na qual o bem-estar e a vida do outro deixa de ter importância.

Conforme Demo (2019b), nos deparamos com uma política excludente, com uma falta de leitura de mundo que vem, aos poucos, ampliando a desigualdade. Diante disso, faz-se necessária a cultura política, pois os brasileiros estão externando seus sentimentos de classe, como colocam Batista, Orso e Lucena (2019, p. 22):

Ao mesmo tempo em que tornam notório seu ódio às minorias (mulheres, negros, índios, gays, lésbicas), vociferam contra o comunismo sob o entendimento equivocado de que Partido dos Trabalhadores (PT), à frente do bloco no poder (2003-2016), estabelece políticas e ações comunistas, que ora seria centralizador, autoritário e marxizante, ora seria anarquizador e amoral.

Esse ódio externado pela sociedade às minorias políticas se fez presente de forma contundente e pública, via mídias sociais, tanto durante o período eleitoral como durante o tempo de governo do atual presidente. É visível e notório o aumento significativo da violência contra a mulher, contra o/a homossexual, contra o/a negro/a. De acordo a Cartilha de Enfrentamento à violência contra a mulher (2019, n.p.): “Entre janeiro e outubro de 2019, 27 mulheres tiveram suas vidas ceifadas, vítimas de feminicídio e do sistema patriarcal [...]”. Nessa mensuração não entram os casos de violência contra a mulher que não a levaram a morte física, embora tenham deixado marcas e dores inesquecíveis, isso sem contar com o silêncio que ainda é grande (AMORIM; NADER, 2019). Não obstante, segundo dados do Informe Anual (AMNSTÍA INTERNACIONAL, 2019), na América Latina 3.500 mulheres morreram, em 2018, por questões de gênero.

Para Solnit (2017) essa violência aplicada às mulheres se apresenta como forma de controle, de negação de tempo e espaço para falar sobre suas ideias, de evoluírem. As mulheres são ignoradas pelos homens, porque eles se acham no direito de controlar quem elas são e o que podem vir a ser. Em outros termos, a violência tem gênero, pode até não ter classe, religião e nacionalidade. A violência é autoritária e seu ponto de partida é o controle sobre a mulher.

Nessa direção, o papel das mídias sociais se voltou para o caminho da aculturação política, atuando como um dos dispositivos de poder hegemônico. Baseado em Gohn (2011), a educação desenvolvida na e pela mídia não vem sendo alvo de preocupação por parte dos educadores. Como resultado desse comportamento, enquanto os meios de comunicação se destacam como papel central na sociedade e na política, formando a sociedade, a escola deixou de cumprir o seu papel. Então, nas palavras de Gohn (2011, p. 43), “[...] a mídia não surge apenas como obra maquiavélica de controle das elites dominantes sobre a sociedade [...], mas é também sistema cultural e espaço de conflito, além de controle social [...]”. Há

também o outro lado das mídias sociais, a educação não formal e informal concomitantemente ao processo de aculturação.

Essa reflexão é corroborada por Mariana (2017), ao assinalar que:

Além dos impactos da cultura política na esfera da subjetividade do indivíduo, a esfera do diálogo coletivo também ganha novas características na conjuntura das novas tecnologias de informação e comunicação. Contraditórias entre si, permitem renovadas articulações em rede de resistência e luta social, por um lado, e atualização das formas de alienação política, por outro [...]. (MARIANA, 2017, p. 46).

Como exemplo para essa contradição temos a resistência nas ruas com o Movimento #ELENÃO, as ações formativas do MST de análise de conjuntura, a criação de blogs por militantes do movimento negro; ambas publicizadas via mídias sociais. Todavia, o que podemos inferir é que os Movimentos Sociais vêm buscando novas estratégias de organização e mobilização via mídias sociais. Castells (2005) assinala que o espaço em rede é um espaço de comunicação autônoma, por meio da qual a comunicação acontece e permite aos Movimentos Sociais se formarem e se relacionarem com a sociedade, se esquivando do controle dos donos da comunicação. Também, é importante lembrar que não há neutralidade nas tecnologias, pois elas servem aos interesses da elite dominante, visto que os donos do poder tecnológico agem em prol dos seus beneficiários, podendo contribuir, tanto para o processo democrático como para a disseminação do fascismo.

Com o intuito de aprofundar meus conhecimentos a respeito da cultura política, decidi ouvir outras vozes, entre elas, a dos Movimentos Sociais, que ora se apresentam como forma de resistência em posição de enfrentamento diante as ações governamentais. Nesse panorama, proponho como objetivo geral analisar o processo de formação da cultura política crítica dos Movimentos Sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento Feminista (MF) e Movimento Negro (MN) e seus impactos na sociedade. Para melhor compreensão, acrescento os seguintes objetivos específicos: 1. Relacionar cultura política crítica e pobreza política como base estruturante da historicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Feminista e Movimento Negro, articulado ao sentido da *Bildung* como constituição de identidade; 2. Perscrutar as possíveis influências da atuação política desses Movimentos Sociais e como elas interferem na transformação e emancipação humana; 3. Elaborar uma proposta de formação para professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, a partir dos preceitos da cultura política crítica e sua diferenciação na construção de uma sociedade emancipada.

Por meio dos objetivos selecionados, a questão central que norteia essa pesquisa é: Qual é o processo de elaboração da formação da cultura política crítica dos Movimentos Sociais a partir da noção da *Bildung*, com foco na emancipação humana? Como sabemos, os espaços educacionais são dinâmicos, muitas questões surgem, e já que a política se faz presente, por conseguinte, a defesa da política como base para a construção do conhecimento atinente a realidade histórica e social assume o papel mediador que objetiva a emancipação social. É no processo educativo que acontece a passagem da desigualdade para a igualdade, e o trabalho desenvolvido nos Movimentos está diretamente vinculado a esse processo. Percebe-se que as forças que lutam pela manutenção do *status quo*, por reproduzir uma educação tradicional elitista que deseja a manutenção da desigualdade, ao invés de emancipar o estudante filho do trabalhador, doutrina-o para repetir o passado de escravidão e alienação.

Em Gohn (2017), os Movimentos Sociais e a educação, historicamente, apresentam a cidadania como ponto em comum, objetivando a mudança e a transformação da sociedade. Falar do caráter educativo dos Movimentos Sociais, segundo Gohn (2011, p. 21), é falar de “[...] uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico [...]”. O que nos leva a entender que cultura política é um elemento transversal presente no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no Movimento Feminista e no Movimento Negro. Contudo, possuem elementos específicos que são o direito à terra, o direito à igualdade e o direito à inclusão, respectivamente, portanto, são lutas políticas. Cada um desses movimentos, no seu processo identitário, expressa uma variedade de formas de sobrevivência na sua relação com a sociedade. Isso faz com que apareça no cenário político reivindicações específicas a cada movimento, mas também, reivindicações em comum.

Esta dissertação buscou compreender que processos formativos os Movimentos Sociais produziram para adquirir cultura política crítica e de como esses processos formativos indicam outras possibilidades de se pensar a formação, concomitantemente, ao provocarem outras percepções de caminhos formativos fora da escola, impressos em suas ações políticas.

A dissertação está organizada em seis seções. A seção primeira, Conversas metodológicas, sistematizou sobre o método de pesquisa, ao situar princípios da pesquisa científica hermenêutica como metodologia, a *bricolage* como método, curso da pesquisa, fonte e proposta de análise. Na segunda seção, O poder da qualidade política, adentramos no conceito de qualidade política *versus* pobreza política, na história da cultura política ofertada pelos Movimentos Sociais do passado e do presente. Ademais, discorreremos sobre a importância da cultura política na atual conjuntura brasileira. Na terceira seção, A dinâmica

do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, dialogamos a respeito do processo de formação da cultura e atuação política do movimento, na busca pela leitura política da vida de forma consciente e crítica com fins revolucionários. Na quarta seção, Movimento Feminista: Histeria ou reação ao patriarcado?, tratamos da formação política em seus aspectos ativos e culturais, através da autoformação nas ruas e na academia. Na quinta seção, Rompendo a corrente: a história do Movimento Negro, ressaltamos a resistência, sobretudo da imagem mais sólida desenvolvida pelo povo negro, que é a de sua relação com o racismo. E na sexta seção, Conversas para abrir caminhos: análise dos dados, dialogamos a respeito das conquistas e derrotas experienciadas pelos movimentos.

A título de conclusão, apresento considerações preliminares que procura dar termo a esta dissertação sem, no entanto, fechar-lhe às potencialidades do além, na qual reafirmo a potencialidade da formação em cultura política como espaço/tempo de estudos em Educação crítica sustentada no viés democrático, emancipatório e cidadão.

A análise a respeito do processo de formação da cultura política crítica dos Movimentos Sociais esteve focada em situações/ações de educação baseada na *Bildung*<sup>6</sup>. Embora o termo seja polissêmico, e ciente dessa complexidade, para esse trabalho vamos nos ater a proeminência do conceito, da ideia de *Bildung* vinculada ao movimento de constituição da identidade<sup>7</sup>, como conceitua Matos-de-Souza (2015, p. 46-47) “[...] o trabalho de si mesmo em busca do aperfeiçoamento próprio [...]”, devendo ser pensada como um trabalho ético e político, a ponto do político se apresentar contra as ideias hegemônicas. Em Weber (2011), a *Bildung*, enquanto ideal pedagógico, significa formação, configuração. Nesse contexto, o recurso a *Bildung* foi proveitoso por permitir mostrar que cada Movimento Social segue a linha do tornar-se o que se é, pois constrói caminhos próprios dentro de suas diferenças, diversidades e objetivos, como também semelhanças, além dos propósitos de quebra ou manutenção do *status quo* dependendo do movimento.

Para Suarez (2005) o conceito de *Bildung* pode ser sintetizado na expressão “formação cultural”, devido a palavra alemã ter uma forte conotação pedagógica e designar a formação como processo, especialmente, o processo da cultura. Sobretudo, é utilizada para falar no grau de formação de um indivíduo, de um povo, de um movimento. Como a metodologia assumida

---

<sup>6</sup> A título de esclarecimento, existem outros caminhos para serem percorridos e discutidos acerca dessa questão, como a educação formal, que nos remete a uma educação conteudista representada pela escola, onde é sistematizada, seguindo documentos oficiais do país/Estado como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo; a educação informal, que se refere a um processo de caráter mais permanente, contínuo; e a educação não formal, que se trata de um processo mais amplo, que abrange questões de aprendizagem política.

<sup>7</sup> A *Bildung* compreendida como campo transdisciplinar que percorre desde o processo formativo a questões de forças históricas.

no estudo é de uma interpretação que desvela sentidos e significados expressos pelos movimentos em processo de construção da formação da cultura política, a opção por essa tradução encontra-se consonante com a proposta do texto.

Dito isso, a cultura política deveria ser adotada por aqueles que a fazem como um fórum para a defesa destemida de todas as pessoas que sofrem as injustiças mais disseminadas em nossa sociedade. Conforme Lucena *et al.* (2019, p. 230), até mesmo “A negação da política é uma posição política. A política é uma relação humana e histórica por excelência que só será precedida com a inexistência da espécie humana. A humanidade criou a política e sem ela não consegue existir [...]”. Não podemos seguir o caminho que a classe dominante traçou para nós. Essa é a peça que nos falta no quebra-cabeça. As pessoas devem ler para serem tocadas e modificadas de alguma forma. E essa leitura passa pela leitura de mundo, pela leitura da realidade, pela leitura política.

Por via de suas articulações sociais e mobilizações políticas, os Movimentos Sociais – que são formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por causas – se apresentam para incomodar, pois se fosse para apenas entrar em concordância com as decisões tomadas pela díade capital e Estado, não haveria necessidade de sua existência. Portanto, é uma maneira da sociedade se organizar, de expressar anseios e reivindicar direitos, dessa forma, se constituindo como fenômeno histórico que contribui para mudanças estruturais nas sociedades.

Para exemplificar essa questão, citamos o caso relatado por Caraballo Román (2015), a respeito do papel dos Movimentos Sociais na elaboração e na construção da escola *Taller Parque Miraflores*, em Sevilla. O que de fato aconteceu foi a mobilização de vizinhos, associações e sindicatos para que o parque se tornasse um projeto social destinado a formação profissional e inserção dos jovens fracassados no ambiente escolar, excluídos da sociedade e do mercado de trabalho, ofertando educação para o emprego de forma significativa, no momento de transição da juventude para a fase adulta. Esse projeto se materializou por interferência dos Movimentos Sociais. Uma luta marcada pela coletividade e ação política.

Outra retórica que foi quebrada pelos Movimentos Sociais, no caso o Movimento LGBTQIA +, se trata da criminalização da homofobia e da transfobia. Em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal passou a enquadrar como crimes de racismo fazer declarações homofóbicas, com pena prevista de um a três anos, e dependendo da gravidade pode ser ampliada a cinco anos, até que seja criada Lei específica. Essa era uma das pautas elementares debatidas na Parada do Orgulho Gay, por vários anos consecutivos.

Partindo dessas premissas, os Movimentos, a cada dia, buscam rotas de superação ao desmanche dos direitos humanos, trabalhistas, previdenciários, culturais, econômicos, sociais e, por que não, políticos; como ratifica Demo (2006), se mostram como uma das alternativas de combate à pobreza política que assola a sociedade brasileira, desde que foi constituída. O que vem se apresentando como um desafio diante a atual conjuntura local, nacional e internacional vivenciada pelo povo. Assim, por meio da cultura política, no sentido da *Bildung*, sua ação se materializa em diferentes ambientes, como o assentamento, o acampamento, a rua, a escola, a universidade.

Entretanto, Demo (2006) adverte quanto a presença da pobreza política também em muitos Movimentos Sociais, o que se apresenta contraditório à finalidade de sua existência. O autor faz dois apontamentos muito relevantes. O primeiro é a questão de se tratar, em muitos casos, de ondas passageiras, sem consistência e persistência, apesar da força que exercem sob a situação. O segundo se refere à condução do movimento sustentada demasiadamente de cima para baixo. No olhar do autor, essa postura assumida pelos movimentos é considerada como pobreza política.

Na esteira desse pensamento, compreender o que é cultura política é de grande valia para o entendimento dessa investigação. O conceito de cultura política passa por vários estágios, desde um conceito conservador, cívico, elaborado por Almond e Verba (1960 *apud* DIEGO ROMERO, 2006, p. 237), a saber: “[...] um conjunto de orientações em relação a um sistema especial de objetos e processos sociais. Quando falamos da cultura política de uma sociedade, referimo-nos ao sistema político que informa os conhecimentos, sentimentos e valores da sua população [...]”; a um conceito moderno, ampliado, que se refere a entrada da subjetividade como um dado relevante, também elaborado por Almond (1990 *apud* GOHN, 2011, p. 60), “[...] o conjunto de orientações subjetivas de determinada população [...]”. Aguilera Portales e Sánchez García (2010) abordam esse mesmo pensamento, quando escrevem que cultura política extrapola a questão cívica e parte para a ação do cidadão, desde a participação na elaboração de políticas públicas até a tomada de decisões.

Na visão de Cáceres (1994, p. 33), “[...] a cultura política faz alusão ao sentido que permite que uma ação seja eficaz, que expressa uma dominação das relações de objeto e de campo por parte do sujeito [...]”. Segundo a sua análise, o conceito de cultura política emerge da relação entre indivíduo e sociedade, portanto, está diretamente conectada com sua situação e a organização do mundo.

Díaz de Rada e Cruces Villalobos (1995, p. 166) coloca cultura política como “[...] o conjunto de conhecimentos necessários para exercer nossa condição cidadã de uma forma

consciente e responsável [...]”; e considera uma pessoa com cultura política aquela que elabora opinião sobre fatos e acontecimentos.

Enquanto para Morfin (1994), cultura política é:

O conjunto de significados e valores com o que se constrói o sentido da comunidade política, da tomada de decisões para o bem de todos, através dos conflitos inerentes a coexistência e convivência humana. Essa cultura abrange e se sustenta na cultura dos direitos humanos e políticos dos membros de uma comunidade [...]. (MORFIN, 1994, p. 468).

Nessa direção, nos deparamos com a presença da coletividade, da ação política citada pelos autores. Ou seja, um indicador que mais se aproxima do itinerário seguido pela investigação. Para compreendermos melhor como acontece a materialização desse processo de formação da cultura política dos Movimentos Sociais, vamos estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Feminista (MF) e o Movimento Negro (MN), focando nos processos formativos a partir da noção de *Bildung*.

## 1 CONVERSAS METODOLÓGICAS

A pesquisa foi produzida levando em consideração os princípios da abordagem qualitativa, de cunho interpretativo, a qual, de acordo com Hernández Sampieri (2014, p. 354), indica que: “O processo qualitativo não é linear, mas interativo ou recorrente; os supostos estágios são realmente ações para aprofundar o problema de pesquisa e a tarefa de coletar e analisar dados é permanente [...]”, orientada pelos princípios da perspectiva pós-estruturalista e da diferença: estudos sobre terra, gênero e racismo, ou seja, políticos. Para materialização do presente estudo, a investigação focou especialmente na formação da cultura política dos Movimentos Sociais, adotando a hermenêutica como metodologia, por meio de levantamento documental e bibliográfico sobre politização dos Movimentos Sociais e a bricolagem como método, por meio do qual o ato interpretativo desvela sentidos e significados expressos pelos sujeitos institucionais envolvidos na investigação.

A ciência do objeto em evidência prioriza noções conceituais da metodologia hermenêutica, especificamente, no que se concerne ao processo da cultura política ou de sua ausência, desenvolvido pelos Movimentos e a elaboração da resistência. Diante disso, foi possível compreender os modos como os movimentos constroem suas estratégias de existência, continuidade e luta, podendo ou não elevar a tomada de consciência de classe.

Segundo a filosofia, a hermenêutica é a ciência que estuda a arte e a teoria da interpretação, e aborda duas vertentes: a epistemológica, com a interpretação de textos, e a ontológica, que remete para a interpretação de uma realidade. No caso desta pesquisa, fizemos uso dessas duas vertentes com o intuito de dialogar sobre cultura política. Para Gadamer (1999), a hermenêutica é uma forma de compreender as ciências espirituais e a história, através de uma interpretação da tradição, de forma racionalizada e dominadora dos contextos possíveis.

Em seu desenvolvimento, foi feita uma análise hermenêutica gadameriana, a qual, de acordo com Matos-de-Souza (2011, p. 22), demonstra que a interpretação, antes de ser um método, é a expressão de uma situação do homem: “[...] o intérprete que aborda uma obra está já situado no horizonte aberto pela obra, [...]. O ato interpretativo é, [...], a elucidação da relação que o intérprete estabelece com a tradição na qual está inserido [...]”. Em outras palavras, interpretar sentidos nos faz compreender a nossa condição existencial. O ponto de partida são nossos preconceitos baseados em nossa cultura, em nossa história, em nosso tempo, em nossa experiência a respeito do objeto a ser interpretado, no caso, cultura política, e sua colocação em uma triangulação que vai do texto ao intérprete e retorna outra vez ao texto,

também, trazendo até ele o essencial da perspectiva do texto – como coloca Ricoeur (1990), a tripla mimesis. Dessa forma, encontra em cada Movimento ingrediente que engrandece a interpretação, até alcançar uma fusão de horizontes, na qual o intérprete assimila o conteúdo do texto, fazendo-o parte de si mesmo, sem ocasionar ao texto a perda de sua própria autonomia.

Sobre hermenêutica, Ricoeur (1990) a conceitua como:

[...] a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. A ideia diretriz será, assim, a da efetuação do discurso como texto. Todo o segundo estudo será consagrado à elaboração das categorias do texto. Com isso, fica preparado o terreno para uma tentativa de resolver a aporia central da hermenêutica apresentada no final do primeiro estudo, a saber: a alternativa, a meu ver desastrosa, entre explicar e compreender [...]. (RICOEUR, 1990, p. 17).

Em outras palavras, a hermenêutica trata das relações entre a palavra escrita e a palavra interpretada. Dito isso, ela se apresenta distante da neutralidade, no que se refere a investigação, pois cada pesquisador seguirá seu próprio caminho. Mas, segundo Ricoeur (1990), Schleiermacher nos adverte quanto ao cuidado em não aplicarmos nossas particularidades nos textos, destarte a hermenêutica exige um nível de elevação a essas questões. E, para além delas, devemos elevar a particularidade das regras, das receitas, entre as quais se dispersa a arte de compreender. Ao mesmo tempo, Ricoeur (1990) diz que:

[...] o programa hermenêutico de Schleiermacher era portador de uma dupla marca - romântica e crítica. Romântica por seu apelo a uma relação viva com o processo de criação e crítica por seu desejo de elaborar regras universalmente válidas da compreensão". Ou seja, "há hermenêutica, onde houver não-compreensão [...]. (RICOEUR, 1990, p. 21).

Nesse contexto, o itinerário da investigação partiu, inicialmente, do aprofundamento do fenômeno por meio de levantamento e análise bibliográfica e documental das literaturas e dos cadernos de formação dos Movimentos Sociais e de Leis que se referem à temática; quando existiam, para estudar a relação entre cultura política dos atores sociais/políticos e de sua atuação; quando não existiam, buscamos ações que culminaram em cultura política. Além dos critérios descritos, incluímos nossa participação em eventos de relevância na pesquisa educacional do país, que versavam sobre cultura política, ora como ouvinte, ora como autora e coautora de produções.

Seguindo os princípios da hermenêutica, a geração de dados para a pesquisa foram os textos selecionados, lidos e interpretados com a intenção de desvelar o fenômeno estudado. É frutífero lembrar que, ao interpretar, o que importa ao pesquisador é manter o foco no objeto de estudo, apesar de todos os desvios a que se vê constantemente submetido o intérprete em virtude das ideias que lhe ocorrem. Nesse rumo, o pesquisador que deseja compreender um

texto sempre realiza um projetar. Sendo assim, ao aparecer o primeiro sentido no texto, o intérprete prelineia um sentido do todo, uma vez que, quem lê o texto, o faz a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um determinado sentido.

Gadamer (2002) reitera que a elaboração do projeto prévio é imprescindível para a compreensão do que está no texto. E esse projeto vai sendo permanentemente revisado com base no que se alcança durante o processo de penetração do sentido. Ao mesmo tempo em que devemos mergulhar no texto, devemos também nos afastar. A realização desse movimento possibilita levar em conta a experiência do autor do texto a respeito da interpretação realizada. Assim, interpretando dessa maneira a cultura política dos Movimentos Sociais, foi possível conhecer o processo de construção do conhecimento político realizado, se realizado, e compreender a dimensão dessa formação.

Concomitantemente, foi feita a produção ensaística dentro de uma abordagem adorniana e também na perspectiva rodrigueziana, com o levantamento dos dados via interpretação das literaturas lidas. Ratificamos que o ensaio se trata de um texto de caráter crítico, discursivo entre textos, autoria e retorno ao texto, no sentido de mostrar o posicionamento do autor e suas reflexões a respeito do fenômeno, a partir de questionamentos, experimentações e ponderações do ponto sob consideração. Portanto, a aplicação da hermenêutica culminou importante para compreender o discurso sobre o fenômeno na busca pela restauração do pensamento original mais essencial.

Em Adorno (2003a), o ensaio se apresenta como provocador de resistência para o escritor e para o leitor, por conjurar a liberdade do espírito de cada pessoa. Para o autor, escrever de forma ensaística, considerando seu campo de atuação, não permite prescrição, embora a escrita seja sobre algo já constituído ou algo que subsiste, porém, sem vergonha de produzir de forma entusiasmática conteúdos já abordados anteriormente, assim, reflete aquilo que é amado e odiado ao mesmo tempo. O ensaio se diferencia dos demais formatos de escrita, antes de tudo, pelo distanciamento do movimento finalista do pensamento, seu percurso é traçado por meio da marcha do pensamento sem buscar verdades universais.

Para escrever um ensaio, segundo Adorno (2003a), é preciso considerar que:

Felicidade e jogo são essenciais. Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer: ocupa, desse modo, um lugar entre os despropósitos. Seus conceitos não são construídos a partir de um princípio primeiro, nem convergem para um fim último. Suas interpretações não são filologicamente rígidas e ponderadas, mas por princípios superinterpretações, segundo o veredicto já automatizado daquele intelecto vigilante que se põe a serviço da estupidez como cão-de-guarda contra o espírito [...]. (ADORNO, 2003a, p. 17).

Nessa direção, o sujeito que interpreta sente sua inteligência desorientada, sai do comodismo, busca explicações, faz questionamentos e reflete a respeito dos modos de ser e de viver. O ensaio se mostra capaz de possibilitar ao leitor outras maneiras de se expressar e pensar, justamente por romper o que é mais sagrado ao método científico, a verdade final.

Em Rodríguez (2012), o ensaio também é visto como texto que evoca a liberdade de pensamento, tendo como objetivo fugir a uma ordem de raciocínio que a custo alcançamos sob o nome método. O autor critica a escrita padrão, sem liberdade para produzir, baseada em verdades absolutas estipuladas pela ciência, embora acrescenta que a maioria das produções feitas por intelectuais ditas como ensaio, não se enquadram na forma ensaística por apresentarem dificuldade em se apropriar da liberdade e se libertar do método, por não entender que não estão diante de uma sentença. Ainda, ressalta que sente simpatia de momento pelo texto e concomitantemente enxerga risco de regresso devido a mudanças que podem ocorrer diante de novas descobertas.

Rodríguez (2012) destaca suas impressões acerca da escrita ensaística:

Assim o papel da ensaística na escrita científica parece-me um tema fecundo porque guardo acerca dele um pensamento ambivalente. Tivesse eu uma opinião formada desde o início, a necessidade e o sentido de escrever estariam comprometidos. Como na narrativa, é preciso existir o embate em qualquer proposta de ciência humana, e ele deve nascer do próprio autor, que duvida com sinceridade, que busca em si próprio a resposta. Caso contrário há apenas informação, e isso não me parece ciência, menos ainda algum tipo de criação literária [...]. (RODRÍGUEZ, 2012, p. 14).

Nessa perspectiva de quebrar paradigmas é que este ensaio se torna objeto-meio de análise/escrita a respeito da formação da cultura política dos Movimentos Sociais e seus impactos na sociedade.

Também, por intermédio da coleta dos dados, foi elaborado um produto técnico com qualidade política que segue a linha da formação de cultura política para professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, baseado no viés democrático, crítico, reflexivo, cidadão e emancipatório, com prerrogativas para intervir na transformação da sociedade, formando profissionais relativamente autônomos, participantes ativamente da democracia, com efetivo exercício da cidadania, tanto individual quanto coletiva, tornando-se seres capazes de conviver na igualdade e na diferença, os quais, para Demo (2019e), são sujeitos emancipados, protagonistas de sua história em vez de reprodutores de conhecimentos. Destarte, sabemos que essa pobreza educacional vem sendo construída ideologicamente e historicamente, ao longo dos anos pela díade capital e Estado, portanto, pode ser desconstruída da mesma forma.

Ainda, houve a realização de uma visita técnica/investigação na Espanha, convidada pela *Universidad de Sevilla*, sob coordenação e responsabilidade do Professor Doutor José González Monteagudo na *Facultad de Educación de la Universidad de Sevilla*, entre os dias 1 e 30 de outubro de 2019. Nesta etapa, foi desenvolvido um extenso programa de trabalho, abrangendo encontros e diálogos com investigadores que pesquisam sobre cultura política educativa e a troca de experiências com mestrandos/doutorandos da universidade.

Contudo, a metodologia escolhida favoreceu a interpretação da literatura sobre o objeto de estudo, de forma autêntica, reflexiva, além de possibilitar um contato mais profundo com o objeto, permitindo a formatação da aprendizagem de maneira crítica, autônoma e racional.

### **1.1 O método *bricolage* e o curso da pesquisa**

Notadamente, no campo das Ciências Humanas, os procedimentos de um *bricoleur* vêm sendo aplicados por diversas teorias e métodos de investigação, mesmo sem perceber, ora por via do instinto, da ingenuidade ou da curiosidade para produzir conhecimento (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2009). Postergar ainda mais a aceitação do método por parte da academia não irá diminuir sua aplicabilidade nas produções. Nesta investigação, o foco foi dado a produção de conhecimento sobre cultura política, ofertada pelos Movimentos Sociais, tendo a bricolagem como método.

Segundo Kincheloe (2001, 2004), a pesquisa que adota o método *bricolage* tem como concepção a interdisciplinaridade, a qual assegura a amplitude dos contextos para a pesquisa, sem deixar de considerar a complexidade do mundo. Então, esse método se tornou opção metodológica viável devido a pluralidade de elementos que atuam nos fenômenos sociais, os quais proporcionam conexão entre o pesquisador e o âmbito da pesquisa.

No campo da pesquisa educacional, Kincheloe (2006) deu continuidade aos seus estudos e definiu bricolagem como um modo de investigação que busca incorporar diferentes pontos de vista segundo um mesmo fenômeno. Em produção consecutiva, Kincheloe (2007) expandiu essa definição e conceituou bricolagem como uma forma de fazer ciência, que analisa e interpreta os fenômenos a partir de diversos olhares, considerando as relações de poder presentes no dia a dia, ao assumirem o foco principal nas interpretações da realidade. Em outros termos, a bricolagem na ciência se refere “[...] à capacidade de empregar abordagens de pesquisa e construtos teóricos múltiplos, é o caminho em direção a uma nova forma de rigor em pesquisa [...]” (KINCHELOE; BERRY, 2007, p. 10). E, para Neira e Lippi

(2012, p. 610), “[...] adotando uma postura ativa, a bricolagem rejeita as diretrizes e roteiros preexistentes, para criar processos de investigação ao passo em que surgem as demandas [...]”. Em outras palavras, a medida que os dados foram levantados, construímos o ensaio.

Aquele pesquisador que escolhe ser um *bricoleur* passa a interpretar diversas explicações sobre o objeto de estudo investigado, no caso, a cultura política. Dessa maneira, irá trilhar por diferentes caminhos, aproximar-se e, quem sabe, ter acesso e tecer várias interpretações de diferentes origens. Neste momento, é importante lembrar que todo conhecimento adquirido pelo *bricoleur* é temporário, provisório, justamente devido a esse leque de possibilidades interpretativas. Neira e Lippi (2012) reiteram que, na bricolagem, não há conclusão do estudo, o conhecimento é transitório e segue um processo permanente de realimentação e entretimento. Na execução da bricolagem há diferentes tipos de *bricoleur*. Estes autores põem em tela suas preferências a respeito do tipo e optam pelo interpretativo por entenderem que:

O *bricoleur* interpretativo produz representações que se encaixam nas especificidades de uma situação complexa. O *bricoleur* interpretativo entende que a pesquisa é um processo iterativo influenciado pela história pessoal, biografia, gênero, classe social e etnia, dele e daquelas pessoas que fazem parte do cenário investigado. O produto final é um conjunto de imagens mutáveis e interligadas [...]. (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 611).

Na bricolagem, o ato interpretativo desvela sentidos e significados expressos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Kincheloe (2007, p. 102) recomenda “[...] a hermenêutica crítica como forma de análise. A hermenêutica é crítica no sentido de que se dedica a um diálogo com a tradição da teoria crítica [...]”. Essa recomendação serve para que haja compreensão das diferentes vozes e entender como elas constroem suas interpretações da realidade. Nesse sentido, aplicar a bricolagem configura-se no entretecer dessas vozes para conhecer o julgamento e a leitura política, feita pelos movimentos, dando lugar a diversidade de interpretações.

Ao lado da contribuição de Kincheloe (2007) sobre teoria crítica, Peter McLaren (2000) é outro autor que lança luz sobre o tema, por entender que pesquisa precisa ser crítica. Segundo o autor, todos os seres humanos são produtos históricos do poder e nenhum deles emergem fora do processo da história. É nos inter-relacionamentos que nossas identidades são calcadas em meio as teias do poder. A ideia do método bricolagem é que a produção seja tecida em coletivo.

Ainda, se tratando sobre a hermenêutica, de acordo com Kincheloe e McLaren (2006), em sua tradição a pesquisa qualitativa é interpretativa. Mesmo em articulações simplórias o

ato hermenêutico da interpretação envolve o entendimento daquilo que foi observado de forma a comunicar o entendimento, implica em produzir temas densos, em saber as intenções dos seus produtores e os significados mobilizados nos processos de sua construção. Para Neira e Lippi (2012), a hermenêutica tem como finalidade desenvolver uma forma de crítica cultural que revele as dinâmicas do poder dentro dos textos. A formação política ou a sua ausência dos Movimentos Sociais desvelam essa crítica e entretecem suas representações.

O papel da bricolagem é incitar o encontro das interpretações do *bricoleur*. O trabalho do pesquisador consiste em construir “[...] pontes entre o leitor e o texto, o texto e quem o produz, o contexto histórico e a atualidade, e uma determinada circunstância social e outra [...]” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 288). De fato, acontece um movimento circular, no qual há momentos que o pesquisador mergulha no texto e outros momentos em que ele se afasta do texto. Essa movimentação possibilita ao pesquisador perceber as diferentes interpretações por meio de sua própria experiência, entrando em dúvida durante todo o tempo.

As opções do método, da metodologia e da forma de escrita se basearam nos elementos pertinência e consonância entre ambos devido ao caráter provisório, interpretativo da abordagem qualitativa, da pesquisa hermenêutica, do método bricolagem e da produção ensaística que permitem mergulhar no texto, se afastar do texto e retomar sempre que necessário, porém, sem perder a essência do mesmo.

## **1.2 Fonte da pesquisa: Movimentos Sociais**

A pesquisa teve como fonte os Movimentos Sociais que constituem a sociedade, sendo compostos por minorias políticas, cada um com suas especificidades, que buscam, a partir de políticas igualitárias, conquistar espaços destinados a uma minoria da população e à oferta da cultura política. São eles, especificamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Negro (MN) e o Movimento Feminista (MF), contendo como temáticas estruturantes os movimentos e processo de formação. A escolha por esses movimentos se deu em função da busca pela diversidade agregada à interseccionalidade e suas historicidades.

Mas, o que é Movimento Social? Essa pergunta teve resposta dentro das ciências sociais. Para Gohn (2014), tanto a sociologia quanto a ciência política estudam a temática Movimentos Sociais. Sendo a primeira o campo de estudo por excelência e a segunda coadjuvante.

Antes de conceituar, julga-se interessante resgatar, com brevidade, a memória dos Movimentos Sociais, por não ser possível, neste trabalho, aprofundar, mas apenas contextualizar.

Os Movimentos Sociais, em Gohn (2012, p. 113), “[...] são frutos de uma articulação de interesses entre grupos demandatários, chamada base [...]”, munidos pela luta do direito a ter direito e da construção de uma nova ordem social. A cultura política produzida pelos movimentos teve como eixos estruturantes três fontes básicas de inspiração (GOHN, 2018a), a saber: a participação fundada no princípio da autonomia das ações e desejos de autodeterminação devido a exclusão social; o igualitarismo pautado como condição para ações, no sentido de que todos são iguais; a organização vinculada a grupos e tendências partidárias e sindicais, em que o movimento aparece como elo fundamental de ligação entre o povo e o poder.

Nas últimas cinco décadas, a memória dos Movimentos Sociais brasileiros pode ser contada por Rios (2018), que narra a trajetória dos movimentos, passando por três grandes ciclos: a democratização, o estabelecimento democrático e a desdemocratização. Nessas condições, lutaram e se uniram em novas articulações coletivas para cobrarem seus direitos não reconhecidos, contra a ditadura militar, mesmo não havendo liberdade de expressão, muito menos a possibilidade de organização de passeatas, caminhadas, manifestações públicas – devido ao grau de isolamento e confinamento social dos trabalhadores; viveram o processo de institucionalização civil e estatal e participaram na defesa da legitimidade democrática contra o golpe, respectivamente.

Para tal, de acordo com Nascimento (2010), os setores políticos e sociais mais influentes no cenário brasileiro, a partir da década de 1950, foram os partidos políticos de esquerda e alguns setores da Igreja Católica – que traçaram a luta política, via reforma agrária radical e revolucionária, inclusive contra parte da própria Igreja Católica – e contra partidos de centro, que defendiam uma reforma agrária por meio constitucional. Essa aliança denominada democrata-cristã e social-democrata alcança conquistas fundamentais naquela conjuntura, se materializando com o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Norte e do Nordeste do Brasil, realizado na Bahia, em 1962, gerando como fruto dessa mobilização o reconhecimento, por parte do governo federal, de 22 sindicatos de trabalhadores, além de despertar a consciência nacional pela necessidade da reforma agrária.

Contudo, ainda, segundo Nascimento (2010), a repressão militar da década de 1960 às ligas camponesas foram proscritas com intervenção direta do governo federal nas federações estaduais e também na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG),

passando a existir um único sindicato, em cada município, ligados a uma única confederação, a CONTAG. Em meio a esses conflitos, os Movimentos Sociais tornaram-se alvo do aparato repressor, já que eram considerados politicamente subversivos.

Gohn (2014) ressalta a história dos Movimentos Sociais no Brasil, na luta por direitos, com destaque para a mobilização dos sujeitos políticos nessas lutas, caracterizando os movimentos como viabilizadores da constituição da cidadania e, também, como meio para dar visibilidade aos impasses entre Estado e sociedade. Dessa forma, reconhece a ação política realizada pelos Movimentos Sociais como legítima e fomentadora de mudanças sociais.

Em síntese, o ganho dos Movimentos Sociais se concretiza, também, com a criação de leis e formulação de políticas públicas, como defende Gomes (2018a), que começou com a Constituição Federal (1986) e passou por um hiato, mas que em 2002 retoma com toda força. Questões que serão tratadas no decorrer das seções, de acordo com cada movimento selecionado para essa investigação.

Também, é plausível lembrar que existem Movimentos Sociais que não se apresentam como movimento revolucionário, sendo tidos apenas como reacionário, ou mesmo reproduzem mais do mesmo, sem a busca pela ruptura do que está posto, com atuações que favorecem a manutenção do *status quo*. Ao longo do texto serão citados como forma de exemplificação.

Após breve relato da memória dos Movimentos Sociais, passamos para seu conceito. De acordo com Cunha (2017), a origem do termo Movimento Social teorizado surgiu na França em 1842 e teve o sentido de luta contra dada situação. Desde então, passou a ser utilizado por autores, ora alterando-o e/ou classificando-o. Entre esses registros, o conceito elaborado por N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, em 1986, vem sendo o mais empregado por estudiosos. A saber:

[...] os movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. Comportamentos coletivos e Movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos [...]. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 787).

Outro autor que conceitua Movimento Social é Mascarenhas (2004), ao dizer que “é um palco para a educação”, uma vez que a educação não se dá apenas em espaços convencionais, como se eles fossem agências de transmissão de conhecimento. Ele abre janelas para a resignificação de valores e culturas. É uma arena de lutas. Cabe ressaltar que

essa educação pode servir, tanto a formação do pensamento crítico quanto ao treinamento, pois depende da pedagogia adotada.

Segundo a análise de Pietrafesa (2016), enquanto a díade capital e Estado se unem de forma orgânica, coube aos sujeitos históricos se organizarem em Movimentos Sociais. Isso acontece a partir da percepção de que individualmente não seria possível ter acesso a suas necessidades básicas. Assim, de forma coletiva, adquirem força para lutar e resistir às imposições da díade. Ainda, na visão do autor, os Movimentos Sociais possuem ações de duas formas, uma trata da questão promoção e agregação de ações dos sujeitos organizados e a outra refere-se à questão educativa.

Nessa linha de raciocínio, Gohn (2012) ratifica:

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico [...]. (GOHN, 2012, p. 21).

Como o ato de agir requer o ato de pensar, então, o Movimento Social em si é autoeducativo, portanto, fonte de pesquisa do processo formativo vinculado ao movimento *Bildung*, por se mostrar de caráter construtor da identidade. Como advoga Gomes (2018a), os Movimentos Sociais possuem como prerrogativa a transformação do conhecimento convencional em conhecimento nascido da luta que não avança de forma isolada, e se agrega aos conhecimentos acadêmicos para atuar politicamente contra a hegemonia da sociedade. Ao mesmo tempo, ainda nas palavras da autora Gomes (2018a, p. 28), os “Movimentos Sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social [...]”. Em outros termos, se educa e almeja educar aos demais<sup>8</sup>.

Na esteira desse argumento, os Movimentos Sociais contribuem para o avanço da democracia sempre que propõem novos códigos culturais e novas formas de vida:

Seu potencial transformador se revela no plano da experiência individual e coletiva ao confrontar as formas de dominação abrindo espaço para a conformação de novas identidades. Os movimentos sociais interrompem o curso normal. Instauram o conflito. Promovem transformações culturais, nos valores, nas ideias, nas

---

<sup>8</sup> Há Movimentos Sociais acrílicos que não trilham a linha da cultura política crítica educativa como mecanismo de resistência frente ao capital. O aporte teórico selecionado foi para referenciar os movimentos pesquisados, pois o foco da investigação é a formação crítica, embora se saiba que esses mesmos movimentos, em alguns momentos, atuem de forma contraditória ao seu propósito. Castaño Gavéria (2016) alerta sobre a importância comportamental dos Novos Movimentos Sociais que se apresentam abertos, que mostram outra forma de construir o social sem necessariamente estar vinculado a uma única ideologia, nem fixado a estruturas burocráticas e formas de poder totalitário.

representações sobre o “eu” e sobre o “outro”. A existência dos movimentos sociais é em si mesma a medida do seu sucesso, é o êxito da ação. Não podem ser reduzidas, portanto, à representação política porque não demandam fundamentalmente inclusão, mas subversão dos códigos, das regras, do modo de ver e viver o mundo [...]. (TATAGIBA, 2007, p. 19-20).

Sobretudo, a parte mais marcante dos Movimentos Sociais encontra-se na relação com as esferas institucionalizadas de poder, organizados para reivindicar mudanças, direitos e/ou melhores condições de vida, além de se constituírem por meio de uma especificidade.<sup>9</sup>

Para além da luta específica de cada movimento, Gohn (2012) critica o isolamento dos Movimentos Sociais ao defender a dialogicidade entre eles. A autora aponta a importância da comunhão dos movimentos sempre que necessário para fortalecer a resistência frente ao Estado de forma coletiva, dialógica e humanitária.

### 1.3 Proposta de análise

As possibilidades de análise com fontes hermenêuticas podem variar de um teórico a outro. Sendo assim, pretendeu-se, nesta pesquisa, analisar os dados levantados na perspectiva da hermenêutica de Gadamer (1999, 2002) e Ricoeur (1990, 2006). A análise considerou a singularidade de cada dado, bem como as diferentes possibilidades de interpretação acerca do fenômeno em meio ao contexto. Assim sendo, para dar conta do feito, seguiram-se as seguintes etapas do processo de análise: realização da leitura das literaturas relativas ao objeto de estudo, previamente selecionadas; separação dos dados referentes ao objeto de estudo; e, triangulação dos dados, observando o que havia de semelhante ou de diferente entre o que está posto nas literaturas. Estas etapas permitiram realizar a análise interpretativa de sentidos dos dados levantados e constituídos pelo desenvolvimento dos dispositivos, possibilitando assim, os resultados da pesquisa.

Como elementos de conexão entre as seções produzidas, foram escolhidos a educação e a mulher. O primeiro elemento devido ao fato de ser um direito social arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos e também por ser, durante muito tempo, negado

---

<sup>9</sup> Movimento Social caracteriza-se diferente de mobilização comunitária. O primeiro, baseado em Gohn (2014, p. 23), refere-se a “[...] um sistema de valores ou ideologia, um sentido ou identidade comum, normas para a ação e uma forma de estrutura organizacional para obter os fins do movimento [...]”. Em outras palavras, ser considerado Movimento Social, em sua essência, exige composição de elementos disruptivos que fomentem mudanças sociais. O segundo, de acordo com Silva (2016), trata-se de participação social promotora do acesso a cidadania, com objetivos comuns que tragam ganhos para a coletividade e tenha sido desenhada de forma participativa por adesão voluntária. Assim, lembra-se que essas mobilizações pontuais, convocadas em prol de uma determinada causa, não se configuram como Movimento Social. Para exemplificar, cita-se a mobilização das Jornadas de Junho, de 2013.

às minorias políticas. O segundo, pelo contexto histórico de luta, resistência e conquistas, apesar de tantos obstáculos impostos pelo patriarcado.

A opção pela abordagem qualitativa, pela pesquisa hermenêutica, pelo método bricolagem e produção ensaística aplicados na investigação se fizeram pertinentes pela consonância de elementos, sendo a concepção presente da interatividade, da interpretação, da interdisciplinaridade e da liberdade para produzir, respectivamente.

Para começar a discussão, primeiramente vamos dialogar sobre a qualidade política *versus* pobreza política e suas bases de sustentação, permanência e combate, que ora se apresentam como eixos estruturantes das ações políticas educativas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, os quais podem vir a contribuir com a transformação da sociedade.

## 2 O PODER DA QUALIDADE POLÍTICA

O tom dado pelo Estado e pela sociedade à qualidade política não é nada animador. Então, discorrer sobre essa temática é um desafio, pois o levantamento bibliográfico realizado, tendo como principais interlocutores Pedro Demo (2006, 2018, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e), Jessé Sousa (2017, 2018) e Paulo Freire (1987, 1996) demonstra que a busca pela qualidade política é constructo histórico, social e ideológico que exige mudança de paradigma e concepções de sociedade e Estado, as quais ainda não estão em curso.

As literaturas estudadas propõem discussões profundas e assertivas para assistir à ampliação e materialização de possíveis mudanças conceituais acerca do poder da qualidade política. Destarte, ampliam a percepção em relação ao fato de que as pessoas podem ter acesso a uma vida mais digna e igualitária, pois ainda somos produto da relação casa grande senzala e os donos do poder ainda possuem um pacto para perpetuar uma sociedade cruel, forjada na escravidão (SOUZA, 2017), portanto, somos uma sociedade racista, justamente do que queremos e precisamos nos libertar em definitivo. Entretanto, a concentração de renda está centrada nas mãos de 1% dos habitantes do país, segundo a Pesquisa Desigualdade Mundial (2018).

Ademais, conforme Mbembe (2016, p. 131): “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social [...]”, denominada de necropolítica por Mbembe (2016), referente ao desprovimento do *status* políticos dos sujeitos, potencializando a opressão e o aprofundamento das desigualdades baseadas em hierarquias raciais. No entanto, ainda que tenhamos de enfrentar grandes obstáculos, é possível avançar. Para tal, elaborar uma proposta de educação para os brasileiros, estruturada nas dimensões de cidadania, democracia e emancipação, pode ser a saída para equalizar a questão da pobreza política (DEMO, 2019c). Consequentemente, da pobreza material.

Freitas (2018, p. 909) esclarece sobre a eleição de 2018 para presidência do Brasil, ao colocar: “A coalisão que foi vitoriosa nas eleições de 2018, liderada por Bolsonaro, é novamente uma combinação de duas filosofias sociais: conservadorismo e liberalismo [...]”. O que foi apresentado por Freitas (2018), no caso do conservadorismo e do liberalismo por parte do Estado e mercado, pode ser transportado para o caso do comportamento da sociedade diante o processo eleitoral que descortinou de vez a verdadeira “cara” do Brasil, tornando-se também o reflexo da educação brasileira ofertada nas escolas. Supostamente, não nos

comportamos nem de maneira pacífica e nem de maneira republicana diante das falácias que aconteceram durante a campanha, e ainda nos apresentamos como uma sociedade desinformada, racista, machista, elitista, segregacionista, homofóbica e com discernimento crítico quase nulo. A máscara da civilidade caiu. A opção não ocorreu entre as ideologias partidárias, de programa de governo, ou de políticas públicas. A escolha, por mais difícil que seja de acreditar, se mostra pelo ódio de classe, pela revolta e pela violência. O que se pode inferir, nessa situação, é a presença da pobreza política. Com isso, temos traçado o perfil da sociedade que somos (SOUZA, 2017). Uma sociedade que se mostra egoísta, individualista.

Trilhando na direção da qualidade política, vamos nos reportar à célebre frase de Darcy Ribeiro, proferida durante a palestra “Sobre o óbvio”, no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no ano de 1977, a saber: A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto (SOUZA, 2007). Partindo dessa premissa, enxergamos uma educação desvinculada das categorias de democracia, cidadania e emancipação; não voltadas para o protagonismo e para autoria que, se trabalhadas, podem elevar o nível de criticidade, reflexão e, conseqüentemente, atuação e transformação da sociedade.

Nesse contexto, Demo (2006) coloca que:

O contrário de pobreza política é a qualidade política. Entendemos por qualidade política a habilidade humana de constituir-se sujeito relativamente autônomo, participar ativamente na democracia, efetivar cidadania individual e coletiva, ser capaz de conviver na igualdade e na diferença [...]. (DEMO, 2006, p. 39).

Essas questões apresentam-se como cruciais e fundamentais para o avanço de uma sociedade. Sem o entendimento da dimensão e da importância dessas categorias, dificilmente a educação consiga de fato cumprir sua finalidade com ética e efetivar o projeto de uma sociedade mais igualitária, menos excludente.

A existência da qualidade política encontra-se atrelada diretamente ao processo educativo. Para Demo (2006, p. 39), “[...] a qualidade política depende crucialmente do desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento, razão pela qual é uso valorizarmos educação como investimento fundamental na cidadania individual e coletiva [...]”. Portanto, percebe-se que ambas caminham juntas, apesar da condição de seguirem isoladas, porém, o resultado não será o mesmo. Sendo assim, nos distanciaremos cada vez mais da assimilação de um conhecimento crítico e autocrítico capaz de unir pessoas e realizar mudanças.

Como é colocado por Demo (2006, p. 47): “Qualidade política supõe a virtude formal de saber pensar, mas toma-a como instrumento para melhor intervir [...]”. É saber reagir

diante as imposições do mercado, da sociedade, do Estado; e a educação é que pode oportunizar esse espaço de criatividade e protagonismo, para tal, exige politicidade. Segundo Freire (1996) e Demo (2018), a politicidade é a habilidade de conduzir com autonomia seu próprio destino; é a capacidade de construir consciência crítica histórica, organizar-se politicamente. Então, torna-se o contrário da pobreza política.

Na esteira desse pensamento, Demo (2006) advoga que qualidade política necessita de prerrogativas. Dentre elas, cita a questão da educação e dos Movimentos Sociais. Sendo o primeiro anunciado como estratégia primordial, desde que seja obrigatória, pública, de qualidade e para todos. Dessa forma, pode vir a servir como plataforma de cidadania popular; e o segundo, que se divide em dois, a saber: movimentos genéricos (passeatas, reuniões amplas) e movimentos organizados (sindicatos, associações), que podem funcionar como espaço de organização política para controle democrático e participação na elaboração de políticas públicas. Cada uma das duas dimensões possui seu papel de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, Demo (2006) faz uma alerta quanto ao exagero da politicidade da sociedade civil que vem, aos poucos, se esquivando da dialogicidade, se limitando ao uso e abuso do poder. Em outros termos, abandonam a condição coletiva e priorizam a condição autoritária na linha do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

A ideia naturalizada pelo neoliberalismo de que “as coisas sempre foram assim” faz com que não enxerguemos a possibilidade de transformação na qual a democracia se mostra como um caminho. Contudo, convém dizer que a elite política brasileira ainda não fez a escolha pela democracia (SOUZA, 2017). Aliás, a mesma não chegou para todos os brasileiros. Em outras palavras, o Estado democrático de direito não chegou às minorias sociais de fato, possivelmente, por empecilho da elite, que potencializa as barreiras de proteção de seus privilégios a cada crise econômica e social vivida pela sociedade.

Mas, afinal, o que é democracia? Para Santos (2016, p. 163) significa: “[...] todo o processo de transformação de relações desiguais de poder em relações de autoridades partilhadas [...]”. Em suma, participação dos excluídos no âmbito social, econômico, cultural e político do país. Já o significado formal do verbete democracia (2019), no dicionário, indica “[...] um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia [...]”. Então, acredita-se que democracia perpassa pela atuação do cidadão como ator político no enfrentamento das crises brasileiras.

No entanto, sabemos que “[...] a democracia a rigor, só pode frutificar em ambientes de relativa qualidade política, ou seja, onde predomina a condição de sujeito, não de objeto [...]” (DEMO, 2006, p. 39-40). Sem qualidade política por parte da sociedade não há democracia que se mantenha. Assim, é bem provável que acabe entrando em vertigem, que adoeça assim como vem acontecendo no Brasil. Como considera Freire (1996), a condição de aprender, de se formar está atrelada a condição de ser sujeito da aprendizagem no processo educativo voltado para o exercício da cidadania. Outrossim, Mbembe (2016, p. 135) sugere que “[...] soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto [...]”. Essa tendência do sujeito ser objeto da história se manifesta, via elite, como forma de demarcação de território.

Demo (2006, p. 40) aponta que: “Uma expressão maior da qualidade política de uma sociedade é a efetividade do controle democrático através do qual os mandantes são empurrados a dedicarem-se ao bem comum [...]”. Para efetivar essa dimensão, precisamos nos unir em diferentes formatos. O povo brasileiro ainda não se associa<sup>10</sup>, não faz parte de nossa cultura compor uma associação, que é fundamental para a prática constante da democracia por meio de reuniões, debates em espaços públicos, assim:

A falta de participação de base ainda é o maior buraco em nossa democracia. Estamos habituados a colocar nossas expectativas nos governantes e no Estado, não em nossa habilidade própria de organização e controle. Não cobramos nada porque não fomos capazes, em nosso percurso histórico, de descobrir que poder vem de baixo e os mandantes são apenas delegados. Não contestamos privilégios, por vezes absurdos, monstruosos da elite. Ao contrário, somos capazes de aceitar que, se o eleito não aproveitar seu tempo para ficar rico, é tolo [...]. (DEMO, 2006, p. 68).

O poder da cidadania emancipatória humana tem um nível de alcance muito maior do que possamos imaginar. Ser cidadão e praticar a cidadania é um ato revolucionário com possibilidades de provocar mudanças. “Na esfera política, a noção de “cidadania” – pela qual os indivíduos são portadores de direitos inalienáveis nos âmbitos econômico, político e social – revoluciona o sentido das lutas políticas e sociais [...]” (SOUZA; J., 2018, p. 37). Diante desse fator, pode vir o medo que a elite tem do pobre ser de fato cidadão emancipado.

Cidadania fundamenta-se na concessão pelo Estado das garantias individuais de vida, liberdade e segurança. O significado moderno da palavra é, portanto, incompatível com o regime monárquico, escravagista e centralizador. É, atualmente, o “[...] conjunto de

---

<sup>10</sup> Sabe-se que há exceções; na atual fase da pandemia, temos a Comunidade de Paraisópolis que se organizou em um modelo de autogestão para enfrentar a COVID-19, com sucesso na redução da taxa de óbitos.

direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo [...]” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Dito isso, ser cidadão é garantir à pessoa se tornar ator político da vida em sociedade com autonomia.

Ao exercitar a cidadania, o sujeito precisa controlar duas dimensões: o mercado e o Estado. Baseado em Demo (2018), ambos são invenções para fazer guerra, enriquecer os ricos e imbecilizar a população. Uma das formas de garantir a cidadania é o associativismo, como já colocado anteriormente. Um cidadão é uma pessoa que se considera em uma fase madura, suficientemente desenvolvida para agir consciente e, de maneira responsável, como um ser social, atuando de forma coletiva.

A questão quanto a ausência do exercício de cidadania para fazer valer a luta de classe é séria, e Jessé Souza (2018, p. 145) salienta:

No Brasil, enfim, nunca tivemos uma luta de classes<sup>11</sup> de verdade, na qual os interesses das classes populares tenham se feito valer como direito. O que sempre tivemos aqui foi uma cruel e covarde opressão de classes, na qual qualquer tentativa de diminuir, por pouco que fosse, a abissal distância social redundou em golpes de Estado e em estados de exceção. (SOUZA, J., 2018, p. 145).

Ainda, a educação oferecida nas escolas não se mostra emancipatória, pois exclui, ataca a cidadania, mantém o atraso. A escola não trabalha o pensar, o questionar, o ser protagonista de sua história. Para que a educação seja emancipatória precisa equalizar condições entre alunos ricos e alunos pobres, como acesso a uma educação de qualidade, alimentação adequada, professores bem formados. Segundo Demo (2019b), o déficit é muito alto, sendo necessário oferecer algo a mais para diminuir a distância entre a educação do pobre e a do rico. Devemos entender que a educação não resolve, sozinha, a pobreza material, mas pode contribuir na constituição de um sujeito capaz de reagir e se resolver. Djamila Ribeiro (2019) corrobora com essa afirmativa, ao nos esclarecer que o debate não deve ser sobre capacidades, mas sim sobre oportunidades, e exemplifica que um garoto que vende pastel para ajudar na renda familiar e outro garoto que passa as tardes aprendendo um idioma não possuem em sua origem o mesmo ponto de partida, muito menos o mesmo ponto de chegada.

Nesse sentido, tudo indica que ainda não temos a cidadania necessária, que não alcançamos níveis de emancipação humana suficiente para mudar o país, e a elite faz o que quer (DEMO, 2019b). Até mesmo os nomes das políticas públicas são escolhidos

---

<sup>11</sup> Sabe-se que há divergência quanto a esta questão, não há clareza. O que se pode registrar, para fins deste trabalho, é que existiram lutas sociais, coloniais que tentaram acabar com a escravidão, mas não são consideradas lutas de classe.

politicamente, estrategicamente, com o objetivo de manipular as pessoas, como exemplifica o caso do programa Bolsa Família. Agamben (2004) posiciona que as escolhas terminológicas não são neutras, estão sempre implicadas em tomada de decisão em relação ao que é proposto, ou seja, depende do interesse. Fanon (1965, p. 24) alerta sobre o uso das palavras empregadas em determinadas situações: “O irmão, a irmã, o camarada, são palavras proscritas pela burguesia colonialista porque, para ela, meu irmão é a minha senha, meu camarada é o meu entendimento [...]”. Concentra-se em mais uma maneira de manipular as pessoas.

Com isso, pode-se perceber que está em xeque a soberania, a cidadania e a dignidade do ser humano. Estamos com medo do futuro por não sabermos o que está por vir, o que se torna algo inédito em nossa história. Vivemos em um mundo que o ter prevalece o ser, e isso pode ser considerado exclusão. Segundo Feffermann (2018), cada vez mais a cidadania encontra-se vinculada à capacidade de consumir, em vez de se contrapor às arbitrariedades praticadas pelo Estado, relacionadas aos direitos fundamentais de vida. O niilismo<sup>12</sup> da qualidade política por parte da elite vem, supostamente, aos poucos, nos empurrando para esse abismo.

A desobediência civil pode ser um bom começo para o combate à pobreza política, contra-hegemônica. Segundo Jessé Souza (2018), só muda o sistema se houver alguma saída em relação a ele. Ficar apenas dentro da lei não altera estruturas/superestruturas e a ruptura não se concretiza. A criação dos sindicatos foi um bom exemplo de desobediência civil. Além de se tornar uma das maiores ideias da saga humana de combate à pobreza política, possibilitou a conquista de direitos trabalhistas e organizou o trabalho (DEMO, 2019a). Ainda, nas palavras de Demo (2019d), desobediência civil se propaga como um dos caminhos pelos quais as pessoas se rebelam contra leis que consideram injustas, a qual pode ser violenta e não violenta. Quando não violenta, está conectada a democracia qualitativa que acolhe o direito a manifestação contrária ao poder legalmente constituído.

Seguindo a perspectiva, Thoreau (1997, p. 13) defende a desobediência civil ao interrogar: “Como pode um homem satisfazer-se com apenas ter uma opinião e deleitar-se com ela? [...] Leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos em corrigi-las, obedecer-lhes até triunfamos ou transgredi-las desde logo?”. São reflexões que podem nos levar a nos questionarmos para que, de fato, possamos fazer mudanças e não apenas defender a mudança. Para o autor, os homens se posicionam de forma pacífica esperando que a maioria seja persuadida e provoquem mudanças. Enquanto o próprio

---

<sup>12</sup> Termo usado para designar a negação de princípios políticos.

governo rouba de nós a dignidade, a cidadania, o igualitarismo e nada lhe acontece. Coloca, como exemplo, a própria prisão por se recusar a pagar impostos, desvelando a injustiça da Lei, desobedecendo regras e mostrando que é preciso transgredir.

Nessa direção, Demo (2019d) aponta:

Não cabe esperar passivamente que as coisas mudem, nem contentar-se com o voto apenas; ações mais incisivas são necessárias, o que implica a possibilidade de violência (quando necessária). Tende a ver o pagamento de impostos como colaboração com a injustiça, que o Estado usa o que arrecada para se manter, em especial manter as iniquidades [...]. (DEMO, 2019d, n.p.).

Ademais, a desordem é a origem da criatividade e para ser entendida deve ser ordenada. Seu papel torna-se mais significativo do que o papel do partido político ao se organizar para a conquista do Estado e não para receber do Estado, a esse movimento nomeia-se de qualidade política. Cabe lembrar que podemos ser rebeldes sozinhos, mas se a desobediência civil não se diluir, não alcançar a coletividade, se torna inútil. Uma democracia com qualidade admite a desobediência civil.

Na literatura encontramos explicação para a difícil arte da desobediência. Jessé Souza (2018) ratifica que é de cunho religioso, precisamente da origem judaica, aprofundada pelo cristianismo, pois, ao desobedecer a regras o indivíduo sofria castigos impiedosos e às vezes, até a morte. Dito isso, a igreja exerceu grande impacto na história que perpetua até hoje. Com isso, inibiu o sujeito de pensar e, conseqüentemente, de agir em prol de suas necessidades.

Outrossim, não podemos esperar do opressor a libertação (FREIRE, 1987). O nosso papel enquanto cidadão é lutar pela mudança. Para isso, necessitamos aprender a fazer leitura de mundo das ideias postas sem nos permitir adocicar a opressão. Até porque, quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. Elas são sempre produto das elites dominantes que querem continuar no poder, e para alcançar essa meta interpretam e justificam tudo o que acontece no mundo baseado em seus reais interesses (SOUZA, 2017). A palavra de ordem que resume a necessidade do momento é confrontar, ou resistência.

Nada mais plausível para compreendermos os influxos em sociedade daqueles que possuem qualidade política e dos que não possuem, se considerarmos que:

Há uma diferença colossal entre uma população que executa comando que sequer sabe identificar, quanto menos questionar, e outra que tem ideias próprias, acalenta projeto alternativo de desenvolvimento, organiza-se politicamente e controla democraticamente seus mandantes e elite e mantém pretensões de autonomia com base na produção própria de conhecimento crítico e criativo. Há uma diferença monumental entre alguém que cultiva proposta própria de vida, toma o destino em suas mãos e interfere nas circunstâncias históricas e naturais e alguém que sequer imagina ser isso possível [...]. (DEMO, 2006, p. 43-44).

Freire (1996) coloca que ninguém é sujeito da autonomia de ninguém, então, cada um de nós precisa ser o sujeito autoral de sua emancipação sem esperar do outro sua libertação. Não será a escola ou mesmo o professor que despertará no aluno a liberdade. Até porque, de acordo com Bourdieu (1992), não é fácil perceber que a autonomia da escola é relativa, assim como sua dependência à estrutura das relações de classe. Sendo assim, as suas funções como sistema de ensino estão conectadas diretamente aos interesses das classes dominantes, enquanto deveriam estar vinculadas aos interesses das classes sociais. Dessa forma, elimina a sua neutralidade, tornando-o passível de preferências. Assim, entende-se que, mais uma vez, quem sai prejudicada é a classe popular.

Outro autor que teoriza emancipação é Adorno (2003b). Para o autor, a emancipação deve ser evidenciada no sentido da autonomia humana, que somente será bem sucedida se for um processo coletivo em que os homens consigam se libertar da autoculpa, ou seja, não se refere somente ao sujeito individual, mas essencialmente ao sujeito social. No tocante a essa dimensão, nos cabe destacar que a mudança individual não necessariamente provoca a mudança social, apesar de que a primeira pode impulsionar a segunda. Sendo a emancipação prerrogativa para a democracia, o percurso a ser trilhado é a formação, a educação política.

O poder da qualidade política, por sua vez, se sustenta na participação democrática, no efetivo exercício da cidadania, tanto individual quanto coletiva, na postura emancipatória. Isto posto, na atuação do povo como ator político. Acredita-se que a aplicabilidade das dimensões discutidas passa pela autonomia, pela desobediência civil, ambas desenvolvidas no processo educativo, por meio do qual as ilações apontadas sobre a qualidade política se voltam para a mudança de atitude da sociedade por meio da educação. Um processo de autonomia, sustentado pela pesquisa e pensamento, que pode vir fazer a diferença na vida em sociedade, assim, diminuindo as desigualdades. Lutemos por uma educação que nos ajude a pensar e não a obedecer (DEMO, 2006, 2018, 2019a, 2019e). Dito isso, deve-se ampliar o sentido do conceito de educação, que exige de nós além do ler, escrever e contar, também pensar e diagramar para que de fato possa acontecer emancipação. Em outros termos, qualidade política implica em sabermos ler a realidade que está posta para intervir.

García Pérez e Alba Fernández (2007) corroboram com esse pensamento ao assinalar que uma educação cidadã precisa de vinculação a ação. Para tal, é necessária a informação política, social e institucional, numa perspectiva histórica e atual, incluindo a educação política e uma educação para a democracia, além da ética. García Pérez, Alba Fernández e Santisteban Fernández (2012) acrescentam que ser competente para viver em sociedade, e ser cidadão de fato com responsabilidade e compromisso, requer conhecimentos sobre o passado

e o presente; requer capacidade para pensar soluções para os problemas sociais. E apontam que estudos reclamam por uma nova educação política, jurídica ou econômica, ou cívica com foco na participação. Uma educação que sirva para compreender os problemas do mundo e intervir criticamente.

A pobreza persegue a humanidade desde o início da sua existência e possui ramificações. Para este estudo, vamos nos ater a três de seus lados: a pobreza material, a pobreza política e a pobreza de experiência. É importante esclarecer que “pobre” é quem não tem acesso aos inúmeros atendimentos, tais como: saúde, educação de qualidade, alimentação, emprego, renda; que o sistema produtivo produz a pobreza. Ela é produto, dinâmica histórica produzida, mantida e cultivada pelo neoliberalismo (DEMO, 2006), marca conspícua da sociedade. Carneiro (2011) acrescenta que a pobreza tem cor e sexo no Brasil, sendo, respectivamente, negra e mulher, pois constituem os setores mais empobrecidos do nosso país e ocupam as periferias geográficas e socioeconômicas. Outro dado fundamental sobre a pobreza, para Feffermann (2018), é a característica de ser vista como o lugar privilegiado da criminalidade, no qual “[...] a política de lei e ordem é galgada em argumentos falaciosos, divulgados ao sabor da política neoliberal que prioriza a saúde do mercado econômico ao invés do bem-estar de seus cidadãos necessitados [...]” (FEFFERMANN, 2018, p. 134). Então, o que se pode constatar é que se a pobreza foi construída historicamente, pode também ser desconstruída.

Seguindo esse mesmo viés, Jessé Souza (2018) põe em tela:

Não há dominação de poucos sobre muitos sem o recurso à mentira e ao engano. Em consequência, a opressão precisa ser moralizada, difundindo-se a ilusão de que o interesse do dominado é levado em conta e, mais importante, convencendo-o de que a própria dominação é para o seu bem [...]. (SOUZA, J., 2018, p. 58).

A população encontra-se destituída de bens materiais, espoliada de sua cidadania, tendo como missão histórica sustentar as falcatruas da elite. A partir do momento que o pobre adquirir a percepção de que a pobreza é imposta, ele abandonará a condição de expectador e assumirá a posição de autor. Portanto, a pobreza vai além da pobreza material, alcança a política para manutenção do *status quo*, ou seja, recurso e poder. Para Demo (2018) também é humilhação, degradação, subserviência. Traduzindo de uma forma mais simples, é obedecer.

Quanto a questão poder, Jessé Souza (2017) considera:

A questão do poder é a questão central de toda a sociedade. A razão é simples. É ela quem nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. O dinheiro, que é uma mera convenção, só pode

exercer seus efeitos porque está ancorado em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos sociais [...]. (SOUZA, J., 2017, p. 11).

A dimensão da pobreza material está relacionada ao não ter, às dimensões materiais, à questão econômica de mercado. Não ter habitação, não ter alimento, não ter emprego e o que se pode encontrar como pano de fundo: falta de acesso a arte; cultura; lazer e viagens, que podem nos provocar, nos politizar, nos despertar para a realidade e a recusar o que está posto. Esse aparece como o medo da elite, que vem, ao longo dos anos, buscando uma forma de desmobilizar, despolitizar a classe popular em causa própria, ou seja, na busca pela manutenção do *status quo*.

Demo (2018) salienta que a pobreza política está atrelada a pobreza do espírito, a do ser, e aborda temas que afetam o nosso dia a dia. Caminha na direção da incapacidade de entender o que está posto, de criticar, de ser protagonista de sua própria história, de exercer a cidadania e praticar a democracia. Se comparada a pobreza material, é algo muito mais sério. Faz referência à imbecilização do pobre, significa tolher, impedir de ler a realidade. Assim, as pessoas se esquecem de lutar e perpetuam os privilégios da minoria privilegiada. Jessé Souza (2017) argumenta que é preciso iniciar um processo de aprendizagem que nos tire dessa posição de imbecilidade e idiotice para o qual fomos programados. Com isso, passemos para uma atuação cidadã e não nos deixemos ser levados pelas estratégias do poder real, da elite. Em outras palavras, necessitamos abandonar a pobreza política e adquirir qualidade política, via educação baseada na pesquisa.

Nas palavras do autor, entendamos o que é pobreza política:

Pobreza política implica mendigar direitos, postulando que são concedidos ou doados. Implica aceitar a posição de objeto manipulado, como se fosse natural ou normal que outros disponham do nosso destino. Implica estar privado do acesso ao conhecimento e educação, como se saber pensar fosse quinhão seletivo. Implica conviver com a exclusão como condição cotidiana de vida. A destituição material é, de si, condição grave, mas é mais grave ainda não perceber que esta destituição é historicamente causada e pode ser historicamente mudada. Um dos centros da exclusão é a destruição do sujeito capaz de história própria, individual ou coletiva, esperando do opressor a libertação [...]. (DEMO, 2018, n.p.).

Quando falamos de pobreza política, nos remetemos ao não saber fazer a leitura de mundo (FREIRE, 1989). Toda vez que deixamos de pensar sobre determinado tema e/ou deixamos de analisar determinadas conjecturas, abandonamos o caminho da emancipação. É no ato de pensar que compreendemos o que está por trás das crises políticas brasileiras e os reais interesses por trás dos acontecimentos históricos.

Nessa perspectiva, nada melhor para ilustrar o comportamento da elite brasileira do que a reação a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 66/2012, mais conhecida como a PEC das domésticas; Lei complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, que foi sancionada durante o governo à época da Presidenta Dilma Rousseff. Quando anunciada, de acordo com Sousa (2017), esta Lei jogou luz sobre um fenômeno que ocorre no Brasil, desde seu “descobrimento”, que se mostra ora de forma velada, ora de forma explícita, a escravidão.

A promulgação da PEC tornou-se um marco na quebra do elo entre a cultura escravagista e a jornada de trabalho, entre outras questões. Caso queiramos compreender melhor este fenômeno, podemos recorrer às atitudes apresentadas pela elite, que vão desde a demissão do trabalhador doméstico ao não registro oficial, o qual, apesar da Lei, coloca barreiras à formalização do trabalho doméstico, como a questão econômica no instante de contratação/demissão, reação violenta à Lei. Dessa forma, externa resistência a atribuição de direitos a uma classe trabalhadora, deixando a entender que o trabalhador doméstico não merecia obter conquistas e que deveria permanecer na posição de oprimido, a mercê das vontades do empregador.

Neste espaço, ainda cabe um recorte para a questão gênero, sobretudo a mulher negra, que como bem é apresentado em pesquisas, são a maioria das empregadas domésticas e/ou como mulheres extremamente sensualizadas; assim, se posicionam num lugar de luta pela sobrevivência contra uma elite preconceituosa, tanto na questão econômica quanto na questão de gênero e de beleza. Sobre esse processo, Silva e Remídio (2019) destacam que:

São as mulheres negras que recebem os piores rendimentos no mercado de trabalho; são maioria entre as profissões menos valorizadas no mercado; são maltratadas nos serviços públicos de saúde e têm a beleza desvalorizada pelo ideário masculino, branco e ocidental presente em nossa sociedade [...]. (SILVA; REMÍDIO, 2019, p. 107).

O que podemos evidenciar é que há um processo de alienação sofrido pelos brasileiros, desde sua colonização. De acordo com Jessé Souza (2017, 2018) a alienação do povo sempre foi estratégia eficaz das elites dominantes em prol de sua própria manutenção. Por parte do sistema produtivo, não enxergamos demonstração de interesse que nós tenhamos conhecimento, porque conhecimento significa poder e quem tem conhecimento não aceita qualquer oferta na vida como opção (FREIRE, 1987, 1996). Também, podemos observar como característica mais original da díade capital e Estado, a concatenação do biopoder (MBEMBE, 2016). Ademais, a manutenção dos privilégios e a permanência da pobreza em suas mais variadas possíveis ramificações. Seja ela pobreza material, pobreza política ou

pobreza de experiência, com o intuito de fortalecer o *status quo* para que o pobre permaneça na condição de massa de manobra, de escravidão.

Em relação à pobreza política, devemos ter atenção a um ponto substancial abordado por Demo (2018), quando esclarece que pobreza não é causalidade, não é questão divina, não é preguiça. É produto, é dinâmica histórica, é fruto de uma educação que consagra privilégios. Santos (2016, p. 167) acrescenta que: “[...] nada na história é acidental, tal como nada é necessário [...]”. Portanto, a culpa que vem, ao longo dos anos, sendo atribuída ao pobre, cabe ao sistema produtivo, que tem como objetivo produzir riqueza para si, através da exploração dos pobres, sem pensar em cuidar de sua politização. Dito isso, não é de interesse da elite combater a pobreza política. Com essa atitude, a sociedade vem sendo forjada às custas das minorias políticas que, caso se juntassem, passariam a ser maioria, como bem ratifica Freire (1996), pois a coletividade é quem tem a força combativa.

Neste momento, cabe ater que pobreza política também é ingrediente presente na elite brasileira, e não está ligada diretamente a questão de classe. Como argumenta Demo (2006, p. 47), “[...] o desafio maior da qualidade política, entretanto, é o da ética do bem comum [...]”. Podemos ter alguém que, mesmo com toda formação acadêmica, poder econômico e acesso cultural, pode ser pobre politicamente ao tomar decisões que levam em conta apenas o bem próprio e desconsidera a coletividade, os direitos humanos, ou seja, falta de consciência também é pobreza política. Portanto, ter qualidade política está diretamente ligada a questão de comportamentos.

Jessé Souza (2017, p. 14) lembra que: “[...] normalmente, todas as pessoas são influenciadas pelo paradigma na qual foram criadas e ninguém, em condições normais, pensa além de seu tempo [...]”. Provavelmente, seja esse o motivo pelo qual o discurso da Lava Jato<sup>13</sup> passou de forma verdadeira sem maiores questionamentos por parte da maioria da sociedade. Um discurso contra a corrupção montado pelos poderes com aval da imprensa, para fazer as pessoas de imbecis (SOUSA, 2017). É importante registrar que ninguém nasce imbecil, mas podemos ser feitos de imbecis.

Contudo, é possível combater a pobreza política. A utopia é necessária para não haver desistência pela busca de dias melhores. Assim, não sucumbimos ao conformismo. Quem tem utopia quer ir além, busca outra sociedade, outro modo de vida, outro governo. Para tal, Demo (2019a) aponta um caminho a seguir, o da arte, devido sua importância no processo histórico

---

<sup>13</sup> A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações, em andamento, pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

humano, que possui como ideia principal romper o *status quo*, mexer com a realidade. Nessa caminhada de resistência, encontramos grandes artistas que retrataram a realidade para nos fazer pensar. Picasso é um dos grandes exemplos. Suas telas vão além, ultrapassam, exageram para provocar a mudança, para se perceber as marcas registradas via capital e Estado e o que está por trás de seus interesses. Faz com que o sujeito pense, reflita, questione, busque outra forma de ser, encontre outro caminho. Ou seja, que aconteça o processo de formação e (de) formação em meio a análise das obras.

Benjamin (1987) considera outra ramificação da pobreza. A pobreza de experiência, que vem, segundo o autor, esvaziando o sujeito de conhecimento. Isso pode deixar como resultado um impedimento automático de partir para frente, a vontade e o desejo de começar de novo, nos guiando pela direção do se contentar e do construir com o pouco, sem enxergar outros caminhos possíveis. O efeito dessa pobreza se mostra devastador, a impressão que passa é de apagamento dos rastros, esquecimentos dos hábitos, eliminação da memória. Com isso, perdemos nossa identidade e passamos a viver sem poder compartilhar nossa experiência, ação muito comum no passado, em que os mais velhos narravam as suas histórias e as histórias dos outros para os mais jovens. Na ocasião, acontecia troca de conhecimentos, uma ação formativa integradora entre os envolvidos.

Benjamin (1987) aponta que o conceito de pobreza de experiência encontra-se ligado ao não experienciar, além de silenciar aquilo que somos, que construímos. Tudo indica que seja em função da dor vivida, do desalento provocado pela ganância dos poderosos, então, há certo abandono a novas experiências, prefere-se libertar das experiências vividas e esperar por um mundo em que se possa ostentar de maneira pura e clara sua pobreza externa e interna. Assumimos um papel minimizado, sem histórias para contar, que se vincula ao silêncio do passado, ao esquecimento, para não servir de paradigma. Não é interesse da classe dominante falar do passado, dos hábitos, do experienciar. Isso ocorre com o objetivo de ocultar a história, para que não se conheça a verdade. Também, descreve em sua obra que a pobreza de experiência faz parte da pobreza, porém, sem vinculação ao indivíduo e que os valores culturais nos levam a concepções de mundo que podem chegar à barbárie quando a experiência é subtraída da humanidade.

Larrosa Bondía (2002, p. 21) aborda essa mesma temática quando escreve: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca [...]”. Nunca na história se passaram tantas coisas, mas a experiência se torna cada vez mais rara. Um dos motivos da falta de experiência colocada pelo autor é o excesso de informação. Outro motivo é o excesso de opinião. Ambos são

apontados como dificultadores da falta de experiência, não nos permitindo que nada nos aconteça.

Contudo, não é difícil olhar em volta e perceber as marcas deixadas pela pobreza política. Elas estão presentes em nossas vidas, na sociedade. E a ausência de crítica reflexiva por parte dos pobres a respeito desse âmbito faz com que elas se potencializem. Como argumenta Jessé Souza (2018, p. 39), “[...] sem consciência da realidade que nos molda, somos vítimas ainda mais impotentes de sua força [...]”. Uma força que vem amedrontar, intimidar, excluir.

De acordo com Demo (2016), as marcas da pobreza política brasileira podem ser encontradas na educação, no trabalho, na cultura, nos poderes públicos, na mídia, nos Movimentos Sociais. Em relação a esta seção, vamos nos preocupar diretamente com a questão educacional, econômica e assistencial. A educação, por sua vez, encontra-se no rol dessas marcas da pobreza política, por se apresentar como parte sensível do processo de aquisição de conhecimentos. Embora a escola também sistematize a destruição da experiência, ou esquematiza a pobreza da experiência, sabe-se que uma educação de qualidade propicia o saber pensar, a autonomia, a aprendizagem e o conhecimento de teor reconstrutivo político. Dessa forma, para Demo (2006, p. 93): “Quando não tem qualidade, pode ser esquema reprodutivo tacanho, coisa pobre para o pobre [...]”, enquanto deveria estar comprometida com a educação dos sujeitos excluídos, buscando uma maneira de amenizar essa diferença histórica.

Nesse caminho, observa-se que há uma confusão conceitual entre dar aulas e aprendizagem, tanto por parte dos professores quanto por parte dos estudantes. Devemos entender que o professor não causa a aprendizagem do aluno, ele media a aprendizagem, portanto, ele é a solução pedagógica e não o problema, como o sistema aponta. Demo (2019b) esclarece que a questão é que ele, assim como os alunos, também se tornou autor limitado que não realiza criações, apenas reproduz. Caso queiramos utilizar termo tecnológico aplicado hoje em dia, para esclarecer essa questão, podemos dizer que o processo é de copiar e colar.

Nos reportando a Adorno (2003), a educação tem como importância não ser, de forma alguma, instrumento disciplinador de comportamentos, como acontece; e sim, ela deve ser concomitantemente, autonomia, racionalidade e possibilidade de extrapolar a adaptação ao meio, deve alcançar a emancipação, abandonando os manuais da indústria cultural que impõe essa dependência, na qual a consciência se mostra dominada pela comercialização.

Demo (2006) discorre o processo educacional como jogo de influências e poder, pois o sistema não teme um pobre com fome, mas teme um pobre que sabe questionar, pois

questionar é o gesto mais fundador, é rebeldia humana. Um problema que podemos apontar é que não se aprende bem na escola pública (na escola particular também não) devido a vários fatores, que vão desde a pobreza à formação docente. A escola pública tem promessa, mas não cumpre, sendo ela espaço propício ao exercício da cidadania emancipatória por meio da qualidade política para aprimoramento do conhecimento da realidade. No entanto, a pobreza política se faz presente bloqueando atos de mobilização, desobediência civil e revolução por parte dos envolvidos no processo educativo. Enquanto isso, os países desenvolvidos fazem pesquisas e o Brasil dá aulas e provas.

Jessé Souza (2017) esclarece o processo histórico de exploração dos pobres para beneficiar aos ricos:

Os brasileiros das classes superiores cevaram a miséria e a construíram ativamente. Constituiu-se uma classe de humilhados para assim explorá-los por pouco e para construir uma distinção meritocrática covarde contra quem nunca teve igualdade de partida. Não se entende a miséria permanente secular dos nossos excluídos sociais sem esse ativismo social e político covarde e perverso de nossas classes “superiores” [...]. (SOUZA, 2017, p. 170).

Freire (1996) considera que não podemos ser apenas objeto da história, mas igualmente seu sujeito, pois quando historiamos sobre cultura e política realizamos constatações que saem do campo da adaptação para entrarem no campo da mudança. E como sujeito de diálogo, não para domesticar, mas para libertar, portanto, devemos sair do sistema para romper com essas amarras ideológicas e históricas que possuem como foco a manutenção de privilégios.

Na esteira desse pensamento, Demo (2019b) conclui que uma das formas para equalizar essa questão é “arrumar” o professor, que é a profissão principal da aprendizagem, por meio da qualificação do curso de pedagogia, curso mãe da universidade, através da elaboração de uma formação pedagógica com matriz diferenciada da atual, que eduque pela pedagogia ativa, a pedagogia da pesquisa, por meio da qual, conforme Bourdieu (1992, p. 122), “[...] o professor encontra nas particularidades do espaço que lhe concede a instituição tradicional [...] as condições materiais e simbólicas que lhe permitem manter os estudantes à distância e com respeito, e que o coagiriam mesmo se ele recusasse a aceitá-las [...]”. A outra é que o filho do pobre e do rico estudem na mesma escola e decole do mesmo ponto de partida, deixando claro que, mesmo assim, talvez não seja possível o igualitarismo devido a questões inerentes a vida do pobre, como históricos diversos, apoio da família e acesso a recursos, mas seria um bom começo, desde que ao filho do pobre fosse ofertado mecanismos

diferenciados. Sabe-se que isso é algo difícil de acontecer, como defende Djamila Ribeiro (2019).

Bourdieu (1992, 2007) coloca que vantagem igual não é vantagem, e enxerga como ingênua a pretensão de resolver esse problema da "mudança social" apenas colocando o pobre em um lugar no espaço social, no qual uns permaneceriam mais elevados e outros não, pois acabaria entrando em um processo de transformação para conservar a distinção, não para realizar mudança efetivamente.

O capitalismo financeiro se mantém inteligente ao continuar manipulando nossa cabeça e nos retirando a capacidade de refletir. As pessoas continuam sendo colonizadas, no entanto, com alteração de estratégia. Freitas (2018, p. 917) advoga que: “Por este caminho, desenvolve-se um imaginário social legitimador de um individualismo violento (mascarado de empreendedorismo) que lança a juventude em um vácuo social, onde conta apenas o presente, a “luta pela sua própria sobrevivência [...]”. Jessé Souza (2018) acrescenta o uso do discurso: seja empreendedor de si, criativo, transforme seu companheiro em concorrente ou inimigo, o cidadão em empresário de si, o egoísmo em virtude e as pessoas em objetos negociáveis, e esqueça que devem aos bancos e trabalham 14 horas por dia. Mariana (2017) amplia esse debate, ao colocar que as concepções do capitalismo de ser humano se aproximam da igualdade na padronização da condição humana, na qual quem não se padroniza, acaba sendo marginalizado, excluído da sociedade.

Essa perspectiva, conforme Jessé Souza (2018), nos torna imbecis para aceitarmos as maldades feitas pelo capitalismo. Contudo, o que nos tornou o que somos foi o capital, cujos motivos são as questões econômicas, mas a forma é ideológica. Fanon (1965, p. 52) afirma que: “As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão, foram os principais meios utilizados pelo capitalismo para aumentar as suas reservas em ouro e em diamantes, as suas riquezas e para estabelecer o seu poder [...]”. Comportamento esse que vem se repetindo. O que é possível observar é que os capitalistas atuam como criminosos de guerra em países em desenvolvimento.

Em Demo (2006), para enfrentar com competência, faz-se necessária a devida organização política, ou seja, qualidade política. Sem essa mudança é provável que continuemos sendo massa de manobra. O nível de alcance do capitalismo extrapola a valorização do capital econômico.

De acordo com Jessé Souza (2018):

O próprio dinamismo da atividade econômica no capitalismo depende do aproveitamento sistemático da técnica e da ciência, ou seja do conhecimento. É isso

que torna o capitalismo dinâmico e produtivo. Não existe nenhuma atividade ou função, no âmbito do mercado ou do Estado, que possa ser exercida sem conhecimento técnico específico [...]. (SOUZA, J., 2018, p. 87).

E não foi a classe pobre que se apropriou desse conhecimento como recurso fundamental para uma vida mais confortável. Foi a classe média quem se apoderou e se mantém dia a dia com seus privilégios, enquanto a classe popular permanece em situação escravagista submetidos a subempregos e, muitas vezes, desempregados.

Enquanto o capitalismo continuar realizando distribuição de renda por meio de programas sociais que legitimam o neoliberalismo, como o Bolsa família, ainda que represente uma possibilidade de mudança para muitas famílias, inclusive no tocante a alimentação, o pobre permanecerá a margem da sociedade; para complicar o quadro, quando é atacada atinge diretamente a educação e a mulher. Uma das saídas apontadas por Demo (2006) para essa questão é a redistribuição de renda com significação dinâmica política de impor aos mais ricos mais impostos, ou seja, a taxação de grandes fortunas. Para tal, percebe-se a necessidade da qualidade política da sociedade, pois só ela pode interferir nesse assunto. Para Santos (1999), essa redistribuição extrapola o campo econômico com alcance ao social, no qual o trabalho deve ser ele próprio o objeto de redistribuição social; deve envolver o direito à partilha do trabalho.

Nesse contexto, o capitalismo pode ser compreendido não como ideologia, e sim como negócio, através do qual o oportunista desfruta de vida fácil à custa da miséria e sofrimento de todo povo, em que economia forte significa gente passando fome (SOUZA, J., 2018). E se não mudarmos a mentalidade, não adianta conquistar direitos. Para ilustrar, voltemos ao exemplo da PEC das domésticas em que a Lei foi criada, e, não tendo sido cumprida pela maioria dos empregadores, muitas foram demitidas e/ou tiveram a carga de trabalho reduzida. Para mudar precisamos de participação popular na política, de desobediência civil, de autonomia. Em outras palavras, de formação política para que o pobre desconstrua a pobreza de maneira histórica e ideológica, assim como vem sendo construída ao longo dos anos.

Demo (2019d) coloca que, quando a economia funciona, a ideologia fica esquecida. Supostamente, o ser humano está preocupado com a questão financeira e individual na busca por realizações pessoais sem levar em consideração o bem-estar da coletividade. Por enquanto, de acordo com Jessé Souza (2018, p. 40), “[...] ainda somos como as formigas disciplinadas e consumidoras, que não fazem qualquer uso afetivo da capacidade reflexiva e crítica que caracteriza a dignidade especificamente humana [...]”. Nosso comportamento não condiz com nossa especificidade. Bourdieu (2007, p. 156), apropriadamente coloca que “[...] a

dialética da desclassificação e da reclassificação - que se encontra na origem de toda a espécie de processos sociais - implica e impõe que todos os grupos envolvidos avancem no mesmo sentido, em direção aos mesmos objetivos, ou seja, as mesmas propriedades [...]”. Mas, o que podemos presenciar é uma guerra constante em que cada um quer ser mais distinto do que o outro.

Diante dessas colocações, podemos recorrer a Benjamin (1987, p. 119) para compreendermos o que está por vir, a saber, “[...] a crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido [...]”. Em outros termos, a questão econômica que se aproxima não nos parece ser promissora. Devemos nos preparar para um provável confronto cada vez mais desigual e violento.

Santos (1999) acrescenta que o assistencialismo transforma os cidadãos em trabalhadores sociais nas áreas de mercado de trabalho que não interessam ao capital. Existe uma lógica no capitalismo que protege o empresário, enquanto o trabalhador não tem a mesma proteção. Essa transformação torna-se reflexo da ausência de qualidade política, no aceite ao que é posto sem questionar: “Com isso, a pobreza política indica um comprometimento intenso do corpo inteiro [...]” (DEMO, 2006, p. 41). Quanto mais pobreza, mais desigualdade e menos organização, assim, é mais fácil dominar quem não pensa. Nessa lógica, identifica-se que os programas sociais, por exemplo, o Bolsa Família, que ignora a pobreza política, mantém os pobres como simples beneficiários, para evitar que sejam considerados parceiros interessados e venham a questionar os próprios programas (DEMO, 2006). Dito isso, podemos ressaltar Freire (1987), ao colocar que por amar as pessoas e amar ao mundo, briga para que a justiça social se implante antes da caridade. Em outras palavras, aponta-se que igualitarismo se torna mais fundamental à classe pobre do que a ajuda de custo.

A preocupação do sistema produtivo passa pelo cuidar do pobre com fome, mas não quer o pobre pensando. Deixa-o na margem da sociedade. O Assistencialismo não se dedica à política, elabora ações que são feitas sistematicamente, não necessariamente de maneira proposital. Assim, concomitantemente, baseado em Demo (2018) o Bolsa família combate à carência material, acomodando a pobreza, e fortalece, tanto a pobreza política quanto a de experiência. Mesmo com toda essa problemática não deixa de ser um programa democrático e importante, pois acontece uma inclusão ainda que marginal, mas em termos emancipatórios não há ganhos. Carneiro (2011) aborda essa mesma questão, quando escreve que a pobreza no Brasil está relacionada a três elementos, a saber: alto grau de desigualdade, a ineficácia das

políticas universalistas e o combate à desigualdade. Este programa, então, se tornou uma forma de controle por parte do Estado e não deixemos nos enganar, é uma política pública neoliberalista.

As discussões construídas por Jessé Souza (2018) evidenciam o porquê desse controle:

[...] não por acaso, [...] a capacidade humana de autorreflexão e descoberta de novos sentidos para a vida pessoal e social sempre foi recalçada e mantida sob estrita vigilância. Essa capacidade humana é revolucionária e, quando deixada livre, tende a questionar o sentido da tradição e da reprodução impensada da vida. Os detentores de privilégios não têm interesse nesse tipo de liberdade, que abre o caminho para a crítica à tradição e a invenção de um mundo novo [...]. (SOUZA, J., 2018, p. 25).

A ausência de controle, de vigilância, por parte do capital e do Estado em relação a população, implicaria em revolução, por isso, provavelmente, ambos gastam esforços em tomar atitudes que venham a provocar inércia ao povo pobre.

Sobre esse aspecto, Demo (2019c) ratifica que poderosos e políticos se escondem atrás das políticas públicas, como o Bolsa Família, e o sistema produtivo se torna a causa para a pobreza, mesmo não sendo determinante; enquanto o Estado se exime da educação política deixando a pobreza política agir em prol de seus interesses. Como resultado dessa situação, existe a não percepção por parte do povo, da manobra realizada por eles, para mantê-los em situação de dependência. Essa conjuntura pode ser observada no comportamento dos brasileiros durante a campanha/eleição de 2018, tanto para presidente como para outros cargos eletivos.

De acordo com Demo (2019c):

O marxismo é a posição teórica mais explícita e conhecida em termos de responsabilizar o sistema produtivo pela pobreza das maiorias, por conta da preponderância explícita do capital sobre o trabalho e de inverter a lógica social: mercado, em qualquer coloração (liberal ou não liberal), é meio; sociedade é fim; menos para o capitalismo. (DEMO, 2019c, n.p.).

A teoria marxista tem uma posição diferenciada a do autor. Enquanto Demo (2019c) defende que o sistema produtivo é causa da pobreza, o marxismo defende que o sistema produtivo é determinante.

Para Betto (2016), em consonância com Demo (2019a), um dos grandes equívocos do Partido dos Trabalhadores (PT) durante o tempo em que esteve no poder foi justamente não cuidar da promoção à alfabetização política do povo, o que se tornou algo negativo quanto a sua continuidade no poder. Ou seja, sem cultura política não se tem consciência necessária para fazer escolhas que favoreçam o coletivo. Em vez disso, apenas transformaram pobres em

consumidores e não em cidadãos. Estes não foram politizados durante o processo, enquanto outros setores, como o dos estudantes secundaristas que, desde 2015, fazem movimento.

Benjamin (1987, p. 128), ao disposto citado acima, deixa como contribuição que “[...] abastecer um aparelho produtivo sem ao mesmo tempo modificá-lo, na medida do possível, seria um procedimento altamente questionável mesmo que os materiais fornecidos tivessem uma aparência revolucionária [...]”. Destarte, modificá-lo, supostamente, significaria derrubar barreiras e romper contradições. Porém, sem consciência política para agir seria impossível o rompimento. Assim caminha a humanidade, para um distanciamento cada vez mais perverso da equalização da sociedade, em direção a manutenção dos direitos dos privilegiados. A pobreza existe, não porque os pobres não sejam alimentados, mas porque não conseguimos satisfazer aos ricos.

Segundo Bourdieu (2007), as ações desenvolvidas pelos grupos possuem determinados objetivos:

As estratégias de reconversão são apenas um aspecto das ações e reações permanentes pelas quais cada grupo se esforça por manter ou modificar sua posição na estrutura social ou, mais exatamente, em um estágio da revolução das sociedades divididas em classes em que é impossível conservar a não ser pela modificação, modificar para conservar [...]. (BOURDIEU, 2007, p. 151).

O que podemos verificar é que as classes trabalham para manter e conquistar novas vantagens em relação às demais classes; que há um jogo de interesses, no qual, ao agir uma contra a outra, são compensadas de alguma forma. As marcas da pobreza deixadas pelo Estado e pelo capital nem sempre são perceptíveis pela população, além do racismo, pode-se colocar a questão de raça e gênero, e também a pobreza e suas ramificações.

Para que possamos viver em regime democrático é necessário que haja luta. A persuasão por meio do diálogo, da conversa, das manifestações entre sociedade civil e Estado, a desobediência civil pode ser a via para a conquista da democracia. A condição de mudar, de retomar a democracia se encontram em nossas mãos, principalmente nas mãos dos jovens. Freitas (2018) coloca que com os últimos acontecimentos, tanto nacionais quanto internacionais, por exemplo, a retirada de direitos, podemos perceber quão frágil é a democracia e o quanto ela se encontra em vertigem, em colapso. Uma forma de nos retroalimentar é participar das produções artísticas/culturais para manter a cabeça aberta, pensar sobre, ou seja, cuidar da nossa sanidade mental e física para resistir, pois, caso essa realidade não se altere, é provável que, com a manutenção dessas condições, ocorra o aprofundamento da desigualdade.

Para que possamos compreender como funciona o processo de formação da cultura política dos Movimentos Sociais objetivando o combate a pobreza política, os capítulos a seguir versam sobre esse processo realizado na escola, na rua e na universidade, de maneira interpretativa e questionadora.

### 3 A DINÂMICA POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os anseios e desejos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra estão conectados a reivindicar a terra, a querer um pedaço de chão para viver, aprender, formar politicamente, produzir agroecologicamente, proteger a natureza. Seria querer demasiadamente ocupar terras improdutivas? Como advoga Hobsbawm (1998, p. 243): “É claro que a expropriação é a forma revolucionária mais consciente de ocupação de terra [...]”. Uma ocupação organizada e um assentamento permanente são características diferenciais do MST, daí que, revolucionar é o verbo mais e melhor utilizado pelo movimento.

Devido a essas questões, no ano de 1984 foi criado formalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), momento em que acontecia o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra no estado do Paraná. Nasceu da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, alicerçado pelas questões econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

Após esse período de formalização, o movimento recebeu apoio de outras entidades, segundo Rubbo (2016), entre elas encontra-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), grupos de direitos humanos e sindicatos. Pode-se inferir que essas articulações se apresentam como ganho político, inclusive na composição de sua identidade política, com a produção da bandeira, dos símbolos e do hino do MST. Essas criações são marcas carregadas de simbolismo que contribuem à resistência.

Em Rubbo (2016, p. 31), desde a sua fundação, o MST se constituiu de forma internacionalista se aliando a outros países, como Venezuela, Cuba, El Salvador, Itália, Bélgica, Espanha. Muitos dos dirigentes do MST foram formados em escolas de formação política, principalmente de Cuba, pautada em ideais de Freire e de José Martí. Para o autor, “[...] o internacionalismo é resultado de um ideal e de uma realidade histórica, com o primeiro só se manifestando a partir do segundo, enquanto a possibilidade real e concreta [...]” que faz parte da vida. Também, pode ser visto como processo de formação política e pedagógica.

Esse processo de internacionalização do movimento muito se deve à Teologia da Libertação<sup>14</sup>, a qual influenciou no que tangente à formação, à organização e ao apoio incondicional nas ocupações de terra, mas, principalmente, em direcionar à essa perspectiva, por entender como prática de libertação de todas as formas de opressão. Com os processos políticos ocorridos no campo, em países como Nicarágua e El Salvador, socializados em

---

<sup>14</sup> Movimento Social que surgiu na década de 1960, composto por setores da igreja, movimentos religiosos e organizações populares criadas por ativistas das Comunidades Eclesiais de Base.

congressos entre os camponeses, incluindo o MST, principalmente a resistência narrada por estes, a internacionalização foi sendo consolidada, e a influência cada vez mais presente, ao ponto de, ainda em 1988, ser criado o setor de relações internacionais no movimento.

Como resultado desse intercâmbio, além de extrapolar a esfera nacional, conseguiu ser reconhecido e adquirir apoio para suas frentes de batalha. Martins (2003) sublinha essa colocação:

O MST conta com mais de duas dezenas de entidades de apoio no exterior, sobretudo na europa. Essas entidades aglutinam a favor de sua causa os generosos sentimentos e recursos de setores da classe média europeia. Algo que é sem dúvida, relativamente novo e muito significativo, especialmente em relação aos trabalhadores rurais do Brasil. Sem contar que o cuidado em estabelecer e administrar essas relações constitui, sem dúvida, a maior das novidades na história do campesinato contemporâneo [...]. (MARTINS, 2003, p. 196).

Essa argumentação pode esclarecer melhor a força, a duração e a resistência do MST, a qual, em meio a tantas diversidades locais, vem, aos poucos, avançando na transgressão. Baseado em Rubbo (2016), o apoio se estende para além de convidar integrantes do MST a participarem de eventos para narrar e denunciar a situação real vivida pelo movimento; elaboram e divulgam abaixo-assinados, organizam vigílias, audiências com organizações internacionais, redigem cartas às autoridades de governo. Dessa forma, contribuem nos avanços alcançados pelo movimento.

Rubbo (2016) aborda a institucionalização como fator preponderante a atuação e existência do MST, a qual teve seu início em 1999 e se mantém permanente e contínua. O autor destaca que a institucionalização é vista de maneiras diferentes por autores diferentes. As abordagens passam por ser o principal interlocutor com o governo, além da expansão e mudanças na estrutura organizativa para combater as dificuldades e enfrentar o bifrontismo político<sup>15</sup>, principalmente na era Lula.

De acordo com dados disponíveis no site do MST, o movimento está presente em 24 estados e continua, desde a sua criação, defendendo ideais revolucionários. As principais frentes do MST são: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais; para isso, defende como pauta de reivindicações: cultura, reforma agrária, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular. Portanto, se considera um movimento político que se

---

<sup>15</sup> Termo cunhado por Braga para designar um lado do MST, composto por milhares de pessoas em acampamentos/assentamentos, esperando uma posição do governo Lula, e o outro lado composto por famílias dependentes de crédito rural para financiar a agricultura familiar.

tornou também uma instituição estruturada, organizada, sistematizada e planejada, cuja diferenciação é a reinvenção de estratégias que incomodam o campo e a cidade.

Por outro lado, o MST mesmo diante de tantas lutas e combates, não conseguiu muitos avanços em relação a reforma agrária, tendo em vista ser uma questão histórica. Em meio a tantos conflitos contra a classe dominante, contra a mídia, contra o Estado burguês e contra os conservadores da sociedade brasileira, cabe como destaque o dia 17 de abril de 1996, em que Sem Terras foram assassinados, violentados e mutilados durante uma marcha de Paraupabas a Marabá no Pará, em protesto pela desapropriação de uma fazenda, tornando-se o dia mundial de luta camponesa declarado pela Via Campesina Internacional,<sup>16</sup> e o dia nacional de luta pela reforma agrária no Brasil. Na ocasião, ficou claro o despreparo do governo em lidar com a questão da reforma agrária.

Eis que em 2002, em pleno governo de Fernando Henrique Cardoso, é sancionada a Lei n. 10.469 (BRASIL, 2002) de autoria da, à época, senadora Marina Silva; em outras palavras, lutar pela Reforma Agrária virou lei, mas nada mudou, pois, essa lei, assim como tantas outras leis brasileiras, não é cumprida. O resultado é que a concentração de terra continua sendo injusta e beneficiando os latifundiários. Diante disso, a lei pode ser interpretada como contraditória às práticas.

Atualmente, não se trata simplesmente de uma Reforma Agrária nos moldes do passado. De acordo com o MST e com a Via Campesina, a qual o movimento é ligado, houve influência no que tange à soberania alimentar e à luta contra os transgênicos, se tornando o principal componente da atuação política internacionalista do MST; hoje acrescenta-se um adjetivo a essa expressão, a palavra popular, com a justificativa:

Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos (MST, [2020?]).

Esse acréscimo na nomenclatura significa especificar a importância de fazer a reforma agrária para o bem do país. Conforme *Des Sans-Terre Mouvement* (2010b, n.p.) a proposta do MST para a reforma agrária popular refere-se a um programa com amplitude social por parte do Estado que contemple toda a população do campo, tendo como prioridade a busca para gerar oportunidades iguais aos jovens e às mulheres, para que, possa dessa forma, garantir

---

<sup>16</sup> Movimento internacional, criado em 1993, que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes.

trabalho, renda, educação e cultura. Nesse documento aparecem as estratégias necessárias para o alcance dessas metas, que se resumem em duas, sendo elas: mobilização popular e a ação do Estado democrático popular.

Por meio de sua luta, o MST vem se aprofundando na questão do processo de humanização dos sujeitos, que aos poucos vão se reconhecendo cada vez mais como pessoas de direitos. Nesse processo, entendeu que para dar continuidade à luta, era preciso mais e percebeu a educação como caminho de acesso, tanto a conhecimentos que favorecessem a resolução de questões práticas do dia a dia, como para compreender a conjuntura política e social do Brasil. Assim, baseado em Caldart (2003), a educação se tornou uma ferramenta de duplo alcance para os trabalhadores Sem Terra, isto significa que o MST não representa apenas um movimento de luta pela terra, mas por educação e condições de produção material da vida no campo. Para tal, prioriza a formação da consciência, pois acredita que para transformar a sociedade é necessário que o trabalhador adquira conhecimento para que possa abandonar o senso comum por meio do domínio do conhecimento científico.

O processo vivido pelos Sem Terra constitui um processo de formação humana, localizada dentro de um modo de produção da formação, tendo como matriz o próprio movimento como princípio educativo. Ao participar do movimento da luta potencializa-se a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, ao mesmo tempo pode se apresentar questionador da ordem posta, contribuindo para a transformação da sociedade. E esse fator coopera, segundo Caldart (2003), para que exista um jeito de constituir seres humanos tomadores de decisões acerca da conjuntura que vivem.

Manacorda (2007) entra no debate:

O ensino, enquanto ensino industrial, isto é, união de ensino e trabalho produtivo ou Fabrikation, que tem por método um estágio inteiramente desenvolvido no sistema de produção, procurará alcançar o fim educativo de evitar nos jovens toda unilateralidade e de estimular-lhes a onilateralidade, com o resultado prático de torná-los disponíveis para alternar a sua atividade, de modo a satisfazer tanto as exigências da sociedade quanto as suas inclinações pessoais [...]. (MANACORDA, 2007, p. 38).

Com essa concepção escolhida, entende-se que a perspectiva educacional possui fins individuais e fins sociais, assim como a concepção de homem e sociedade.

Outro foco do MST é a educação política, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1992). É a participação na luta que politiza, levando à compreensão de que ser um Sem Terra vai muito além da conquista de terra. Alcança as dimensões das relações

sociais e ações coletivas. Um dos grandes desafios pedagógicos do MST é justamente fazer com que o sujeito se torne consciente e reflexivo, por isso quão valorizada é a educação.

Que os protagonistas do processo da Educação do Campo são os Movimentos Sociais camponeses não há o que questionar, sobretudo, o MST. Compreender essa trajetória requer um olhar para a totalidade, que é mesclada por questões políticas e metodológicas, pois o caminho de luta percorrido até aqui foi tortuoso repleto de obstáculos. Para Caldart (2009) a educação do/no campo é um *mix* de trabalho, luta social, cultura, educação e resistência.

A Educação do campo vem formatando sua história, principalmente pelo movimento “Fio de navalha”, que significa a luta desses trabalhadores e o constante perigo envolvido nesse ato. Como reitera Caldart (2009), sem abandonar a universalidade, ela busca a inclusão, tanto no sentido da educação quanto ao projeto de sociedade; sua origem está na experiência de camponeses organizados em movimentos sociais; tem atuação radical, pedagogicamente falando, justamente por compor esses movimentos. É centrada na escola e na luta para ir além do projeto educativo, luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento disseminado na sociedade, ao mesmo tempo em que faz críticas ferrenhas a esse modo de conhecimento dominante.

Conforme Machado (2011), a educação emancipatória e a Educação do campo caminham de mãos dadas e sustentadas por uma base socialista, popular e marxista, na qual educação e trabalho são as matrizes para a formação humana, trazendo à tona mais uma vez a discussão da pedagogia e a concepção da práxis como princípio educativo. Diante disso, crítica é a palavra de ordem presente na história da Educação do campo, sendo destinada não à educação em si, mas à situação educacional dos trabalhadores do/no campo. Uma delas é crítica prática, que se refere às lutas sociais pelo direito a educação com perspectivas de transformação, exatamente no que a diferencia da educação rural. Esta é a forma como vem sendo construída essa distinção no Brasil.

Cordeiro, Reis e Hage (2011) destacam a aplicabilidade da Pedagogia da Alternância<sup>17</sup>, adotada pelo MST, como proposta pedagógica e metodológica em que o trabalho é o princípio educativo. Dessa forma, permite aos jovens do campo o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos aliados à sua realidade, dessa maneira, garantindo a permanência dos jovens no campo. No entanto, as autoras registram uma diferença dessa

---

<sup>17</sup> No Brasil, em 1969, no Estado do Espírito Santo, sob as referências das *Maisons Italianas* de Castelfranco-Vêneto inicia-se a aplicabilidade da Pedagogia da Alternância, que é balizada pelo trio escola, família e comunidade, sendo considerada uma metodologia que favorece o acesso e a permanência dos jovens e adultos do campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e os modos de vida rural (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

aplicabilidade no âmbito do MST, no que tange a formação de professores; ao adotar a Pedagogia da Alternância também nos períodos de férias escolares, então, aqueles alunos que são professores, saem das escolas sem prejudicar o período das aulas. Para clarear essa dinâmica, Caldart (2000) argumenta:

O tempo-Escola é o período de realização das atividades presenciais do Curso (na escola). É desenvolvido geralmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho. [...] O Tempo-Comunidade é o período de realização das atividades à distância, de práticas pedagógicas complementares àquelas habitualmente realizadas pelos participantes [...]. (CALDART, 2000, p. 98).

Toda essa movimentação tem como objetivo a formação de um professor crítico-reflexivo para que possa desenvolver seu trabalho, de tal maneira, que intervenha na realidade social dentro de um trabalho coletivo e interdisciplinar que possa vir a mudar o que está posto. Isso significa que o trabalho do professor é estruturado na dialogicidade, dentro da perspectiva freiriana. Dessa forma, o camponês passa a ser visto como um sujeito com identidade registrada pela sua experiência cultural ímpar.

Enquanto o capital ofende a agricultura, a Educação do campo vai se desenvolvendo. Com a invasão do capitalismo no campo, intensificam-se projetos de agricultura que estão em disputa. No polo do capital, há a forte defesa pela perspectiva do agronegócio que, entre outros aspectos, entendem a agricultura como mercadoria e, para isto, destroem o solo; ameaçam a vida humana pelo uso extensivo de agrotóxicos; desmatam a natureza e praticam a monocultura. Para tanto, faz uso de máquinas e insumos modernos direcionados para a exportação.

Em Pericás (2016):

O agronegócio avança, com seu extrativismo predatório e o cultivo de produtos para exportação, a partir do uso intensivo de pesticidas. Isso significa que a agricultura brasileira se encontra numa situação de nítida aliança entre o capital financeiro e as grandes corporações, com o crédito e os insumos monopolizados nas mãos de bancos e empresas multinacionais [...]. (PERICÁS, 2016, p. 101).

Pode-se entender também que é o oposto para onde segue o MST. Um caminho trilhado na implantação e afirmação social ao assumir em sua plataforma a agroecologia como maneira de produção e organização produtiva em contraposição à agricultura capitalista promovida pelo agronegócio. No entanto, o movimento tem clareza de que a agroecologia por si só não é capaz de efetivar mudanças no comportamento da sociedade, contudo, pode contribuir, mas é preciso manter a resistência juntamente ao projeto político de superação ao capital.

Souza (2007) relata que o paradigma da educação do campo é a valorização do trabalho e sujeitos do campo, com as peculiaridades da práxis, se colocando como oposto ao paradigma da educação rural que está vinculada ao agronegócio. No polo dos trabalhadores existe a defesa pela agricultura familiar camponesa, com os princípios de soberania alimentar e segurança alimentar. Dimensões que contemplam, tanto a natureza quanto a sociedade.

A centralidade e a configuração da Educação do campo foram compostas durante seu processo, mas foi no governo Lula que houve ampla participação dos sujeitos, com articulações políticas que permitiram a realização da II Conferência Nacional de Educação no Campo, sob o lema: “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado” houve fortalecimento das políticas públicas nesse setor.

No que tange a pedagogia adotada, o MST elegeu viver a Pedagogia do Movimento, que se trata da sinopse e da condensação das variadas matrizes pedagógicas já elaboradas, por entender que nenhuma delas seria capaz de concentrar, em si mesma, todas as possibilidades necessárias à formação humana. E por Pedagogia do Movimento, nas palavras de Caldart (2003), devemos entender que:

A Pedagogia do Movimento não cabe na escola, porque o Movimento não cabe na escola, e porque a formação humana também não cabe nela. Mas a escola cabe no Movimento e em sua pedagogia; cabe tanto que historicamente o MST vem lutando tenazmente para que todos os Sem Terra tenham acesso a ela. A escola que cabe na Pedagogia do Movimento é aquela que reassume sua tarefa de origem: participar do processo de formação humana [...]. (CALDART, 2003, p. 57-58).

O trabalho do MST está ancorado no par vida e morte, pois é realizado dentro de um espaço/tempo limitado entre a humanização e a desumanização, com lutas e embates constantes, e é a participação no movimento que ensina o Sem Terra a reaprender a ser humano. E vivendo cada dia nessa configuração é que o movimento nos coloca a questão de que construir outro modo de resistência é possível e necessário (MATOS-DE-SOUZA; CASTAÑO GAVIRIA; SOUZA, 2018). E assim, vão construindo suas identidades sociais e coletivas com honradez, com sentimento de pertença; vão aprendendo a ser Sem Terra, a ser militante que fomenta valores contra-hegemônicos.

Por isso, conversando com Freire (1987), fica evidente que o diálogo é essencial nesse processo e esse deve ser pensado na junção ação-reflexão, pois assim possibilita o fazer e refazer, também o pensar e repensar as práticas pedagógicas que consideram a formação integral da pessoa, via criticidade. Aliado a esse fator, o diálogo auxilia também no reconhecimento do papel das lideranças revolucionárias que, junto aos companheiros, se engajam na luta pela transformação social. E a tentativa constante é a incorporação da

realidade de luta pela terra ao processo educativo. A Pedagogia do Movimento tem bebido, ao longo da história, em diferentes fontes, no entanto, a tendência atual é se aproximar desta proposta.

A educação das crianças surgiu da presença da mulher na formação e na produção agrícola. Em 1996, aconteceu a primeira discussão sobre o assunto. No início, o nome dado para a organização da educação das crianças foi Círculos Infantis, se remetendo ao modelo cubano, depois se chamou Ciranda Infantil, fazendo alusão à cultura popular brasileira e finalmente Sem Terrinha, nesse modo de funcionar, de certa maneira, todos são responsáveis pela educação das crianças. Os fazeres pedagógicos estão pautados em valores, jogos, ludicidade, formação, e tem como referência teórica Vigotsky, pois esse defende que primeiro o ser humano se desenvolve socialmente, depois individualmente. Para o movimento, a criança aprende na hora da brincadeira, no trabalho prático com utilidade real, quando resolve seus próprios problemas e, assim, vai adquirindo experiências práticas que facilitam a aprendizagem daquilo que a escola ensina.

No entanto, a participação da mulher na formação e no campo político do MST ainda não alcançou níveis desejáveis, apenas foi ampliada. De acordo com *Des San-Terre Mouvement* (2010a), tanto no MST como em outros MS, foi configurado que as lutas contra o machismo e o racismo pertencem ao segundo plano, pois a prioridade é a luta de classes, por entender que o alcance ao socialismo todas essas questões seriam resolvidas, o que na prática não funcionou em países onde o socialismo foi instaurado. Os motivos pelos quais a pouca presença das mulheres do MST, nessas áreas, não fogem muito ao trivial. Elas precisam conciliar as dores e as delícias de ser mãe, esposa e trabalhadora, como outras mulheres.

Conforme o *Des Sans-Terre Mouvement* (2010a, n.p.), apesar de todas essas dificuldades para as mulheres Sem Terra participarem, “[...] já se vê sinais de que o MST caminha no sentido de buscar uma maior igualdade de gênero, para que tenhamos um Movimento de fato conduzido por homens e mulheres, como mostra nossa bandeira [...]”. Atualmente, as mulheres ocupam cargos e funções de coordenadora, na direção nacional, nas áreas da educação, da saúde, na formação, nos direitos humanos, nas finanças, na frente de massa, além do setor gênero do MST. O que nos leva a enxergar um crescente protagonismo feminino em sua composição, por meio do qual o gênero segue permeando o debate duplamente, ora como pauta, ora como participação.

Uma das ações governamentais em resposta à luta foi à criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, por meio da Portaria n. 10/98. Segundo Molina (2008), as ações foram os cursos de alfabetização de adultos, cursos de

Ensino fundamental, com gradativo avanço à escolarização via ampliação para os cursos profissionalizantes seguido pelos superiores, em diversas áreas do conhecimento, tais como: Pedagogia da Terra, Agronomia, Direito, Ciências Agrárias, Geografia. Também os Cursos de Extensão e de Especializações (em Educação do Campo, Administração de Cooperativas, Educação de Jovens e Adultos). A presença do Sem Terra nesses espaços educacionais provocaram alterações no comportamento e andamento do grupo de estudantes.

Em 2005, o movimento fundou a Escola Nacional do MST “Florestan Fernandes”, no estado de São Paulo, em homenagem ao sociólogo e político petista. Sua criação se deve ao entendimento do MST em não ser apenas um movimento de massa, mas sim um Movimento Social voltado para a formação de militantes do Brasil. Essa escola se tornou um espaço de convivência onde fortalece a unidade política e ideológica do movimento, se transformando no elo de ligação entre todas as escolas, articulando também as experiências formativas desenvolvidas internamente. Ela é voltada para a formação política de militantes de Movimentos Sociais do Brasil e do mundo. São mais de 19 países e 63 organizações participantes. Essa mescla de interações supõe-se que enriqueça o aprendizado.

Nesses espaços, o ensino é visto de uma perspectiva que engloba o estudo formal, o trabalho, as relações humanas, a cultura e a arte. Por acreditar que a arte pode fazer a diferença, em 2015, no terreno dessa escola, foi inaugurada a Casa das Artes nomeada de “Frida Kahlo” – construída coletivamente e sustentada por uma construção agroecológica. A mesma faz alusão a Casa Azul de Frida, no México, com elementos que remetem a sua história, além da produção artística dos Sem Terra, a qual, de acordo com Capitani (2015), torna-se um espaço para a criatividade revolucionária e valorização da arte local, dos assentamentos e acampamentos do MST espalhados pelo Brasil, sendo mais um dos espaços de enfrentamento ao capital.

No que diz respeito aos professores que atuam nas escolas do campo, segundo Arroyo (2008), é necessário que sejam moradores da comunidade e que tenham experienciado a luta e vivenciado a realidade do MST para contextualizar as atividades pedagógicas. Devem ser conscientes, com percepção aguçada da realidade, para possibilitar estrutura pedagógica inclusiva. A luta pela terra e transformação social só tem continuidade via educação, ou seja, com sujeitos bem formados, que tenham acesso às discussões sobre o país em que vivem, às questões agrárias e suas incongruências que causam a desigualdade social do país, para que, assim, possam fazer leitura crítica da realidade e lutar por mudanças.

O movimento, ao longo de sua história de vida, de resistência, realizou seis Congressos Nacionais, distribuídos entre os anos de 1985 e 2014; produziu material com

temas variados, sempre ligados aos princípios do movimento em si e a realidade social; foi premiado pelo Nobel alternativo, considerado um dos Movimentos Sociais mais importantes do século XX. Pericás (2016) lembra que no VI Congresso da organização, em fevereiro de 2013, a coordenação nacional do MST divulgou uma carta aberta aos candidatos à presidência da República. Na carta havia propostas relacionadas à questão agrária no Brasil, exigindo, entre outras pautas, uma maior democratização da terra e o cumprimento de sua função social; uma política efetiva, estruturante e massiva de reforma agrária popular. O curioso é que mesmo a esquerda tendo sido vitoriosa, quem assumiu o Ministério da Agricultura foi Kátia Abreu, pecuarista ligada ao agronegócio, o que contradizia todos os anseios presentes na carta.

Nesses congressos, produções eram pensadas, entre elas podemos citar: Cadernos de Formação, Cadernos da Educação, Agricultura Familiar, Reforma Agrária. Essas produções se tornaram caminhos que garantem a resistência ao capitalismo e que nos mostram que em sua luta não há finitude. Não cabe aqui detalhar cada um deles, no entanto, é frutífero dizer que vamos focar na dimensão cultura política, pois em sua organicidade interna, o MST materializa e registra os fatos por meio de uma logística própria do movimento.

Nesses cadernos, o foco é uma educação emancipatória, política, que ensine o Sem Terra a ler a realidade para alcançar a reforma agrária, conseqüentemente, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, prezando a manutenção de sua autonomia política com o compromisso de que as terras conquistadas devem ser para o trabalho e sustento, sempre com o intuito de transformar a sociedade e garantir uma educação pública de qualidade para todos.

A luta ideológica do MST vai ao encontro da cultura política. O movimento considera luta ideológica:

O confronto que acontece nas ideias. Na maneira de pensar das pessoas, como elas pensam que deveria funcionar a sociedade: como organizar a produção, distribuir a renda, como funciona a educação e etc. A burguesia usa de muitas ferramentas, para fazer com que os trabalhadores pensem igual a ela. É aquela história: “pobre com cabeça de rico”. Para isso, usam principalmente a escola, na escola, os filhos de trabalhadores aprendem só o que eles querem, usam televisão, as rádios, e a propaganda para colocar as ideias da burguesia, a maneira de pensar da burguesia na cabeça do povo, dos trabalhadores e essa luta ideológica acontece também todos os dias [...]. (MST, 1986, p. 16).

Por intermédio dessa pauta, o movimento põe em tela a importância de se fazer análise de conjuntura, saber a configuração de cada classe nos campos de luta e, assim, identificar tendências. Falando de forma mais simples, analisar para saber em que rumo as coisas estão caminhando. Matos-de-Souza, Castaño Gavéria e Souza (2018) corroboram com essa

discussão ao defender a questão da Pedagogia da Resistência, que passa pelo ato de tentar entender o que está posto; ter postura questionadora diante do que o mundo é, e de como ele se coloca. Ou seja, deve-se negar, pois a negação é resistência, resistir é uma recusa, é duvidar. O MST também busca questionar, propõe um outro tipo de sociedade, nesse sentido, nega a sociedade que está posta.

A educação política para o MST se fez importante desde sua fundação, logo no primeiro congresso realizado. Molina (2003) salienta que a formação política acontece de modo contínuo e se materializa no sentar com a comunidade e discutir com os coletivos organizados do campo.

O movimento acredita na força de uma organização política para fazer a revolução e a conceitua como luta de classes, creem na organização da classe trabalhadora para lutar pelos seus objetivos e, nesse sentido, veem que é desse modo que a sociedade pode avançar e realizar profundas transformações. A logística parte do princípio de que cada um possui papel definido, passando pelo militante, chegando à secretaria/assessoria. Entendem que conseguir a terra é um passo crucial, porém, com esse fator não terão seus problemas resolvidos. Depois disso, é preciso união com os demais, busca de trabalho conjunto e várias formas de organização, entre elas podemos citar, a cooperação agrícola.

Nesse sentido Spivak (2010, p. 38) amplia o debate ao colocar que: “[...] a consciência de classe permanece atrelada ao sentimento de comunidade ligado por conexões nacionais e organizações políticas e não aquele outro sentimento de comunidade cujo modelo estrutural é a família [...]”, dessa forma, se configura em algo mais amplo.

Em Caldart (2003), o trabalho de formação do MST é voltado para os níveis de necessidade do movimento e ofertado para a base, para os militantes e para as secretarias e lideranças. Veem no conhecimento uma das formas de libertação, também de dominação, daí a compreensão da necessidade de organização para capacitar seus líderes, enfrentar e derrotar o capitalismo. Como alternativa de material para a cultura política, utiliza o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se tornou uma ferramenta de organização do movimento. Por formação, o MST entende que:

Quem entra num processo começa a ver as raízes dos problemas, a entender o rumo da caminhada e se capacitar para construir as soluções. É isso que é formação. A formação é uma parte indispensável no trabalho de base. A mesma, a gente forma de um jeito: com filmes, vídeos, cartilhas, folhetos, músicas, comícios, passeatas, celebrações. Os militantes se formam fazendo tarefas, participando de comissões, de encontros, trocando experiências em assembleias e leituras. Já os dirigentes se formam pela discussão, pela apresentação de propostas, pelos cursos de capacitação, pelas disputas, pelas leituras e pelas viagens. O ideal é que os próprios trabalhadores

se capacitem e formem outros companheiros. Aqueles que têm jeito para explicar e transmitir devem ser monitores numa equipe de formação. (MST, 1987, p. 11).

Cabe ressaltar que o movimento sempre busca por novos métodos de formação, que atendam às necessidades de qualificação e massificação do MST para que a luta seja consistente, contínua e acompanhe as mudanças da sociedade.

Molina (2003) argumenta que a mística é utilizada como mola propulsora para aqueles momentos desafiadores pelo qual o movimento passa e pode vir a passar, na formação é denominada de alma da esquerda. É na mística que os Sem Terra produzem a garra necessária para combater as injustiças e a disposição para empenhar-se, desde já, na concretização histórica de nossos sonhos.

Em Bogo (2010), a mística é:

Ela é a motivação que nos faz viver a causa até o fim. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não, quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar coisas que façam a luta ser vitoriosa [...]. (BOGO, 2010, n.p.).

Portanto, se apresenta como fundamental para a vida e para a luta. Ainda, em Bogo (2010), a mística tem três sentidos: o carismático no sentido político, a fé no sentido da religião e a existência no sentido filosófico. Isso significa que o MST aproveita o que há de melhor em cada militante em prol do coletivo, pois a mística se manifesta de forma diferenciada para cada um e ela é quem nos faz acreditar que há outro lugar além deste que alcança a vista. Para o MST a mística provoca rebeldia, encoraja a se organizar e permanecer na luta, apesar de qualquer situação desastrosa.

Ademais, dando continuidade com Rubbo (2016, p. 232), a mística é utilizada em diferentes espaços que os Sem Terra se reúnem “[...] no encerramento e na abertura de reuniões e encontros, nos protestos e assembleias, nas palavras de ordem, na forma organizativa, no comportamento pessoal, nos cuidados com as pessoas [...]”. Dito isso, pode-se considerar que a mística se refere a um comportamento ideológico.

No que tange aos Cadernos da Educação, são 13 publicações. Para este ensaio vamos nos ater aos cadernos de números 1, 8 e 11, que tratam de forma epifania sobre a educação/formação política. O que não descarta, de maneira alguma, a presença dessa formação em todos os demais.

O Caderno de Educação número 1, “Como fazer a escola que queremos”, fala de uma escola que ajuda a conhecer a realidade, por isso, um dos princípios presentes na proposta pedagógica é que não só a aprendizagem como também o ensino, partam da realidade. O MST

entende como realidade tudo que o ser humano faz, pensa, diz, sente na vida cotidiana. Diz respeito ao trabalho, ao modo de organizar: “É a natureza que nos cerca. São as pessoas e o que acontece com elas. São os nossos problemas do dia a dia, também os problemas da sociedade que se relacionam com a nossa vida social e coletiva [...]” (MST, 1992, p. 2). Para o movimento, o estudante precisa encontrar sentido entre o que aprende na escola e a sua vida no assentamento/acampamento.

O Caderno da Educação número 8, “Princípios da Educação no MST”, publicado em 1996, é uma atualização do Boletim da Educação 1 do MST, lançado em 1992. Ambos tratam sobre os princípios que direcionam a educação pensada pelo e para o MST. No entanto, o caderno aparece reescrito em nome da passagem do tempo, das experiências adquiridas, das reflexões realizadas e do contexto do momento, permitindo, assim, reafirmar as mesmas ideias, porém, de um jeito diferente, na produção de novas ideias e sistematização de novos princípios. Os princípios enaltecidos no Caderno são os filosóficos e pedagógicos, sendo o primeiro relativo à concepção de educação, de mundo, que o movimento possui; e o segundo, relativo ao pensar e fazer a educação do jeito vislumbrado para o MST. Esses princípios são aplicados nas diferentes modalidades de ensino. O que as diferencia é a prática pedagógica.

Caso façamos uma retrospectiva da história do MST, vamos verificar que a educação se faz presente desde sua origem, pois é por meio do movimento que as identidades estão sendo constituídas. Ser um Sem Terra ou Sem Terrinha, hoje, extrapola a dimensão não ter terra e lutar por terra, e chega a ser uma condição social, uma identidade de cultivo: Somos Sem Terra do MST! (MST, 1999). Em Rubbo (2016), o ser sem terra se constitui a partir de outros objetos e elementos sociais diversificados, sendo assim, não existe de jeito autônomo, parte da disputa com o latifundiário, com o agronegócio. O trabalho nosso de cada dia nos causa transformações internas e externas, alcançando nossa natureza, nos humanizando.

E o Caderno da Educação número 11, “Educação de jovens e adultos – sempre é tempo de aprender”, nos narra a cravejada história da alfabetização no MST. Uma história rica de experiências e saberes, acumulados ao longo do tempo, que abriram caminhos de libertação da terra e de si mesmo. Há, também, a concepção de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do MST, para aqueles que vivem no/do campo, cuja proposta é baseada na apropriação de conhecimentos via formação político-ideológica, organização de base e capacitação para as tarefas da vida. Entre um corte de cerca e outro, a educação se fez presente. Viver em assentamentos/acampamentos requer uma logística diferenciada da vida na cidade.

Em meio a barracas e pouca estrutura, os assentados/acampados sentiram necessidade de aprender, compreenderam que a educação é um direito de todos e que a luta pela terra se

mescla à luta pela educação. E, em 1985, surge a primeira escola em assentamento no Rio Grande do Sul, que só foi legitimada pela rede estadual, em 1987. Com o passar do tempo, os educadores ali envolvidos perceberam que era preciso sistematizar essa aprendizagem e esse ensino; em 1987 acontece o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos no Espírito Santo. Espaço em que foram tomadas várias decisões pedagógicas, tendo como carro chefe: que escola interessa aos Sem Terra.

De lá para cá o Movimento vem formando educadores, monitores e construindo escolas que tem como objetivo ser o instrumento de transformação social e formação de militantes para a luta, que é infinita. Durante essa caminhada, vários desafios foram e estão sendo enfrentados, desde a falta de espaço físico à ausência de políticas públicas, mas nenhum deles teve força suficiente para deter a vontade de avançar.

Todos os materiais são produzidos pelo Setor de Educação do MST, os quais são utilizados na formação/educação e voltados para a luta e resistência. A leitura e análise dos Cadernos de Educação possibilita inferir que a proposta de educação do MST parte da realidade para possibilitar as aprendizagens e garantir “ensinagem”; de acordo com os princípios do movimento, eles constituem um material denso e detalhado que possibilita o entendimento da complexidade da educação proposta pelo movimento e de como o MST cria meios de participação efetiva de todos nesse processo, pois conhecer a realidade e partir dela para ampliar os conhecimentos é meio de luta e resistência.

Diante disso, a cultura política no MST é construída a partir de alguns valores, como solidariedade, beleza, vida, o gosto pelos símbolos, o gosto de ser povo, defesa do trabalho e do estudo e a capacidade de indignar-se, por entender que não nos pertencemos individualmente, que somos fruto da história de nossos antepassados, o que é denominado de projeção histórica, que vai além das características físicas, alcançando os sonhos, a esperança, a vontade de dias melhores.

Para tanto, a marcha dos Sem Terra se constitui como uma das expressões mais fortes da vida política e cívica do Brasil. Eles utilizam a ferramenta luta contra uma vontade reacionária histórica enraizada neste país. O que o MST vem fazendo é constatar certas asserções teóricas políticas já declaradas de que a transformação só é possível pelo caminho da luta, da resistência.

Em sua rotina de vida, o MST tem uma organização própria em que utiliza dispositivos culturais de resistência do tipo: memória, mística, discussão de valores, crítica e autocrítica, estudo da história, entre outras. Para atingir a transformação social desejada, aprendem a viver como se luta e a lutar como se vive. Cabe aqui destacar a discussão de

valores: solidariedade, coletividade – que é o grande sujeito da luta, companheirismo, valorização da própria identidade Sem Terra, que vem se apresentando como um grande desafio para o MST, em nome da dificuldade que as pessoas apresentam em assimilar tal comportamento devido ao que o sistema vem impondo, ou seja, o individualismo, o competitivismo, o consumismo.

A luta do MST vai além da questão terra em si. Há uma preocupação ambiental que vem tomando espaço em seu dia a dia, desde sua fundação, que com o passar do tempo foi amadurecendo. A adoção do modelo de produção agroecológico, em quase todos os assentamentos/acampamentos, vem sendo considerado internacionalmente como o caminho para a produção alimentar de forma sustentável com o objetivo de preservar a natureza. São mais de 50 mil famílias produzindo agroecologicamente pelo Brasil. Um dos produtos em destaque é a produção de arroz orgânico, que faz parte da tradição milenária dos camponeses, que ao celebrarem a colheita com festa, realizam reflexões sobre a realidade via debate político. Toda essa mudança na forma de produção se deu em função da formação.

Cabe ressaltar que durante a pandemia da COVID-19 o MST fez doação de mais de 600 toneladas de alimento para aqueles que moram em favelas, periferias e comunidades, ou vivem em situações de rua, tornando-se um movimento que se inventa e re inventa de acordo com a conjuntura. Baseado em Engelmann e Ferreira (2020), essa já é uma prática do Movimento, apenas foi ampliada em virtude da situação. Isso significa solidariedade para que a classe trabalhadora tenha condições, ainda que mínimas, de contribuir com o isolamento social e se mantenha viva. O alimento distribuído aparece em diferentes formatos: marmitas, cafés, cestas básicas, feiras.

Além de produtos alimentícios, o MST produziu e distribuiu itens essenciais à proteção contra a doença ligados a higiene pessoal, como máscaras caseiras, álcool em gel e sabão. Essa atitude revela na prática o que significa a mística para o movimento. Dessa forma, torna-se referência de si mesmo, em que o indivíduo se transforma em sujeito da ação em prol da coletividade. Outrossim, busca proximidade à sociedade, mostra que o Sem Terra é um de nós e que nós, guardadas as proporções, também somos um deles. Então, supõe-se que o MST propõe outro tipo de sociedade, outra forma de vida, outra organização social, sublinhando seu caráter internacionalista.

Ações formativas foram realizadas nos acampamentos/assentamentos e centros de formação para tornar a agroecologia uma realidade, no entanto, a ação mais ousada e fundamental foi a implementação dos cursos a nível técnico, graduação e pós-graduação em agroecologia, constituídos via parceria do MST com universidades e os Institutos Federais

voltados às famílias assentadas. Possuem como foco a formação de um corpo técnico popular que domine a práxis agroecológica e a aplicação dos seus conhecimentos em seus territórios.

Cabe lembrar que a visão da sociedade em relação ao campesinato ainda não se faz justa, como coloca Sartre (1965):

o campesinato, quando se revolta, aparece imediatamente como a class radical: conhece a verdadeira opressão, sofreu muito mais que os trabalhadores das cidades e, para não morrer de fome, necessita de derrubar todas as estruturas. Se triunfa, a revolução nacional será socialista; se consegue sufocar-se o seu ímpeto, se a burguesia colonizada toma o poder, o novo estado, apesar de uma soberania aparente, tomba nas mãos dos imperialistas [...]. (SARTRE, 1965, n.p.).

As ações do MST podem ser consideradas como desobediência civil, pois afrontam a lei e amoral do direito sagrado da propriedade privada da terra; ocupam prédios públicos munidos de pauta de reivindicação elaborada, simbolizando que aquele lugar ocupado por engravatados, também é lugar desse novo sujeito coletivo, muitas vezes mal vestido, mas consciente do seu papel social. A respeito, Comparato (2001) sublinha:

[...] o MST não ocupa apenas terras e prédios públicos, mas ocupa também reuniões de ministros, discursos do presidente, relatórios dos serviços de inteligência, editoriais de jornais, manchetes nos noticiários, pronunciamentos de parlamentares, conversas entre o presidente e o papa, pesquisas de opinião pública e até protestos nas visitas do presidente ao exterior [...]. (COMPARATO, 2001, n.p.).

Neste sentido, em Bogo (1999, p. 34) essa consciência se deve a organicidade do movimento, que “[...] é a forma eficiente de ir eliminando os aspectos espontâneos e ingênuos da consciência dos camponeses [...]”. Com isso, mostra de onde vem a força para resistir, apesar das dificuldades e lutas externas e internas.

Comparato (2001) ratifica essa nova versão do ser Sem Terra ao colocar que ele se constituiu em um ator político novo, e acredita que a diferença dos demais atores políticos encontra-se na articulação entre movimento e sociedade civil, apresentando, assim, uma nova forma de atuar politicamente.

Enquanto o MST amplia sua produção orgânica e cumpre sua função social, é atacado pelo agronegócio e pelo governo federal que libera o uso de mais de 220 agrotóxicos já proibidos há mais de 10 anos, inclusive no Brasil. Segundo Pericás (2016), o Brasil é recordista mundial no uso de agrotóxicos, inclusive com altas taxas de indicadores cancerígenos. Isso sem falar no corte de verbas no orçamento para efetivação da reforma agrária e a violência contra trabalhadores.

De acordo com *Des Sans-Terre Mouvement* (2010a, n.p.), o MST vem se organizando conectado com as novas tecnologias, mas com enfoque ecológico e participativo. Devido a

toda essa movimentação acerca da agroecologia, o MST possui como foco a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro, cumprindo sua função ambiental de aumentar a produtividade da terra e do trabalho, mas preservando a natureza. A agroecologia vem se tornando disciplina em alguns municípios brasileiros, compondo currículo de outros, incentivando novas práticas pedagógicas e ainda fortalecendo a educação do campo como projeto político para a educação. Dessa forma, se contrapondo ao projeto de morte do capital para o campo, em outros termos, ao Agronegócio que tem como objetivo a exportação de produtos. Mais uma vez a educação se faz presente mostrando sua força transformadora e revolucionária.

Não há como negar a construção de identidade emitida pelo MST, a qual permite aprender lições pedagógicas e políticas que devemos trazer e aplicar em nossa vida, mesmo não sendo um Sem Terra. É a intencionalidade política e pedagógica do MST que garante o vínculo da luta imediata com o movimento da história. Todas essas posturas, adotadas por parte dos Sem Terra, acabam levando a sociedade à reflexão sobre si mesma, por isso as ações realizadas por estes sujeitos possuem um sentido histórico e influenciam politicamente a vida em sociedade.

A concepção de educação estabelecida no MST está atrelada à concepção de educação de Paulo Freire, por se tratar de uma educação crítica e libertadora que tem como princípio fundamental humanizar e emancipar a sociedade, pois ambos acreditam que o processo de formação humana é contínuo. Freire (1996) chama de inconcluso, enquanto o MST denomina de movimento. Para que a produção de conhecimento seja um elemento constituinte da prática de liberdade é preciso partir da realidade, por meio da qual os sujeitos se reconheçam e que percebam a situação de exploração que vivenciam; que façam análise crítica da mesma com o objetivo de superar essa situação por intermédio da luta organizada para que, de fato, aconteça o surgimento de uma sociedade justa e igualitária.

Por ser assim, o MST é um movimento que mostra que existem outros modos de ser e fazer a realidade; que contestar e problematizar o que está posto é necessário, ou seja, para ser resistência é imprescindível estar ciente das contradições existentes, considerá-las e ao mesmo tempo lutar contra. No entanto, a existência do MST não se apresenta como um processo simples e sem grandes conflitos. Desde sempre vem buscando se representar e se fazer representado. Durante sua trajetória, o MST, assim como outros Movimentos Sociais, sofre julgamento público, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade, por ser compreendido como um movimento que ataca os fundamentos do Estado Democrático de Direito ao adentrar em propriedades privadas.

Trindade (2015), preocupa-se com a nebulosidade da percepção das lutas sociais, sobretudo, no Brasil, onde grupos que lutam por direitos assegurados via Constituição sejam acusados de inimigos do Estado e que, no caso, estão à procura de representação. Isso sem falar que, segundo o Informe Anual (AMNSTÍA INTERNACIONAL, 2019), o Brasil se encontra na lista dos cinco países que mais criminaliza e executa líderes de direitos humanos. Ou seja, lutar em prol da manutenção e aquisição dos direitos humanos no Brasil é muito perigoso.

Em tempos de governo de esquerda, em especial na era Lula, o MST passou a ser visto como um movimento legítimo, sendo um momento de busca por implementação de suas propostas e fortalecimento das instituições participativas, influenciando na tomada de decisões. O que nos mostra que o ativismo envolve não apenas ação em torno de causas, mas um modo particular de ação: o rastreamento proativo de oportunidades.

Em tempos de cólera, os Movimentos Sociais têm o malefício da aprovação da Lei n. 13.260 (BRASIL, 2016), que se refere ao crime de terrorismo brasileiro que estabelece punição apropriada para quem executar ações do tipo, sendo considerada um ataque direto à democracia. O complicado é conceituar que tipos de ações são essas, por se tratar de algo demasiadamente subjetivo. Luz e Caetano (2017) apontam uma preocupação com o conceito dessa Lei ao avaliá-lo como indefinido. Trindade (2015) coloca em tela que a lei retomará uma velha e conhecida prática das elites políticas brasileiras: a criminalização dos Movimentos Sociais; o que nos leva a pensar em como pode se tornar difícil o MST ter as suas demandas representadas neste contexto de baixa permeabilidade. Não obstante, não é difícil evidenciar, por parte dos ruralistas, a comercialização de carnes impróprias para o consumo humano, o genocídio indígena, a promoção do trabalho escravo, a aplicação de agrotóxicos na produção agrícola; no entanto, quem vem a ser julgado como criminoso é o MST.

A luta do MST apresenta-se marcada pela busca de seus interesses. Uma busca que não possui finitude, que está direcionada a temas e experiências específicas de suas necessidades, em que, ao mesmo tempo, se preocupa com a preservação do meio ambiente, praticando a agroecologia; lutando contra o uso de sementes geneticamente modificadas. Entretanto, as ações do MST são originárias de sua existência de luta não somente pelos seus interesses, como também por provocar alterações no sistema. Dado isso, podemos considerar que suas ações extrapolam a representação política, assim como também tencionam.

Nesse jogo representativo, nos deparamos com a democracia, constantemente. Para Urbinati (2006), representação é democracia quando pensada de uma maneira circular entre

Estado e sociedade, sendo necessário a criação de canais em que o representante toma decisões, porque democracia é experiência, é participar das demandas. A autora alerta que representação política invalida a opinião de que a sociedade é o conjunto de indivíduos dissociados que competem, se unem, votam, agregam preferências e fazem escolhas; destarte, não é possível uma multidão ter uma vontade, assim como uma multidão não pode exercer nenhum tipo de poder ou ser um governo. Dado isso, defende que cada um tem o seu papel na esfera democrática.

Ilustrando essa questão, articulada com o MST para pensarmos a representação, podemos inferir que no Brasil o movimento atua participando de marchas, ocupando terras não produtivas, ofertando cultura política aos assentados/acampados, fundando armazéns do campo na cidade, espaços em que não apenas falam pelos outros, mas também trabalham ou buscam trabalhar numa lógica participativa com seus membros. Em suma, participando da vida social e política da sociedade, se representando e se fazendo representar, além das eleições (ALMEIDA, 2015). As tensões que encontram pelo caminho em meio a invasões e violências sofridas são interpretadas e publicadas de forma, em sua maioria, errônea e injusta. Para Tatagiba (2007), dos Sem Terra é esperado autonomia e proposição de novos códigos culturais para que aconteça o lançamento de novas formas de vida, e isso é o que eles procuram concretizar.

O MST vai além da representação política eleitoral, realizando em sua rotina de vida e existência novas experiências, refletindo sobre os dilemas vivenciados e contestando sobre suas ações e de outrem. Nesse processo, há uma variedade de representantes/representados, por meio da qual se pode contribuir de forma significativa para gerar condições de maior abertura e reivindicação, dar ou não visibilidade às desigualdades e à exclusão de atores do processo representativo, assim como impactar a vida dos Sem Terra de forma eminente, a ponto de causar transformações que ultrapassem as barreiras da representatividade.

Para Tatagiba (2007), o contexto político do governo Lula foi propício ao MST como canal de aproximação ao Estado. Essa aproximação possibilitou ao movimento ter os seus interesses representados, ainda que não em sua totalidade, entre elas podemos citar: apresentação da pauta de reivindicação do movimento, participação na construção do calendário de destinação das verbas, fortalecimento e politização dos conselhos de políticas rurais que cresceram em tamanho e incluíram outras minorias, como exemplo o grupo de ambientalistas. Contudo, devemos compreender que a relação movimentos-Estado para ser bem ou malsucedida depende da conjuntura política, do contexto social do momento, porque

os movimentos se dão nessa relação que pode se apresentar em maior ou menor grau de reivindicação e formas de organização e mobilização da sociedade.

Para esclarecer essa logística, as autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apresentam:

[...] os movimentos rurais iniciam negociações através de uma série de marchas e outras ações de protesto, fase das “jornadas de luta”. As jornadas ocorrem nos meses imediatamente anteriores ao anúncio, pelo governo, das políticas agrícolas para o ano subsequente, o que ocorre em julho, conforme o calendário agrícola. Ao chegarem a Brasília, os movimentos em marcha apresentam uma lista detalhada de demandas para o próximo ano e então são designados representantes do governo e do movimento para uma equipe de negociação. Os negociadores acordam uma agenda de reuniões e um conjunto de questões a serem discutidas [...]. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 341).

Após esse processo se materializar, acontece o pronunciamento do presidente, no caso, Lula, a respeito das decisões sobre o Plano Safra daquele ano, constituído das negociações realizadas. Em outras palavras, visualizamos a interação entre Estado e MST moldada por repertórios tradicionais de contestação/contenção equivalente às ações antes realizadas pelos movimentos. No entanto, se difere em sua forma de apresentação e aceitação das suas pautas ao Governo Federal, pois conta com uma diferença ímpar, se trata de uma gestão amigável, realizada de forma interativa/participativa entre Ministério, Secretaria Geral da República e representantes do MST (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). As autoras deixam claro como tipos distintos de representantes também levam a distintas formas de interação da representação da sociedade civil com o estado, ou da circularidade entre Estado e sociedade

O MST passou a atuar num cenário favorável, pois, além da postura do presidente corroborar com os ideais do movimento, ainda contou com atuação de militantes como consultores em projetos específicos e reuniões informais que ocorriam regularmente. Ou seja, os Movimentos Sociais se envolveram diretamente na definição de políticas públicas de forma participativa e ocupando cargos de alto escalão na burocracia, levando em sua bagagem a experiência de militante. Portanto, se trata de um jeito novo de mirar as pautas de reivindicações apresentadas pelos movimentos, por trazerem em suas narrativas de vida política a experiência, o *know-how* aliado à causa. No entanto, não podemos deixar de reconhecer também, que o movimento foi cooptado pelo Estado.

Sobre essa questão, Almeida (2015) conclui que:

[...] a participação e representação devem ser vistas como atividades que a sociedade civil exerce de forma complementar e, em alguns casos, simultânea. O caso dos conselhos de políticas no Brasil é bom exemplo de como os conselheiros que representam as entidades, associações ou grupos são, ao mesmo tempo, participantes desses movimentos. Além disso, frequentemente, esses atores se movem de uma

fronteira para a outra, participando de diferentes esferas e exercendo diferentes funções [...]. (ALMEIDA, 2015, p. 153).

O que foi apresentado por Almeida no caso dos Conselhos pode ser transportado para o caso dos representantes do MST, que assumiram cargos na burocracia durante o governo Lula, uma vez que eles também eram participantes do movimento.

Com toda essa movimentação, a interação entre Estado e MST se potencializou de tal forma que se tornou um ritual. Almeida (2015) coloca que a política era de proximidade, encarada como um espaço de negociação. Os Sem Terra não eram vistos apenas como militantes políticos nas ruas, realizando atos opositivos e de enfrentamento direto com o Estado, mas como representantes diretos de suas necessidades, com discurso na esfera pública sobre os seus direitos ou temas, e também adentrando as fronteiras do Estado, mesmo não sendo um membro eleito.

Conforme Saward (2017), o MST participa coletivamente de redes compartilhadas que atuam diretamente na luta pela terra e pela reforma agrária fazendo da representação uma das dinâmicas que defende uma causa, pois na representação tem audiência, é realizada para alguém e depende de compromisso. Em suma, os movimentos em outros governos eram meramente reivindicativos. Iam para a rua com o objetivo de desestabilizar o Estado, encarando-o como inimigo a serviço da burguesia. No governo Lula, o MST passou a enxergar o Estado de uma forma diferenciada, não mais como inimigo, mas como companheiro do movimento.

Trindade (2016) coloca que a forma petista de governar foi bem diferente dos demais governos brasileiros, não há dúvidas, pois acumulou um saldo organizativo das forças populares no país com práticas participativas nunca antes existentes em nossa história. Ao lado da contribuição de Trindade, apresentamos Abers, Serafim e Tatagiba (2014) que também encaram o governo petista como um governo democrático e participativo, em especial a era Lula, que sob:

[...] o mote da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes. Visto sob a ótica das relações Estado/movimento o governo ampliou as possibilidades de combinações novas e criativas em relação aos padrões estruturais de interação, o que não significa que essas combinações resultem necessariamente em ampliação do acesso aos direitos de cidadania, atendimento das agendas do movimento em curto prazo ou fortalecimento das redes movimentalistas no longo prazo [...]. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 327).

Em outras palavras, que houve lacunas no governo de esquerda em relação à interação Estado/MST está claro, assim como também fica explícito que houve ganhos coletivos e representativos. Baseado em Tatagiba (2007), se olharmos esse processo de interação via retrovisor, vamos enxergar que, apesar de ter um cenário a seu favor, não significou a construção de uma tessitura sólida no tocante à relação entre Estado e movimento. Pois a mesma foi permeada por conflitos que perpassam, desde o uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que sofreu várias críticas; além da lógica da barganha, da troca por ser cooptado, instrumentalizado e subordinado ao Estado, situação complexa que deixa como consequência a ausência de controle por constituírem o poder público, ao rompimento executado pelo próprio MST.

A respeito dessa dimensão citada acima Abers, Serafim e Tatagiba (2014) salientam que, logo no primeiro mandato do presidente Lula, houve um desgaste na relação entre o governo e o MST devido ao movimento entender que foi traído pelo governo ao não cumprir a promessa de colocar em prática a reforma agrária de maneira efetiva. A não concretização dessa reforma trouxe distanciamento entre o MST e o Estado, relação que só foi reestabelecida tempos depois. Isso mostra que mesmo se aproximando do Estado, o MST não conseguiu que todos os seus interesses fossem representados de forma plena.

Outro repertório de interação entre Estado e MST em governo de esquerda é o aspecto do embate direto que se mostrou menos ofensivo e com um perfil mais conciliador, chegando a amenizar a pressão sobre o governo com a diminuição da quantidade de protestos como ferramenta de negociação, podendo ser nomeado de cooptação. Esse comportamento se deu em função da garantia de seus interesses particulares e/ou permitir a governabilidade da esquerda, além de suavizar as críticas em relação ao Estado, disponibilizando mais tempo e espaço e se adequando às questões eleitorais. Tatagiba (2010) aborda que a posição assumida pelo MST acarretou um peso, destarte teria que, concomitantemente, pressionar e fortalecer o governo, seguindo o campo ético-político, ou seja, agindo sob o fio da navalha, atuando de certa forma, contraditoriamente, fazendo política.

Nessa perspectiva, é frutífero lembrar que a participação por si só não garante a conquista de direitos. Efetivamente, quem toma a decisão final é o governo. Os representantes possuem voz dentro da instituição por serem considerados autoridade no processo, mas de forma alguma podem ser colocados no mesmo nível de poder do Estado. Falando de outro jeito, sem política pública destinada especificamente ao MST, elaborada pelo Estado, mesmo que os representantes participem, nada acontece, argumento também da autora Urbinati (2006), quando coloca que não basta apenas julgamento político. Provavelmente, diante dessa

questão, segundo Almeida (2015), decorra a entrada dos movimentos no governo como forma de garantir sua representatividade, lembrando que não é possível o representado estar em todos os espaços de tomadas de decisões.

A aproximação do movimento com o Estado durante o governo Lula foi a forma que o MST encontrou para que seus interesses fossem representados e, para tal, contou com um contexto político mais benéfico, apesar dos atritos. Quanto ao atual Governo Federal, as perspectivas não são animadoras. Eles já tipificam as ações dos Movimentos Sociais como criminosas, em destaque para o MST.

À parte a nostalgia que valoriza o que já passou, o MST tem em seu horizonte um caminho tortuoso de embate direto com o Estado pelos próximos anos. Com a saída da presidenta Dilma Rousseff, o governo Michel Temer se posicionou de forma truculenta ao autorizar o despejo de famílias acampadas em áreas que se encontram em processo de desapropriação por parte do governo do Estado, como é o caso do acampamento Zé Wilson localizado no Ceará; e, posteriormente, porque o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, já faz declarações, via mídia, que as ações do MST serão tratadas como criminosas. Assim, apresentam um comportamento distinto ao comportamento adotado pelo governo Lula.

Para justificar tais atos, ambos se apropriam e se legitimam por intermédio da Lei n. 13.260/2016 aprovada na gestão Dilma Rousseff, a qual recebeu várias críticas, inclusive de companheiros do PT. É certo que não se trata de um episódio novo em nosso país, assim como no mundo, no entanto, para Trindade (2015), desde 1985, não houve em nossa legislação nada similar e acrescenta que, para muitos críticos, esse projeto é uma narração atualizada do AI-5, elaborado e implementado durante o regime militar no Brasil.

Quanto a postura partidária governamental no poder, em relação a questão do terrorismo, Mariana (2017) adverte:

As dinâmicas de terrorismo de Estado Democrático de Direito se consubstancializam independentemente das ideologias de seus governos. Para a manutenção da própria ordem do Estado, tanto os governos autodeterminados de “esquerda ou de “direita” se outorgam a legitimidade de usufruir livremente da coerção [...]. (MARIANA, 2017, p. 55).

O terrorismo de estado não faz distinção; o mesmo Estado que cooptou o MST praticava violência e terrorismo de estado com outros grupos e outros Movimentos Sociais. No entanto, essa colocação pode levar a refletir sobre outro ponto, a intensidade da repressão, que provavelmente será maior ou menor dependendo de quem esteja no poder.

Quando o Projeto de Lei da Câmara n. 101, de 2015, foi elaborado pelo senador Serys Slhessarenko do PT/MT, nele constava a regulamentação do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e alteração das Leis de n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e n. 12.850, de 2 de agosto de 2013, proposto pela Presidência da República. Cabe ressaltar que, em junho de 2013, muitas manifestações foram realizadas no Brasil. Conforme Boito Júnior (2016):

A baixa classe média fora contemplada com medidas democratizantes do acesso à universidade por meio da política de cotas, o Programa Universidade para todos (ProUni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Porém, os novos diplomados não encontraram no mercado de trabalho os empregos que julgavam garantidos. Essa insatisfação aclodiu nas ruas em junho de 2013. Os próprios beneficiários do neodesenvolvimentismo começavam a retirar seu apoio a essa política [...]. (BOITO JÚNIOR, 2016, p. 29).

Com isso, pode-se constatar que as ações desenvolvidas pelo governo não foram suficientes para seu eleitorado, além da educação ofertar pouca qualidade, o sistema não articulou espaço/tempo para atuação desses novos diplomados. Os protestos foram realizados pela juventude que não tinham a prática de ir para a rua lutar contra a alta taxa nas tarifas de ônibus e metrô. Esses novos militantes foram apelidados de coxinhas pela juventude de outro grupo político; abominavam a bandeira vermelha tendo como pretexto a não partidarização do movimento, dessa forma, passaram a usar o verde amarelo do Brasil.

De acordo com o art. 5º:

XLIII- a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitem.

Na ocasião, Trindade (2015, n.p.) já apontava a definição persuasiva de crime de terrorismo presente no art. 5º, como “[...] prática, por um ou mais indivíduos, de atos com finalidade de intimidar Estado, organização internacional ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, ou representações internacionais [...]”. Como nota de repúdio veemente ao projeto, muitas organizações da sociedade civil arquitetaram um manifesto contrário, no qual fazem apontamentos críticos quanto à subjetividade do conceito, trazendo como consequência a liberdade para delegados e promotores decidirem quem vai e quem não vai ser enquadrado na nova lei.

De acordo com a Lei, a tomada de decisão pode partir:

Art. 12. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de crime previsto nesta Lei, poderá decretar, no curso da investigação ou da ação penal, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei [...]. (BRASIL, 2016).

Luz e Caetano (2017) não corroboram com esse pensamento e afirmam que o certo seria denominá-lo como crime de perigo abstrato, os quais se consumam com a prática da conduta descrita em lei, independentemente da situação de perigo real ter sido criada, e não deixar a decisão nas mãos dos atores judiciais. Isso sem falar na questão do Estado de Direito. Se há um consenso a respeito do fato, é que essa dimensão da Lei antiterrorista não surgiu na atualidade.

Ao lado da contribuição de Trindade (2015) sobre a complexa definição conceitual do que é crime de terrorismo, podemos nos reportar a Luz e Caetano (2017), que falam da difícil conceituação universal devido ao jogo de interesses das diversas nações, grupos e doutrinas que estão por trás da questão, cada um querendo se autofavorecer. Acrescentam também a plasticidade dos atos de terror e a variedade dos mesmos, daí a complexidade em conceituar juridicamente e politicamente o terrorismo.

Diante dessas colocações, Luz e Caetano (2017) dizem que o projeto sofreu alterações, tanto na Câmara quanto no Senado. No entanto, na formatação que se encontra, a Lei permite interpretações subjetivas que podem restringir direitos de manifestação, expressão da cidadania e criminalização dos movimentos.

O conceito descrito na citada Lei é:

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública [...]. (BRASIL, 2016).

Em outros termos, a lei de antiterrorismo se configura num perigo concreto e simplesmente exige a comprovação de uma determinada situação a pessoas ou coisas, tendo em sua finalidade provocar pânico generalizado. Para Luz e Caetano (2017), o perigo se encontra justamente aí, pois as palavras podem ser interpretadas nos mais variados contextos.

Além da justiça, os Sem Terra também enfrentam a posição da mídia, pois são caracterizados como invasores de propriedade privada, potencializando o conceito equivocado da sociedade em relação ao movimento e fortalecendo as ações do Estado. Cabe aqui historiar que, em 7 de novembro de 2018, a justiça mandou despejar 450 famílias moradoras da usina

falida de Ariadnópolis, em Campo Grande-MG. Caso a decisão se materialize, serão destruídos 1.200 hectares de lavoura de milho, feijão, mandioca e abóbora, 40 hectares de horta agroecológica, 520 hectares de café. O pacote ainda inclui centenas de casas, currais e quilômetros de cerca. Essa decisão acarretará destruição de tudo aquilo que foi construído pelos acampados durante duas décadas de trabalho (MST, 2018).

Nessa situação, tem um fator intrigante ocorrido durante a audiência, que é interessante refletir, a saber: a restrição da entrada e participação de representantes das famílias acampadas no Quilombo Campo Grande, assim como, também de autoridades que se deslocaram para acompanhar a audiência. Isso levanta a questão sobre quem se beneficiaria com a restrição da participação ampla dos representantes deste Quilombo na audiência e o que isso reflete na busca do interesse deste grupo.

Quanto a essa questão, o MST expõe sua visão ratificando que o movimento irá resistir às ofensas declaradas e praticadas:

É sabido que a veia fascista do projeto eleito ao governo do Brasil vai intensificar o uso de toda máquina do estado para criminalizar e segregar o povo Sem Terra. Assim como o fará nas comunidades urbanas. Mas o povo brasileiro é corajoso e forte. O Movimento enfrentou a ditadura militar desde o nascimento. É com essa história e com essa coragem que as famílias do Quilombo Campo Grande irão resistir e permanecer nas terras de Ariadnópolis. Não vai ser uma liminar de despejo que apagará tantos anos de luta [...]. (MST, 2018).

Ao lado da contribuição do MST, trazemos Trindade (2015) que aponta que o fundamental das ocupações de terras é comprimir o Estado e, com isso, garantir direitos constitucionalmente estabelecidos pela Carta Magna de 1988. Segundo ele, ocupar não quer dizer colocar em discussão o status jurídico da propriedade privada, mas sim questionar a concentração de terra nas mãos de poucos latifundiários, como acontece no Brasil, sendo uma forma de complementar os limites da representação formal. Ao contrário do que divulga a mídia, a luta dos sem-terra se refere a uma luta pela democratização da propriedade privada.

De acordo com a teoria da representação política de Young (2006), que segue a linha argumentativa do debate via corrente deliberativa, pode-se deduzir que essa corrente seja crítica em relação às estratégias do ativismo, como passeatas, boicotes ou ocupações, pois a caracterizam como atividades de enfrentamento, não de debate, justamente neste ponto há discordância na posição dos integrantes do movimento que acreditam na força dessas atitudes (TRINDADE, 2018). Enquanto Young (2006) defende sua posição, ratificando que é preciso complementaridade entre as formas e que os ativistas expõem formas de opressão, que são apagadas pela deliberação.

O que podemos perceber nesse contexto é que a interação Estado-MST não se encontra em um bom momento. Os governos possuem ao seu favor a Lei para aplicar nas situações que forem de seus interesses, interpretando a seu favor o conceito de terrorismo contido em seu texto, portanto, paulatinamente irá adentrar ao movimento com o intuito de fragmentar e enfraquecer suas ações e colocar, cada vez mais a sociedade contrária a ele.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra resta focar na resistência em favor da manutenção das conquistas coletivas, que estão a ser suprimidas com a finitude do governo e a posse do novo presidente do Brasil. Como sabemos, política é interação e a presença de representantes de movimentos, como os Sem Terra, é uma prerrogativa para se garantir a representatividade e, conseqüentemente, a manutenção e aquisição de direitos.

A luta do MST nesses últimos vinte anos se reportou à implementação de direitos conquistados e legitimados na Constituição Federal de 1988, por exemplo, a reforma agrária. Para Trindade (2016), se fizermos uma análise mais nuançada do processo em curso, para os próximos anos o desafio do MST vai além disso, pois o horizonte não é profícuo, e terá que ir à luta para preservar direitos já conquistados.

De acordo com os posicionamentos e ações realizadas pelo governo, amparado pela Lei n. 13.260 (BRASIL, 2016), o MST deve buscar outras formas de atuação para que suas demandas permaneçam representadas, tais como abrir caminhos de resistência, construindo novas alternativas à modernidade tecnocrática que possam se traduzir em novos estilos de vida; e partir para uma postura de hostilidade e enfrentamento direto, sobretudo, porque possuem um horizonte a desvendar que só virá se forem capazes de transgredir as ordens.

Segundo Tatagiba (2007), para que haja ganhos representativos, as lideranças do MST deverão ser capazes de estabelecer relações com o meio político-institucional, o que não será uma tarefa fácil em virtude da visão de movimento que o mesmo possui, ou seja, se para continuar sendo o que é ou se tornar o que gostaria de ser o MST precisa permanecer em sua diferenciação em relação ao político-representativo, além de estabelecer vínculo com atores envolvidos na dinâmica organizacional. Traduzindo de forma mais simples, com o PT o movimento conseguiu alguns ganhos, mas também estavam infelizes, porque ao final a reforma agrária não veio. Mas sabemos pouco sobre o que isso gerou para a base, para a relação representativa do MST com quem o representa.

Agora há um cenário de fechamento da participação no governo, e as práticas de confronto devem predominar. A lei antiterrorismo acaba por fechar o espaço de quem são considerados os “representantes legítimos”. Há também uma outra questão no discurso do Bolsonaro, não só quanto ao MST, mas também com o restante dos representantes da

sociedade. Parece que há uma tentativa de interdição ao debate e de outras formas de intermediação. Ele não quer falar com lideranças de movimentos, mas diretamente com as massas.

Em Almeida (2015), a representação política não se resume ao voto, assim como também a participações no governo. Por isso, ser integrante de Movimentos Sociais, ser um Sem Terra, realizar marchas, ocupar propriedades privadas improdutivas, entre outras ações, talvez seja a única possibilidade para reivindicar direitos e lutar por justiça social. Uma justiça que extrapola a questão da igualdade e perpassa à equidade. Participar de manifestações como ato de protesto é agir politicamente, inclusive essas ações contribuíram e contribuem de forma significativa para a instalação da democracia. Isso posto, devem ser encaradas como atitudes legítimas de demandas de contestações previstas na Constituição. Caso essas atitudes sejam consideradas crimes terroristas, o MST perderá seu espaço conquistado em anos de luta, que vem modificando a vida não somente dos assentados/acampados, como também influenciando na emancipação da sociedade.

No momento, os Movimentos Sociais encontram-se mediante um projeto de governo antipopular, portanto, só lhes resta a resistência. Sabemos que há exceções, podemos citar o caso do Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>18</sup>, que vai se aproximando do Estado. Entre movimentos como esse e o MST há diferenças em vários aspectos, tanto na sua constituição como na sua função. O MBL tem sua origem na direita, enquanto o MST tem sua origem na esquerda, portanto, partem de discussões ideológicas opostas. O público do MBL está vinculado a juventude e se tornou transitório, enquanto o MST foi constituído por um processo organizacional que busca o direito pela terra. No entanto, os demais devem partir da asserção de uma resistência construída e aplicada nas ruas, pois sabemos que o governo, dificilmente, permitirá a representação.

Ao fim e ao cabo, a experiência do MST transporta a representação política para a superfície da sociedade civil, abrindo espaço para o exercício da cidadania, em que os interesses do movimento podem ser não meramente representados, mas também deformados.

Após analisarmos a dinâmica política do MST, suas vitórias e derrotas, passamos para o entendimento do processo de cultura política vivenciado pelo Movimento Feminista, suas dores, glórias e resistências. Um movimento marcado historicamente pela disseminação da

---

<sup>18</sup> O Movimento Brasil Livre foi gerado por uma rede de fundações de direita, sediada nos Estados Unidos, a *Atlas Network*, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, que investiram 800 milhões de dólares em duas décadas na *Atlas Network*. Assim como o MBL, existem outros movimentos reacionários sem pretensão de quebrar paradigmas.

inferioridade, da violência, do assédio moral e sexual. Além de a mulher ser tratada como objeto de consumo.

#### 4 MOVIMENTO FEMINISTA: HISTERIA OU REAÇÃO AO PATRIARCADO?

A conquista dos direitos feministas em curso, as estratégias de resistências aplicadas no passado/presente, a formação e autoformação de grupos compõem a cultura política do Movimento Feminista. A história desse movimento pode ser contada levando em consideração as ondas feministas; se considera a primeira onda a questão do voto (sufrágio); a segunda se refere à universalização da mulher; a terceira ao acréscimo de temas como raça, orientação sexual e identidade de gênero; e a quarta onda, que trata da interseccionalidade (ARAÚJO; REIS, 2019). Teóricas feministas como Hollanda (2018) e hooks (2017, 2019a, 2019b, 2019c) argumentam que um ponto de vista é uma conquista política e epistemológica que não existe espontaneamente, mas que se desenvolve a partir do ativismo do movimento político, em conjunto com as teorias críticas, e a pesquisa empírica transformadora de que elas são alvo.

Não obstante, o ano de 2019 se caracterizou como um ano de visibilidade à mulher na América Latina. Baseado no Informe Anual (AMNSTÍA INTERNACIONAL, 2019), as mulheres participaram mais da política, se envolveram em mobilizações em prol dos direitos humanos, alcançaram avanços significativos em relação a igualdade de gênero, emprego, educação, porém, concomitantemente, sofreram mais violência física, moral e sexual, portanto, correndo grandes perigos de morte, perdendo a vida.

Nessa mesma direção, Oliveira (1998) destaca:

A violência doméstica e sexual instalada com naturalidade na cultura brasileira saiu da invisibilidade pela ação dos movimentos de mulheres mas ainda permeia as relações interpessoais nos mais diferentes extratos da sociedade, constituindo-se em gravíssima humilhação e negação dos direitos mais básicos de cidadania [...]. (OLIVEIRA, 1998, n.p.).

A fundação das delegacias especializadas no atendimento às mulheres aparece como exemplo inovador e inspirador a nível de interesse internacional. Segundo Lélia Gonzalez (1982), é justamente essa especificidade que diferencia o Movimento Feminista dos demais.

Contudo, segundo Davis (2017, p. 11), “[...] o principal desafio a ser enfrentado pelo ativismo feminista é responder plenamente às necessidades do momento e fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro [...]”. Diante disso, historiar sobre o feminismo nos faz compreender como todo processo se materializa a partir da construção histórica, que é dinâmica e que, nesse caso, é marcada por lutas e contradições.

O feminismo surgiu na virada do século XVIII para o XIX se tornando um marco para as mulheres, tendo como características a reflexão teórica e a militância política. Apresenta-se como um Movimento Social, intelectual, político e econômico. Seu objetivo é discutir e lutar por direitos das mulheres para que elas deixem de ser vítimas da opressão social. Lutam contra um sistema de dominação masculino, conhecido como patriarcado, dessa forma, podem vir a contribuir para a emancipação da sociedade. Hobsbawm (2000) descreve em sua obra que, até então, as mulheres estavam presentes sob a forma de símbolo e de alegoria, embora, mesmo com o avanço do socialismo, passaram a ser vistas como deusas e musas. Então, o Movimento Feminista pode ser visto como a expressão de uma nova identidade da mulher e de seus interesses, tendo como marcador em sua linguagem política o ideário igualitarista. Ou, simplesmente, para mostrar que a mulher é gente.

Em princípio, segundo hooks (2019a, p. 41), “[...] a teoria feminista foi transmitida boca a boca ou por meio de jornais e panfletos de impressão barata [...]”. Esse movimento tem como principal influência a Revolução Francesa<sup>19</sup>, momento em que as mulheres brancas passaram a tomar consciência das desigualdades as quais eram submetidas, como argumenta Miguel (2014, p. 63): “Desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais àquelas de que os homens desfrutam [...]”, visto que, para as feministas ou pré-feministas, as mulheres são iguais aos homens, tanto na questão intelectual quanto na questão potencial de contribuição para a sociedade. Essa dominação masculina transcende a dimensão vida política moderna e alcança a própria modernidade.

Mas o que é feminismo? De acordo com hooks (2019a, p. 17), “[...] é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão.”, dessa forma, distancia-se do anti-homem, como é colocado pela mídia de massa patriarcal. Traduz-se na maneira amorosa de que homens e mulheres podem viver no mesmo mundo. Como estratégia que possa contribuir para essa mudança é necessário começar quebrando estereótipos criados pela sociedade. hooks (2019c) adverte que:

Os estereótipos de que as mulheres feministas detestam o homem fazem com que muitos professores se sintam desconfortáveis quando realizam comentários críticos sobre os homens, especialmente quando há o reconhecimento de que mais homens precisam de se comprometer na luta feminista para terminar com a opressão sexista e dominação masculina [...]. (HOOKS, 2019c, p. 181).

---

<sup>19</sup> Recorte com certa arbitrariedade, pois outros movimentos anteriores se deram; para além da Revolução Francesa existiram outras mulheres de luta, no entanto, para esta dissertação, esse foi o marco selecionado.

O Movimento Feminista é visto como um movimento radical pela sociedade, inclusive por muitas mulheres, no entanto, o conceito de radical vem sendo interpretado de forma errônea, aplicado como se fosse algo referente a exigências exageradas. No entanto, sua radicalidade se encontra na importância de colocar a segurança das mulheres antes dos sentimentos e desejos dos homens. Para Davis (2017), a palavra radical significa compreender as coisas desde a raiz, ou seja, o empoderamento das mulheres deve partir da contestação do capitalismo monopolista, que dificulta, de forma impiedosa, a conquista da liberdade feminina. Collins (2019a) argumenta que o papel do feminismo é defender a emancipação e o empoderamento das mulheres, ou seja, a liberdade e a independência. Independência esta que sempre foi tratada de forma hostil entre nós.

Nesse aspecto, Adichie (2017) acrescenta:

Para mim, feminismo é sempre uma questão de contexto. Não tem nenhuma regra. A coisa mais próxima disso são minhas duas “Ferramentas Feministas”, que vou dividir com você como ponto de partida. A primeira é a nossa premissa, a convicção firme e inabalável da qual partimos. Que premissa é essa? Nossa premissa feminina é: eu tenho valor. Eu tenho igualmente valor. [...]. A segunda ferramenta é uma pergunta: a gente pode inverter X e ter os mesmos resultados? (ADICHIE, 2017, p. 12).

Em outras palavras, Adichie (2017) advoga que ser feminista é ter igualdade de valor entre homens e mulheres, assim como também igualdade de direitos, por meio dos quais homens e mulheres possam tomar decisões independentemente do sexo, gênero e, por isso, não receber tratamento diferenciado, até porque se existe igualdade não há ressentimento, o que fortalece a relação, o convívio. Uma luta que se apresenta como desafiadora, pois o patriarcado se mostra tão forte ao ponto de que o homem não considera a fala da mulher, pois é como ela não fosse credenciada a falar. Com essa realidade posta, é preciso, de acordo com hooks (2019c, p. 179): “Lutar para criar um contexto de diálogo entre mulheres e homens é uma tarefa subversiva e radical. O diálogo implica conversa entre dois sujeitos, não um discurso de um sujeito e um objeto. É um discurso humanizador, o que desafia e resiste à dominação [...]”, por ser algo considerado fora do que está posto.

Em Paiva (2018) essas questões extrapolam a dimensão classe:

Desigualdades que não se situam apenas na chave da classe, como bem demonstraram os movimentos feminista ou o dos Direitos Civis americano, que têm em comum a denúncia do não reconhecimento desses grupos como sujeitos de direitos, trazendo profundas consequências para a possibilidade de paridade de participação na esfera pública [...]. (PAIVA, 2018, p. 267).

A luta da mulher pela manutenção e aquisição dos seus direitos em diferentes espaços deve ser uma constante. A busca pela liberdade também. Por isso, ao longo da trajetória de resistência, o feminismo demonstrou capacidade de luta e transformação. A conquista do voto, reconhecida durante o Movimento sufrágio feminino, se amplia às relações de gênero.

De acordo com Oliveira (1998), somente em 1993 – na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos – as mulheres passaram a fazer parte da humanidade visível, na qual houve reconhecimento por parte da comunidade internacional de que a universalidade dos direitos humanos estava comprometida por pontos cegos, pois não incluía as mulheres. E foi o Movimento Feminista que deu visibilidade e legitimidade à dimensão da cidadania feminista.

No entanto, o feminismo possui lutas internas, pois a divisão e diferenciação existem dentro do próprio movimento, dito isto, reconhecer-se como feminista não basta, se configura como um ponto de partida para a mudança. Öcalan (2005 apud AMOROSI, 2019) afirma que: o século XXI é o século das mulheres, por entender que até então o papel combativo ao capitalismo era atribuído a classe trabalhadora, agora perpassa pela sororidade entre as mulheres, criando assim, uma nova epistemologia feminina.

A partir dessa asserção entendemos que ser feminista não pode ser simplesmente um “estilo de vida” ou relação de pertencimento a um determinado grupo, pois isso apenas contribuiria para a conformação das pautas feministas ao *status quo*, assim, é necessário a busca incansável por parte das mulheres por uma mudança social substancial, para tal, a arte e a política formal ou não servem de ferramentas de alcance. Como exemplo, segundo o Informe Anual (2019), podemos citar a música *Un violador en tu camino*, do grupo chileno *Las Tesis*, entoada por mulheres de grande parte do mundo, se convertendo em um hino feminista que mostra a cultura patriarcal como um dos principais motivos de violência contra a mulher.

Em relação à posição social, Miguel e Biroli (2014) advertem sobre a importância de considerar, para além do pertencimento a um determinado grupo social, no caso, o de mulheres. Colocam que o reducionismo do feminismo a um “único estilo de vida”; minimiza o papel da mulher na sociedade, se tornando um dos complicadores para o exercício real da cidadania de forma ampla, e interferindo diretamente no esvaziamento do sentido político, no conceito de transformação coletiva e no próprio feminismo. Adichie (2017) alerta sobre a invenção de papéis de gênero pela sociedade, desde cedo, estereotipando função de homem e função de mulher, ao invés de enaltecer o potencial de cada pessoa, sucumbindo por muitas vezes, a felicidade. Ao homem e à mulher cabe o papel de aprendiz na relação de um com o outro, diferentes, embora vistos e sentidos como não-hierarquizados superior ou inferior.

Assim, de acordo com a posição social que ocupam, a política do feminismo pode ser opressora para algumas mulheres e libertadora para outras. As contribuições de Miguel e Biroli, lançam luz sobre essa questão:

Não é preciso diluir as especificidades das formas de opressão existentes em dada sociedade, mas reconhecer que o foco no indivíduo ou nos ganhos restritos de um grupo (como as mulheres brancas, de classe média e profissionalizadas) pode ofuscar as causas estruturais das desvantagens de muitos indivíduos e grupos em posição subalterna [...]. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 148-149).

Portanto, há privações específicas dentro de um mesmo grupo. Como exemplo, podemos elencar as dores psicológicas pertinentes à vida doméstica e aos papéis convencionais de gênero, expressos a partir das experiências de mulheres da classe média, que não se equivalem as vividas por mulheres mais pobres e/ou mulheres brancas das mulheres negras. Em outras palavras, o sucesso profissional de algumas mulheres não garante o acesso da maioria delas que permanecem em condições de vulnerabilidade e em dupla jornada de trabalho, sem alcance a recursos e a oportunidades de modo igualitário.

Nessa perspectiva, Carneiro (2011) alerta:

[...] o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas em função de eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras [...]. (CARNEIRO 2011, p. 121).

Compreender essa divisão dentro de um mesmo grupo proporciona reflexão sobre o quanto é complicado sentir a necessidade de emancipação e compreender os meandros e relações de poder que estão em jogo, pois muitas são as amarras do capitalismo, do patriarcado, do sexismo, que impedem ou dificultam a percepção das diferenças. Contudo, segundo Carneiro (2011), o Movimento Feminista encontra-se disposto a contribuir nessa alteração.

Porém, Crenshaw (2019) chama a atenção, ao dizer que:

[...] as mulheres Negras são, por vezes, excluídas da teoria feminista e do discurso político antirracista, porque ambos são baseados em conjuntos discretos de experiências que, muitas vezes, não refletem com precisão a interação entre raça e gênero. Estes problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente pela inclusão de mulheres Negras dentro de uma estrutura analítica já estabelecida [...]. (CRENSHAW, 2019, p. 55).

Conforme aponta a autora, para que as mulheres negras sejam de fato incluídas, é necessária a mudança na reformulação das agendas políticas concretas existentes, pois

sabemos que, mesmo que uma política contestada discrimine todas as mulheres, se a mulher for negra, o efeito é diferenciado, mais agressivo.

Uma questão levantada por Davis (2017) apresenta a distinção entre a classe de mulheres trabalhadoras e a classe de mulheres burguesas, que se tratava da posição assumida por essa última, de se colocar contra os maridos, enquanto a outra se junta à família justamente para combater o capitalismo. Ambas as classes encaravam o voto de maneira diferenciada. Para as mulheres burguesas, o sufrágio feminino era visto como um direito natural à participação e para as mulheres trabalhadoras como um direito social. Dessa forma, o voto assumia uma posição contrária entre as classes de mulheres antagônicas. Ou seja, enquanto as mulheres da classe trabalhadora enfrentam a opressão sexista, racista e a supremacia masculina, as mulheres da classe burguesa compreendem o sexismo como uma forma isolada de opressão.

Davis (2017) aponta a não representação de mulheres negras por Maureen Reagan, em uma conferência oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), ao elucidar que, mesmo Mauren Reagan apoiando as reivindicações das mulheres brancas consideradas conservadoras e economicamente estáveis, não significava representar as mulheres que compõem a classe trabalhadora, menos ainda as mulheres negras, latinas, indígenas, asiáticas e das ilhas do Pacífico. Ao atuar à frente da delegação de mulheres, simplesmente distorceu a condição e as reivindicações das massas trabalhadoras do país.

Uma mulher branca, não trabalhadora, falando em nome de mulheres negras e da classe trabalhadora não é vista com legitimidade para defender as pautas necessárias para a manutenção e melhoria da qualidade de vida das mulheres em questão, pois não possui conhecimento de causa, não possui vivência, portanto, não as representa, não compõe o nós. Até porque, de acordo com Araújo *et al.* (2019), “[...] as mulheres brancas tiveram sua história marcada pela restrição ao ambiente doméstico e pela circunscrição às relações familiares. As mulheres negras, ao contrário, estiveram posicionadas em outro lugar social, que é de luta pela sobrevivência, ou, no limite de sua existência, da luta pela vida [...]”, o que as tornam diferentes. Entretanto, enquanto a mulher negra luta pelo reconhecimento da própria humanidade, as mulheres brancas lutam por igualdade de direitos político-civis.

Collins (2019a) contribui nesse discurso e nos leva a refletir a partir de algumas interrogações:

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses

negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? (COLLINS, 2019a, p. 13).

Ou seja, para as mulheres brancas o trabalho é suave, leve, assim como são caracterizadas como delicadas e fracas. Enquanto para as mulheres negras é pesado e sofrido, lhes tirando o tempo e espaço de conviver com os filhos, enquanto os atributos de delicadeza e fraqueza não lhes são atribuídas. Nessa direção, Crenshaw (2019, p. 73) alerta que “[...] a teoria feminista permanece branca, e o seu potencial para ampliar e aprofundar a análise ao abordar mulheres não privilegiadas permanece irrealizado [...]”. Dependendo de sua posição social, a mulher pode contribuir significativamente para a elevação, ou não, de outras mulheres no mercado de trabalho, para o desenvolvimento de sua intelectualidade e para a evolução de sua cultura.

Um dos fatores que causam essa individualização da luta é a ausência de creches para os filhos das mulheres das classes menos favorecidas, em outros termos, da classe operária. Por isso, a luta da mulher pela implantação e implementação dessa política pública não é de agora. Desde a década de 1970 floresce na agenda de reivindicações, juntamente a outras pautas, como o movimento contra a alta do custo de vida. Esse envolvimento, conforme Pinto (1992), causou transformações na visão da mulher sobre a condição de si mesma e sobre a relação com seus companheiros e, sobretudo, a respeito da vida em sociedade. A mulher passa a articular lutas diferenciadas extrapolando a esfera privada ao criarem grupos de pesquisa própria composto por mulheres de diferentes campos de pesquisa. Na ocasião, sentavam juntas para discutir temáticas referentes a mesma universidade ou com pesquisadoras de outro país.

Na esteira desse pensamento, Davis (2017) defende a ampliação de creches públicas ao colocar que, além de amplo, o sistema de creches deve ser acessível a todas as pessoas necessitadas, em particular as mulheres de minorias étnicas, para que possam exercer a cidadania.

Outra autora que põe em tela a importância da creche é Franco (2018), ao falar da necessidade de ampliação do atendimento às crianças sem carga excessiva de estudos, respaldadas por atividades lúdicas e equilibradas. Para que as mulheres possam ter maior liberdade de atuar no mercado de trabalho, pois os limites de horários da Educação Infantil, hoje, são um dos fatores que afetam diretamente a empregabilidade das mulheres. Assim, Franco (2018, p. 125) defende que: “[...] para que as mães não precisem ter que abandonar o emprego, recorrer ao trabalho informal ou contar com sobrecarregar outras mulheres da

família [...]”. Dito isso, o Estado entra como apoiador e facilitador da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Adichie (2017) corrobora com essa discussão, ao acrescentar que as mulheres não devem se culpar por trabalhar fora de casa e nem pedir desculpas à criança por isso. Para a autora, quando a mulher gosta do resultado do seu emprego, aliados ao fazer e receber por isso, se sente realizada e confiante, o que se torna um referencial positivo para a criança.

Não podemos esquecer que a criação de creches também foi tabu para a sociedade, especialmente para a direita. Em Faludi (2001), houve até campanhas e manchetes em jornais contrárias à sua instalação, como exemplo: Mamãe não me deixe aqui! O objetivo era manipular as mulheres para que desistissem de trabalhar fora, com o argumento de que deixar a criança na creche era uma ameaça perigosa a sua vida, e que provocaria danos irreparáveis a criança, causando um relacionamento inseguro com a mãe. Justamente, contrário ao que os estudos pedagógicos indicam, como a socialização, a independência.

Não é de agora que o cuidar aparece como responsabilidade da mulher. Desde que “o mundo é mundo”, é ela quem realiza essa atividade, seja em relação aos filhos, seja no tocante à casa, à família. Isso não significa representação da vontade da maioria. Faludi (2001) reflete que casos esporádicos de mulheres famosas e ricas declararem, em colunas sociais, que se acharam como esposas e se deliciam fazendo pão, não representa a maioria que se encontra no fronte de luta por seus direitos sociais e econômicos, se envolvendo em manifestações, participando de greve e se filiando aos sindicatos.

Sabemos que a mulher passa por um treinamento social para o cuidado com os outros, o que interfere diretamente nas funções que ela pode vir a ocupar no mercado de trabalho, o que a deixa em posição hierárquica, tanto salariais como de prestígios inferiores aos homens.

Como coloca Miguel (2014):

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão dos direitos individuais a toda espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública [...]. (MIGUEL, 2014, p. 19).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PERET, 2019), as mulheres estudam mais, ganham menos e passam mais tempo ocupadas com tarefas domésticas do que os homens, chegando a um percentual de 73% a mais. Se ainda for considerado o rendimento médio por hora trabalhada, as mulheres recebem menos do que os homens (86,7%), o que pode estar relacionado à segregação ocupacional a que as mulheres

estão submetidas no mercado de trabalho. Essa micro-política aparece no contexto da pandemia da COVID-19, a qual reflete de forma mais acentuada na mulher do que no homem, pois é a mulher que reorganiza a rotina doméstica, enquanto o homem permanece com sua agenda de trabalho como prioridade.

Sobre o apontamento acima, Adichie (2017, p. 18) relata que: “O trabalho de cuidar da casa e dos filhos não deveria ter gênero, e o que devemos perguntar não é se uma mulher consegue “dar conta de tudo”, e sim qual é a melhor maneira de apoiar o casal em suas duplas obrigações no emprego e no lar [...]” (ADICHIE, 2017, p. 18). São essas reflexões que precisam ser realizadas para que o trabalho não sobrecarregue nem um, nem outro.

Dentre as pautas pertinentes ao feminismo, temos um leque de situações, as quais, vão desde a questão da remuneração até as pressões e constrangimentos que não compõem o cenário da vida masculina, nem do passado, nem do presente; por isso a pauta do ativismo abrange uma série ampla de demandas, pois, dessa forma, torna o trabalho feminino mais penoso. Para Solnit (2017), a pandemia de violência por parte dos homens contra as mulheres continua, mesmo depois de todo avanço legal; elas continuam sendo mortas e/ou violentadas pelos seus atuais ou ex-companheiros e estranhos. Uma violência que é explicada por qualquer motivo, menos pelo motivo real, o gênero do agressor. Faludi (2001) e Solnit (2017) acrescentam que a maioria dos assassinatos de mulheres ocorre logo após elas declararem sua independência de maneira transparente ao pedirem o divórcio e saírem de casa. Para o homem essa atitude se torna inadmissível e, como resposta, acontece aplicação de violência.

É importante ressaltar que denominamos de violência contra a mulher, segundo a Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher (2019, n.p.) “[...] qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher [...]”, pelo simples fato de ser mulher.

Em caso de morte, classifica-se como crime de feminicídio, de acordo com a Lei n. 13.104 (BRASIL, 2015), que tipifica a morte de mulher, por questão de gênero, como crime hediondo variando a pena de 12 a 30 anos. Para Menicucci (2018), a Lei é considerada um avanço histórico na sociedade brasileira, pois o homem tem a ideia de que a mulher é sua propriedade, fruto do patriarcado, e insiste em eliminar sua dignidade, sua existência. Essa ideia vem sendo construída historicamente, portanto, não é natural e pode ser desconstruída. Mas, por enquanto, o que temos, segundo os escritos de Amorim e Nader (2019), é o patriarcado se apoiando na violência para exercer o poder dos homens sob as mulheres, tendo o convívio social e familiar como espaço facilitador.

Spivak (2010) acrescenta a presença da relação entre o imperialismo e o patriarcado, no que tange a constituição do sujeito e a formação do objeto, no qual a figura da mulher desaparece em um violento arremesso, nomeado de figuração deslocada da mulher, onde se encontra presa entre a tradição e a modernização.

Somando-se a essa Lei, redes de proteção a mulher vêm sendo constituídas, via ações propositivas que emanam segurança e defesa argumentada, a partir de prerrogativas legais. Dentre elas, a protocolação do pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquério (CPI) do feminicídio, por intermédio da deputada Arlete Sampaio (PT) e do deputado Fábio Felix (PSOL), ambos do Distrito Federal, iniciando a busca por ações concretas para combate a esse crime; além da elaboração da Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher: uma vida livre de violência é direito de todas as mulheres (2019), que carrega em sua produção instruções às mulheres sobre como agir em determinadas situações e a quem recorrer em casos de denúncias, falácias e assédios. Ainda, cita a construção e inauguração da Casa da Mulher Brasileira, que teve seu desmonte sistemático anunciado pelo atual governo, com fins de acolhimento e proteção àquelas mulheres que se encontram em situações de vulnerabilidade e sob ameaças do homem que um dia foi seu companheiro. Ademais, esses materiais dispõem e descrevem conceitos, endereços, telefones, programas, e-mails e toda a legislação que ampara, autoriza e garante as mulheres ações de proteção.

Caso queiramos fazer um recorte relacionado à violência, podemos incluir aqui a violência sexual para compreendermos com mais propriedade essa abordagem, como reitera Davis (2017, p. 41) “[...] não é possível apreender a verdadeira natureza da agressão sexual sem situá-la em seu contexto sociopolítico mais amplo. Se desejamos entender a violência sexual como ela é vivida pelas mulheres na esfera individual, devemos estar cientes de suas mediações sociais [...]”. A violência sexual vivida por milhares de mulheres no mundo inteiro se apresenta de várias formas, a saber: estupro, espancamento, abuso sexual, assédio sexual, estupro marital, entre outras. Essas agressões afetam diretamente as mulheres de minorias étnicas e as mulheres brancas da classe trabalhadora, o que reflete a condição econômica e social das mulheres violentadas.

Como ponto argumentativo a respeito dessa situação, Rios (2018) acrescenta que:

A forte presença das mulheres negras no emprego doméstico era objeto de crítica do feminismo negro brasileiro, porque essa ocupação estava sujeita a constantes humilhações e condições análogas à escravidão, por exemplo, as mulheres negras lidavam com jornadas extensas (diurnas e noturnas de trabalho) e ainda ficavam sujeitas ao assédio sexual ou mesmo até estupro nas residências onde trabalhavam [...]. (RIOS, 2019, p. 456).

Na contramão, a era inaugurada por Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conhecida como era petista, permitiu o avanço de outros temas substanciais à vida da mulher, como argumenta Biroli:

[...] os movimentos feministas produziram avanços importantes, entre os quais cito, a título de exemplo, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sancionada em 2006, que permitiu institucionalizar e ampliar o combate à violência doméstica numa perspectiva de gênero; as Normas Técnicas do Ministério da Saúde para garantia do acesso das mulheres ao aborto nos casos previstos por lei; a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, regulamentada em junho de 2015, que equaliza os direitos das trabalhadoras domésticas ao de outros trabalhadores, lembrando que, no Brasil, 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado são mulheres [...]. (BIROLI, 2018, p. 77).

Dando sequência, temos a questão política, pois, atualmente, não há como discutir feminismo sem discutir política, uma vez que ambas estão imbricadas num processo único, que vai além da categoria gênero, alcançando valores e critérios de análises diferenciados. No feminismo, as experiências das mulheres brancas, negras, trabalhadoras e das classes médias, heterossexuais e homossexuais se tornam desafios complexos na compreensão do exercício de suas autonomias.

Outro indicativo é a temática intelectualidade, já que, como é de nosso conhecimento, as mulheres são vistas como aquelas que sabem menos, portanto, se apresentam inferiores intelectualmente diante aos homens, o que não procede, pois, ao longo do tempo, a história vem desmistificando essa afirmação. O fato é que ser mulher é resultado das condições sociais vividas.

Para que o Movimento Feminista pudesse se incluir na esfera pública, muitas ações foram realizadas, durante séculos. Como marco importante, mas não determinante, temos o documento nomeado “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, de 1791, elaborado por Gouges, no qual relatava, entre outras questões, sobre a igualdade entre mulheres e homens, a liberdade de opinião e a liberdade de expressão da mulher, porém, o mesmo não atingiu uma elaboração sistemática de um entendimento da origem da opressão sofrida por mulheres. De acordo com Biroli (2018), êxito somente alcançado, em 1792, com o lançamento da obra “Uma vindicação dos direitos da mulher”, da considerada, fundadora do feminismo, Mary Wollstonecraft. Nessa obra, a autora destaca a necessidade da emancipação das mulheres e os obstáculos para o alcance dessa emancipação.

Quando falamos do Movimento Feminista contemporâneo, o nome que nos vem em mente é Simone de Beauvoir. Com sua obra *O segundo sexo*, de 1949, a autora retrata a

tentativa de compreender a subjetividade da mulher e de seus condicionamentos. Para a autora, os seres humanos não teriam essência, mas sim construção da relação uns com os outros, tendo como princípio a consciência. “Não se nasce mulher, torna-se mulher” é a frase mais famosa do livro de Beauvoir (1970), se tornando importante para o feminismo contemporâneo.

Apesar de pouco avanço relacionado à teoria política, o livro incentiva a criação e o uso, pelo Movimento Feminista, a partir dos anos 1960, do *slogan* “o pessoal é político”. Brah (2019) chama a atenção à essa colocação por entender que essa articulação pode trazer a mudança em direção a um mundo melhor, e diz que essa lição foi aprendida pelo movimento, desde a sua genealogia, se posicionando na vanguarda, inclusive da interseccionalidade, ao compartilhar que as questões de gênero, raça, classe, só podem ser entendidas tendo como referência umas às outras e também as histórias da escravatura, do colonialismo e do imperialismo.

Por outro lado, hooks (2019b) apresenta preocupação com a expressão “o pessoal é político”, por entender que é perigoso ter como ponto de partida para o político, o pessoal. Para a autora, o pessoal é um espaço privado onde ninguém poderá fazer intervenções; se trata de situações individuais, do eu, portanto, não coletivo, fugindo do princípio da coletividade que é justamente um dos princípios políticos. Posto isso, quando a mulher tem acesso a expressão, foca no pessoal se distanciando do político devido a proximidade existente entre ela e a palavra pessoal sem estabelecer conexão entre a politização e a transformação da consciência, fechando-se no narcisismo. Nas palavras de hooks (2019b, p. 144): “Precisamos de articular as narrativas pessoais com o conhecimento de como devemos agir politicamente para mudar e transformar o mundo [...]”, sem o esquecimento de teorizar a experiência narrada.

Collins (2019b, p. 121) argumenta que: “Nem o pensamento feminista Negro como teoria social crítica, nem a prática feminista Negra podem ser estáticos; à medida que as condições sociais mudam, também mudam o conhecimento e as práticas criadas para resistir a elas [...]”, tudo depende da conjuntura da situação.

No Brasil, desde a ditadura militar, conforme Pinto (1992), as mulheres passaram a se reunirem em grupos com o objetivo de falar da dor que sente denominados de grupo de conscientização. Essa prática se espalhou por vários estados, sendo impossível localizá-los e contá-los de forma precisa.

Uma das principais características de um pensamento feminista, para que seja chamado assim, é a dualidade entre a esfera pública e privada. A compreensão da formação

entre esses dois polos permite entender seu caráter histórico e suas implicações diferenciadas para homens e mulheres. Em Biroli (2014), o importante é termos clareza que essa dualidade se apresenta como forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e familiares.

Neste momento, cabe argumentar a respeito das posições que mulheres e homens ocupam nessas duas esferas. Enquanto a mulher se depara com obstáculos para o exercício do trabalho remunerado fora do espaço doméstico, o qual, baseado em Faludi (2001), é de suma importância, tanto básica quanto duradoura para a autoestima da mulher, principalmente quando se trata de cargos de alto nível, devido a dispensa de tempo para os afazeres domésticos, o homem fica livre para atender as exigências do mercado de trabalho, que já se encontra estruturado com o argumento de que homens tem mulheres em casa. Sem falar no sentimento masculino de traição pelo Estado, ao colocar a mulher no mercado de trabalho e a mesma se sair melhor do que ele. Então, O Movimento Feminista argumenta que essa exclusão das mulheres da vida política e da esfera pública é contraditório ao ideário liberal de igualdade e emancipação.

Dessa maneira, o homem constrói sua carreira profissional, fica livre para os momentos de lazer e, conseqüentemente, livre também dos afazeres domésticos, portanto, percebe-se a importância da redistribuição dessas ações. Diante disso, Davis (2017) reitera que há necessidade de redefinição dessas esferas e suas respectivas relações para que haja democracia igualitária, inclusive nas questões familiares. Tudo isso se deu, segundo hooks (2019a, p. 26), “[...] através da conscientização, mulheres adquiriram força para desafiar o poder patriarcal no trabalho e em casa [...]”; ao participarem de reuniões, espaços em que estudavam sobre o patriarcado como sistema de dominação.

Por outro lado, essas mudanças trazem junto consigo alterações no comportamento familiar. Sorj (1992) elucida que o mercado leva para dentro de casa a desprivatização do modelo de família tradicional, com adesão a novas formas mercantis de troca, por exemplo, a realização dos trabalhos domésticos onde a privacidade da família é infiltrada, invadida, por um conjunto de serviços, como consumo de produtos industrializados em troca da produção familiar, e do apoio de especialistas nas questões da comunicação entre os membros da família. Essa alteração comportamental vem fazendo com que o público e o privado se misturem, ao ponto de dificultar que a mulher construa essa identidade feminina idealizada pelo mercado.

Oliveira (1998) contribui ao colocar que: “[...] um dos grandes desafios da democracia brasileira é o amadurecimento de uma sociedade em que dois sexos, herdeiros de histórias e

culturas diferentes, mas iguais em direitos e deveres, venham enfim a atuar na sociedade em igualdade de condições [...]”. Para tal, presuppõe-se a instalação de medidas nos campos da educação, da saúde, do combate à pobreza e à violência, além da participação política como instrumentos fundamentais para a aplicabilidade desses direitos.

Na esteira desse pensamento, Leitão (2018) corrobora ao colocar:

Ao mito do amor materno é, ainda, acrescentada a força simbólica dos discursos científicos, que legitima os limites da atuação feminina no mundo do trabalho. Enquanto ao homem é destinada a esfera pública, caberá à mulher a vida privada, a intimidade das alcovas, a invisibilidade na vida social, política, econômica e cultural. Enfim, será considerada “normal” a mulher que demonstrar o sentimento inato, puro e sagrado da maternidade, sentimento este considerado natural e, por isso, presente em todas as fêmeas no planeta [...]. (LEITÃO, 2018, p. 55-56).

Contudo, não basta apenas exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens, é necessário que a reflexão política leve em conta a “experiência corporal feminina”. O corpo da mulher se diferencia do corpo do homem ao menstruar, ao engravidar, ao amamentar, ao entrar na menopausa, ao parir; portanto, pensar em políticas públicas considerando esses fatores é fundamental para o bom andamento de sua vida. No entanto, escreve Adichie (2017) que a mulher não pode ter vergonha de ser o que é, pois tudo isso faz parte de um processo natural e normal, específico do corpo da mulher.

Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela politização feminina, que se expressou via manifestações e testemunhos. Nessas ações eram abordados temas, como afeto, sexualidade e corpo, servindo como meio para a publicização das perspectivas das mulheres. Nessa mesmas décadas, enquanto a imprensa de “renome” e oficial discriminava o feminismo, rejeitando material produzido por feministas, o movimento encontrou a solução ao fazer uso da alternativa que se tornou mecanismo de resistência utilizado pelas mulheres no combate ao machismo; ao preconceito atribuído à palavra feminista, que recebeu uma conotação pejorativa: anti-feminina, anti-homem, anti-nacionalista, promíscua, com problemas emocionais e/ou estéticos, mas, principalmente, em oposição ao regime militar.

O primeiro jornal feminista dos anos 1970 foi o Brasil-Mulher (1975-1979). Começou a ser editado na cidade de Londrina (PR), com uma tiragem de dez mil exemplares e uma circulação nacional, sendo deslocado posteriormente sua sede para São Paulo. Entre outros jornais, o jornal Movimento se destacou ao publicar, ainda que com cortes, temas, como é proibido falar de mulheres. Conforme Biroli (2014, p. 41-42): “Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teorias femininas construir categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres [...]”. Como fruto dessas

atividades, as mulheres colheram a redefinição das regras do jogo e a conscientização de muitas mulheres.

Até porque, de acordo com hooks (2019c):

O ato de falar é uma forma de as mulheres chegarem ao poder, contando as nossas histórias, partilhando história, comprometendo-se em discussões feministas. No início, as sessões de consciencialização feministas forneceram um espaço para as mulheres testemunharem a dor da exploração e da opressão na sociedade dominada pelos homens. Rompendo longos silêncios, muitas mulheres deram voz pela primeira vez à tristeza, angústia, raiva, amargura e até ao ódio profundo. Este discurso foi uma parte da luta das mulheres para resistir ao silêncio imposto pela dominação masculina. Foi um ato de resistência. E isso era ameaçador. Embora tenha sido a fala que permitiu que as mulheres se rebelassem e resistissem, foi apenas uma etapa no processo de educação feminista para a consciência crítica, uma etapa no processo de transformação radical [...]. (HOOKS, 2019c, p. 176-177).

Mas, será que o subalterno pode falar, no caso, a mulher? Baseado em Spivak (2010), o desenvolvimento da fala por parte do subalterno é um processo complicado, justamente pelo projeto imperialista, social e disciplinar que imprime colonialidade ao sujeito, via historiografia subalterna, a qual atua como instrumento de silenciamento da mulher, implicando diretamente em sua consciência, como indicadores dessa afirmação, a autora cita a dimensão das diferenças de raça e classe. Segundo esse projeto, a mulher é vista como objeto de proteção da própria espécie. Nesse sentido, hooks (2019a, p. 43) relata que: “[...] o Movimento Feminista se fortaleceu quando encontrou o caminho da academia [...]”. A ação de institucionalizar os estudos sobre mulheres, produzir literaturas feministas, proporcionou legitimação ao movimento.

Ademais, Solnit (2017), em sua obra *Os homens explicam tudo para mim*, ilustra como os homens tomam a palavra da mulher, silenciam suas ideias, além de não ouvirem o que elas tem a dizer, de certa forma, reduzindo-a ao silêncio. O termo utilizado chama-se “Mansplaining<sup>20</sup>”. Quem de nós nunca viveu algo semelhante? Tudo acontece como se o mundo não os pertencesse, como se as mulheres não soubessem de coisas que os homens não sabem, como se o conhecimento e a sabedoria fossem propriedade somente deles. Para o homem (não são todos) a palavra da mulher não tem credibilidade que deve ser vista como ferramenta básica para a sobrevivência, para a liberdade e a dignidade. Diante desse comportamento masculino, as mulheres passam, também, a não acreditarem em sua capacidade, a duvidarem de si mesmas. Essa descrença em si mesmas acaba por influenciar seu desenvolvimento pessoal, social e econômico.

---

<sup>20</sup> Termo cunhado por inspiração, em ensaio escrito por Solnit (2017), para se referir aos homens que personificam a ideia central. A autora não reconhece a criação, assim como também não costuma usar, por entender que alguns homens explicam coisas que não deveriam explicar.

Solnit (2017, p. 18) exemplifica o aspecto abordado acima: “No cerne da luta do feminismo para dar *status* legal de crime ao estupro, estupro no namoro, estupro marital, violência doméstica e assédio sexual no trabalho existe a necessidade básica de dar voz e credibilidade as mulheres [...]”. Sem a crença naquilo que a mulher fala, supõe-se que a denúncia não terá efeito e, quando escutam, acusam a mulher de histeria, de exagero do que fala.

Dentre tantas ações políticas pensadas, organizadas, produzidas e publicadas pelo Movimento Feminista, destacamos seminários, congressos, palestras, cursos, solenidades, sessão de debate, encontros, conferências, literaturas, em âmbito internacional, nacional e local, com a intenção de contribuir para uma educação emancipatória destinada à sociedade, em especial, às mulheres. Em relação à materialização da cultura política dos estudos de gênero, optamos por destacar a publicação da revista interdisciplinar brasileira *Cadernos Pagu*, que foi criada, em 1993, na Universidade de Campinas (Unicamp).

A revista educativa, de livre acesso on-line, *Cadernos Pagu* é composta por artigos científicos, resenhas, dossiês, documentos, entrevistas, que fazem avaliações, balanços da vida em sociedade relacionada a questão gênero. A publicação acontece em três línguas: portuguesa, espanhola e inglesa, além de aparecerem com capas diferentes do número 1 até o número 42. Do número 43 até o número 57, aparecem com capas iguais.

De acordo com informações disponíveis no site da Revista *Cadernos Pagu*, desde a sua existência, ao todo, são 57 publicações, eis que a primeira ocorreu em 1993 e a quinquagésima sétima em 2019. Tudo começou quando estudantes da Universidade Estadual de Campinas (UniCAMP) perceberam a entrada da temática na academia e após anos de leitura e debate a respeito, criaram a revista com o propósito de dar visibilidade à causa e disseminar conhecimento. Sua área de pesquisa é ampla, se estende da filosofia ao serviço social, desde que seja vinculada às questões de gênero e feminista, além de estar articulada aos aspectos raça, sexualidade, classe, idade e outras diferenças.

A leitura desses cadernos é esclarecedora e demonstra como é fundamental o registro para divulgação do conhecimento científico, que serve para argumentar questões conflituosas vivenciadas pela sociedade, além do investimento na formação de novas mulheres. Nas 57 publicações encontramos as mais diversificadas abordagens escritas de forma crítica e realista, a saber, emancipação da mulher, padrão de beleza, perspectiva de vida, atualidades, tráfico de mulheres, política, linguagem, sexualidade, alimentação e gênero, entre outras. Essas produções podem servir para impulsionar a investigação sobre o estudo de gênero, como forma de resistência ao machismo, ao sexismo; atrelado a outras categorias de

diferenciação, como: homossexualidade, insterseccionalidade, etnicidade, desigualdade, violência sexual e física. Esses cadernos, de forma global, tratam diretamente do panorama político no tocante a gênero e feminismo, incluindo seus desafios, dores, sofrimentos, cuidados, conflitos, perdas, mas também conquistas.

Para exemplificar uma dessas conquistas, apresentamos a estratégia de militância fora do comum, aplicada pelas mulheres curdas que vivem, em sua maioria, na Turquia, para alcançar a emancipação. A partir das deduções de Amorosi (2019), essas mulheres encontraram, desde 1984, na luta armada contra o Estado Islâmico pela libertação e por perceberem que não tinham nada a perder, o caminho para a construção de sua emancipação política e social e, conseqüentemente, sua contribuição para a mudança da sociedade. Em meio a ações militares e políticas, em 2012, fundaram a Força de Defesa das Mulheres (YPJ) e, em 2013, conquistaram a plena igualdade de gêneros, via constituição em Rojava. Com o andamento da luta armada, começaram a reivindicar sua identidade duplamente: a questão mulher e étnica. Caso observemos a data das conquistas das mulheres curdas, vamos perceber que é algo muito atual, ou seja, há pouco tempo essas mulheres não existiam, não eram vistas nem pelos turcos e nem pelos curdos como cidadãs.

Amorosi (2019) relata que, a partir dessa participação na luta armada, outras conquistas foram viabilizadas, inclusive no tocante à formação política e militar. Em suas palavras:

A partir disso, foi possível alcançar algumas metas significativas ao longo das últimas décadas: em 1987, foi criada a YJWK, União das Mulheres Patriotas do Curdistão; em 1995, o YJAK, as Tropas de Mulheres Livres do Curdistão; e em 1999, o PJKK, o Partido das Mulheres Livres do Curdistão; por fim, desde o ano 2000, no Curdistão iraquiano, é ativada a Academia das Mulheres Livres, que oferece cursos de formação para militantes homens e mulheres a fim de melhorar as competências políticas e militares numa ótica feminista. Portanto, justamente graças ao confronto direto entre homens e mulheres na luta diária, também os homens chegaram a questionar os seus hábitos [...]. (AMOROSI, 2019, p. 7).

Sobretudo, não há como falar de feminismo e não falar de família, principalmente a respeito de sua composição. Que o conceito de família vem se modificando ao longo do tempo não é nenhuma novidade. É de fundamental importância termos conhecimento de como essa transformação vem ocorrendo. Pode até parecer estranho, mas a definição passa pelo viés político. A desprivatização desse modelo de família insinua a diminuição da formação de famílias com identidade especificamente feminina.

Acerca desse aspecto, Biroli (2014) conclui que a definição de família é diversificada e depende diretamente dos contextos, os quais são afetados, tanto por decisões políticas

quanto por normas institucionais, além de representar relações de poder. Ora, se a família é foco de disputa nas teorias e na prática política, e também é um tema incontornável quando se trata das desigualdades de gênero, então, se torna objeto de estudo clássico dentro do feminismo por abordar diferentes conceitos de família, em relação ao pensamento social e político. Nessa seara, também existe um silenciamento quanto as relações de poder dentro da família, o que pode potencializar arranjos familiares tradicionais.

Então, baseado em Spivak (2010), “o subalterno não pode falar”. Desse modo, a gestão domiciliar permanece exclusiva à mulher que dispõe de menos tempo para a vida profissional e para a qualificação, lhe trazendo como consequência na vida pública a desvalorização da atuação doméstica, que chega a ser encarada como um fator negativo para uma atuação profissional de qualidade.

Alguns autores, como Miguel e Biroli (2014, consideram que a inserção da mulher na política mudaria ou ampliaria alguns focos. Nesse sentido, a mulher é vista como um ser diferenciado quando o assunto é política. Segundo Miguel, o pensamento da sociedade a respeito do ser mulher e participar da política é:

O “pensamento maternal” e a “política do desvelo” afirmam que as mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera pública, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro para seus filhos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas do poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina [...]. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 69).

A atuação política da mulher é atrelada ao cuidar. Essa visão de que a mulher é mais “sensível”, portanto, mais tranquila, a coloca em posição de pacificadora, pois, assim, contribuiria de forma significativa para a transformação da postura diante de determinadas decisões políticas, as quais os homens não percebem e não consideram, enquanto a mulher acolhe a diversidade e produz uma identidade coletiva. Contudo, a mulher tem sede e urgência na construção de um sujeito político feminino para dar à política o toque feminino, reivindicante de identidade própria.

Nessa perspectiva, hooks (2019a) retrata a dimensão da beleza feminina como fator de reprodução da desigualdade de gênero. A imagem publicizada pela mídia de massa, atualmente, é a da mulher magra, cabelos loiros e uma aparência faminta. Imagens sexistas de beleza feminina trazem à memória o desfacelamento do progresso adquirido com o Movimento Feminista. Ao mesmo tempo, critica a rigidez da rejeição do movimento, quanto

aos desejos das mulheres por beleza, o que, para ela, enfraquece as políticas feministas. Isso sem falar do olhar masculino que supervaloriza o corpo da mulher em detrimento da sua pessoa e ideias. Para Pinto (1992), essa apropriação do corpo da mulher, em diferentes espaços (familiar, afetivo, trabalho), se tornava a primeira forma de expropriação e violência vivida pelas mulheres, tendo como resultado aprisionamento, humilhações, espancamento, estupro e morte.

Faludi (2001) adverte quanto a questão emancipação da mulher conectada ao aspecto beleza. Enxerga que o consumismo desenfreado é nocivo e acaba por minar o avanço das mulheres, por dar a entender que está ao lado das mulheres e lutando contra a opressão masculina, no entanto, o que se pode observar é o estímulo de uma falsa emancipação que provoca um câmbio. A mulher se emancipa da autoridade patriarcal, ao mesmo tempo em que se sujeita ao paternalismo das indústrias que visam apenas o lucro sem que estejam preocupadas, de fato, com a emancipação da mulher. Ademais, o Movimento Feminista ainda encara outro desafio, que é o de combater a imagem criada pela imprensa e pela sociedade da feminista feia, enalhada e masculinizada; dessa forma, passou a destacar a beleza das mulheres identificadas com um projeto de emancipação. Spivak (2010) alerta quanto a esse fator, ao acrescentar que outra vez o subalterno é excluído, pois, para ele, há negação e impedimento ao consumismo, devido a estrutura de exploração ser constituída pelas relações sociais patriarcais.

O ativismo político feminino vem sendo marcado por inúmeras questões, que vão desde a desvalorização até a negação de sua participação nas lutas e vitórias. A sociedade se apresenta machista ao ponto de diminuir a importância da conquista do sufrágio feminino, que é um fato irrefutável. A respeito desse tema, as autoras Rubim e Argolo esclarecem:

[...] os registros desse fato são narrativas dispersas e excludentes que invisibilizam o processo das lutas sufragistas e, de certo modo, os sujeitos que protagonizaram aquelas lutas. Essa atitude, entretanto, não é mero silêncio, em verdade é um “silenciamento”. Atitude política, que determinadamente produz o apagamento a quem não se reconhece e legitima sujeito, com autonomia para constituir a sua história [...]. (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 9).

Cabe ressaltar que não se trata de esquecimento. Refere-se a não consideração da mulher como cidadã dotada de direitos, fato que deixou uma lacuna na história de luta e resistência; ficamos sem memória registrada oficialmente. O cancelamento desse passado histórico e político faz com que as futuras gerações de feministas se sintam perdidas no tempo. Sobre esse aspecto, Faludi (2001, p. 66) acrescenta: “A cada vez, a mulher ouve dizer que precisa esperar mais um pouco, que deve ter mais um pouco de paciência - ainda não está

bem na hora de dizer a sua fala. E pior, ela pode aprender a aceitar este forçado adiamento como se fosse escolha própria e até a orgulhar-se dele [...]”. Solnit (2017) ratifica que o desaparecimento da mulher acontece de outras formas, como o uso do véu em algumas culturas, o uso do sobrenome do marido em outras, a permanência em casa de outras e a atitude da polícia. Essas situações fazem com que a mulher deixe de existir. E, ainda, coloca que saber e narrar a história é a melhor forma de superar o trauma.

De acordo com Davis (2017), o silêncio não pode ser a palavra de ordem, independentemente do que pensa a sociedade a respeito da luta e das manifestações das mulheres nas ruas, por um mundo melhor, pela igualdade e pela liberdade. A autora coloca sobre a importância do ato de falar, de levantar bandeiras e pautas contra a guerra, contra o desemprego e contra o racismo. Diz sobre a necessidade de sermos mais específicos naquilo que queremos. Dito isso, devemos começar a acreditar que um outro mundo é possível.

No que tange ao Brasil, vale elucidar que, ao longo da história da República, tivemos somente uma presidenta eleita, em 2010. O fato de Dilma Rousseff se eleger por duas vezes consecutivas ao cargo de Presidenta do Brasil se tornou uma afronta a sociedade sexista. Na primeira vez, relacionaram a sua vitória à sombra do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas, na segunda vez, não puderam utilizar a mesma desculpa, pois Lula esteve a distância e Dilma se mostrou protagonista de sua própria história.

Ao enxergar o golpe pela perspectiva de gênero, Rubim e Argolo (2018) comentam sobre a ousadia dessa mulher, mãe, avó, divorciada, militante, se eleger e provocar a ira da classe política, que revelou seus preconceitos e, ao mesmo tempo, manifestou a fragilidade da democracia ainda tão insuficiente, ao não saber ouvir o que diz o povo e a rua. Lowy (2016, p. 61) elucidava que, para a elite, “[...] a democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe [...]”, como foi o caso do Brasil e de outros países da América Latina. Isso sem falar de outras consequências do golpe, que atingem diretamente a mulher, a saber, o aumento da idade mínima para aposentadoria, retirada de investimento no programa *Minha casa minha vida*.

A aplicação do golpe ao governo de Dilma Rousseff se estendeu da questão política por si só, saiu do preconceito contra mulher na política e alcançou o preconceito contra a mulher, por meio do qual adversários e companheiros políticos acusaram-na de não saber dialogar, se juntando aos gritos preconceituosos das ruas. Nesse aspecto, Adichie (2017) ressalta que homens e mulheres não gostam de mulheres poderosas, que o poder está sempre relacionado à figura masculina e uma mulher no poder é aberração para a sociedade.

Da mulher sempre se cobrará mais, e ela será vista com desconfiança e estranhamento ao ocupar cargos públicos, porque, ao assumirem, são vistas como seres “fora do lugar” devido. Para os homens, mulheres desconhecem o saber fazer política, no máximo se apresentam técnicas competentes, que caem porque não sabem compactuar. Segundo os homens, em Rousseff havia falta de carisma, desconhecimento do que falava. Colocações que nos levam a impressão de que houve um forte viés de gênero nessa ênfase desqualificadora.

Vale ressaltar que, de acordo com pesquisas realizadas por Vieira (2019) na Câmara Legislativa de Minas Gerais, o recrutamento para a entrada de grupos subalternos na política, no caso a mulher, perpassa partidos categorizados, como os de esquerda. Revelam também a dificuldade para que a mulher entre na vida política mesmo após a implementação de cotas, realizadas em 1997. A essa dificuldade agregam-se a ausência de mulheres em cargos de alto nível profissional, à preocupação maior por parte das mulheres com a qualificação e a questão de gênero.

Essa constatação feita por Vieira (2019), sobre representatividade política, pode ser verificada no cenário político mundial, que se mostra como lugares de homens para homens. De acordo com o Relatório da Pesquisa Perfil da mulher na política (2020), 24% dos parlamentares mundiais são mulheres. No Brasil o percentual ainda é mais baixo, somando um total de 16%, sendo que 52% da população é composta por mulheres. Esse dado constata ser impossível falar de democracia, em sua essência, se mais da metade da população não está sendo representada e nem ouvida, destarte, a democracia exige representatividade.

Frigotto (2019), ao respeito, também é perceptível a grandeza e a força do *Programa Escola sem Partido*, para além do espaço escola, marcando presença no golpe de Estado parlamentar, jurídico e midiático de 2016, junto ao ultraconservadorismo econômico, social e fundamentalismo religioso de denominações neopentecostais que se relacionam e se potencializam, ora pelo argumento da neutralidade do conhecimento, ora pelo viés mercantil da religião. Em outros termos, a pobreza política do povo somada à evangelização não o permite acreditar em autoria, somente em reprodução.

Diante disso, e de acordo com Gomes (2018b), aconteceram muitos movimentos contra a continuidade da Dilma no poder, resultando no afastamento, tais como: “fora Dilma” e “tchau querida”, que colocaram em evidência o caráter patriarcal, conservador e, acima de tudo, misógino do golpe em sua face mais cruel e repugnante, baseado nas famosas “pedaladas fiscais” até então, não comprovadas. Também, para Jinkings (2016, p. 12), em “[...] leituras elásticas da constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um parlamento em sua maior parte corrupto e

uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras [...]”. Então, o processo de impeachment foi aberto e votado com alegação de improbidade administrativa e crime de responsabilidade fiscal, em nome de Deus e da Família. Um movimento caracterizado de dentro para fora sem fazer parte do acaso.

Entretanto, o que podemos observar, segundo Chauí (2016), é que o golpe foi contra a classe operária, contra os programas sociais implementados pelo governo, que causaram mudanças profundas na vida das pessoas, mais favorável aos Movimentos Feminista, Negro e LGBTQ+, pois esses programas significaram transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos, ou seja, o golpe foi contra as minorias políticas com ajuda substancial da classe média.

Nas palavras da autora:

Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado) que pertence a classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-político, mas também e sobretudo por seu lugar ideológico- e este tende a ser contraditório [...]. (CHAUÍ, 2016, p. 19).

Uma classe que ocupa este tipo de lugar acaba por se dividir e, dificilmente, encontra um interesse em comum que a unifique. Alguns tendem a se organizar e lutar contra a classe dominante, em nome da justiça social, por serem sensíveis à desigualdade, outros percorrem o caminho do voluntarismo e optam pela caridade. Ademais, em consonância com Chauí (2016), Boito Júnior (2016) acrescenta que os conflitos foram meramente pela apropriação de riquezas em que várias classes estão envolvidas, com isso se tornam complexos e variados, passíveis de qualquer aliança e mutações no quadro político.

Faludi (2001) adentra ao debate, ao expor que, justamente, quando a luta das mulheres surte efeito, o *backlash* reaparece de forma contundente, desmobiliza e enfraquece a participação feminina:

Justamente quando a luta das mulheres pela igualdade de direitos parecia mais próxima da concretização de seus objetivos, o backlash passou-lhe a perna. Justamente quando um "abismo entre os sexos" manifestou-se nas urnas de 1980, e as mulheres começaram a capitalizar o fato politicamente, o partido republicano escolheu Ronald Reagan e ambos os partidos políticos começaram a descartar os direitos da mulher dos seus programas [...]. (FALUDI, 2001, p. 18).

Neste caso, podemos transportar para o Brasil a retirada de Dilma Rousseff da presidência, o que pode se tornar um dificultador, um causador do desestímulo à presença de mulheres no poder, por não se sentirem representadas simbolicamente.

A entrada de uma mulher na Presidência da República possui efeito simbólico. Baseado no relatório da Pesquisa Perfil da mulher na política (2010), apenas 17% de mulheres que possuem ambição política pretendem se candidatar nas próximas eleições; 28% talvez se candidatem; e 54% não possuem interesse em se candidatar. As justificativas apresentadas para a não candidatura são várias, entre elas, destaca-se a falta de perfil, com 40,6% de manifestação.

Tiburi (2018) é outra autora que pode contribuir para o debate sobre o viés gênero no caso Dilma Rousseff, ao elucidar que este caso se encontra diretamente vinculado à máquina misógina do poder patriarcal, que se apresenta, às vezes, opressor e, às vezes, sedutor, tendo em sua constituição as instituições família, igreja, escola, as quais passam a ser utilizadas como instrumento impeditivo à chegada das mulheres ao poder, incluindo sua permanência. Para alcançar esse lugar é necessário ter poder interior para lutar contra a timidez e desenvolver a confiança.

Tiburi (2018, p. 110) afirma que: “O machismo sempre foi a melhor e mais inteligente estratégia política, uma grande estratégia de banimento das mulheres da política e de sua culpabilização [...]”. Por isso, pode-se inferir que dificilmente outras mulheres chegarão ao cargo de presidente no Brasil.

Sobre esse aspecto, Connell (2019) considera que:

A política de sempre é a política dos homens. As tentativas das mulheres para partilharem o poder revelaram uma defesa profunda operada por homens por trás das barricadas: desde a exclusão jurídica através das regras formais de recrutamento que exigem experiência, qualificações ou “mérito” mais difíceis de obter para as mulheres, até uma grande variedade de viesamentos informais e pressupostos que favorecem os homens. Por trás dessas barreiras à entrada, no seio das mais altas esferas do poder e muitíssimo pouco visíveis do exterior, ficam as estratégias de autorreprodução das elites que o detém [...]. (CONNELL, 2019, p. 184).

Posto isso, cabe dizer que a história do golpe está intimamente atrelada a dimensão de gênero, aliada ao forte conservadorismo da sociedade brasileira, e independe de posições políticas, de apoio ou críticas à presidenta e/ou ao seu partido, ou mesmo à coalizão governamental que não garantiu a governabilidade, o quadro é de não compromisso com a igualdade de gênero.

A ex-presidenta é tratada pela mídia como alguém sem inteligência, sob o uso de palavras escolhidas para desqualificá-la de maneira nefasta, quando a exaltavam a partir de características masculinas com comparações masculinas. O gênero foi acionado na maioria das vezes como recurso negativo da figura pública da mulher Dilma Rousseff, o que, de certa forma, é o padrão. Atingem Rousseff, ao mesmo tempo em que colocam em xeque a condição

das mulheres como atores políticos. Para Spivak (2010, p. 66): “A questão não é da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois em ambos os casos há evidência [...]”. O que aflora trata da permanência do domínio masculino direcionado pela questão ideológica, histórica, na qual a discriminação entre os sexos não está pré-determinada na constituição entre corpos, mas sim na constituição social.

Diante da conjuntura apresentada, temos a impressão da aplicação do *backlash*<sup>21</sup>, que não é algo novo, que tem como papel fundamental impedir o progresso da mulher, sendo atribuído ao feminismo a responsabilidade pela incompetência, pela infelicidade das mulheres, o que se mostra absurdo e irrelevante. Como afirma Faludi (2001), as aflições atribuídas ao feminismo não passam de mitos:

Da "falta de homens" à "epidemia de infertilidade", do "estresse feminino" à "prejudicial dupla jornada de trabalho", estas pretensas crises femininas tiveram sua origem não nas condições reais da vida das mulheres mas sim num sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade - um contínuo feedback que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade [...]. (FALUDI, 2001, p. 14).

Essa mídia, essa cultura popular que reforça e estereotipiza o papel das mulheres, reserva para elas o trabalho reprodutivo, composto pela gestação, parto e o aleitamento, além, é claro, do cuidado durante sua vida com as crianças, idosos e família. A participação na vida política não entra nessa lista, muito menos a questão da resistência masculina à igualdade como fator determinante do adoecimento das mulheres. Aliás, essa igualdade ainda nem mesmo foi desfrutada. O que passa a mulher ainda se encontra vinculado a falta de decoro por parte da sociedade. Como exemplo, cita-se o caso do adesivo com a imagem da presidenta Dilma Rousseff, contendo viloência sexual estampado na boca dos tanques de gasolina dos carros.

Em outras palavras, as questões legais que legitimam a participação da mulher na vida política do país, a saber, o voto, os direitos iguais, as cotas, não foram suficientes para garantir a representação igualitária de ingresso na arena política. Além do mais, integrar um grupo não significa representá-lo.

---

<sup>21</sup> Termo utilizado por Faludi (2001, p. 17), que se refere a um movimento não organizado, porém, propício à destruição, que pode ser traduzido como contra-ataque feminista. Trata-se de manipulação da versão dos fatos e é extremamente insidioso: travestido de versão popular da Grande Mentira, enfeita-se pomposamente com um halo de verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína. A autora esclarece que não se refere a um conselho emanando ordens; muitas vezes quem está por trás se considera feminista e, que na maioria das vezes as maquinções são disfarçadas e ocultas.

Adichie (2017) alerta quanto a questão de deixar e nomeia essa ação de “feminismo Leve”. Para a sociedade patriarcal, uma mulher só ocupa espaço de deixar. A saída da presidenta Dilma Rousseff exemplifica essa questão de maneira clara. Manteve-se na presidência enquanto os políticos permitiram. A partir do momento que passou a incomodá-los, a retiraram. Então, percebemos que é uma questão de condescendência masculina, o que, para a autora, deve ser combatida.

Faludi (2001) adverte quanto a vontade do patriarcado ao retorno à feminilidade:

Quando a sociedade projeta os seus medos numa forma feminina, pode tentar manter à distância estes medos controlando as mulheres - forçando-as a se conformarem com reconfortantes padrões nostálgicos e reduzindo-as, na imaginação cultural, a um tamanho manuseável. Exigir que as mulheres "voltem à feminilidade" é o mesmo que pedir que os mecanismos culturais engatem a marcha a ré, que todos nós voltemos a um tempo fabuloso, quando todo mundo era mais rico, mais jovem, mais vigoroso [...]. (FALUDI, 2001, p. 87).

Para a autora, esse retorno não é mais possível, pois a mulher não se comporta mais como um robô apenas repetindo movimentos de forma imutável. Ela agora busca com força e determinação sua independência. Solnit (2017) corrobora com essa afirmação, e diz que não há volta, apesar de tantas forças nos empurrarem para trás ou mesmo deter o avanço conquistado.

Rubim e Argolo (2018) reiteram que, desde a sua primeira posse, em janeiro de 2011, Dilma Rousseff se mostrou irreverente em relação à questão de gênero, ao subir a rampa do Palácio do Planalto ao lado de sua filha Paula Rousseff, sem dúvida, algo inusitado para a ocasião, até então marcada pelo par homem e mulher, além de optar pelo uso do termo presidenta. No entanto, pode-se considerar, segundo Spivak (2010), que essas atitudes por si só não são suficientes para o rompimento da estrutura patriarcal, basicamente porque essas relações são consideradas heterogêneas e controversas, além de um nível de alcance muito reduzido.

Nessa perspectiva, de acordo com Tiburi (2018):

Dilma Rousseff, além de tudo, não é a mulher dos moldes da branquitude burguesa, europeia e obediente. Ela está longe de ser a “bela, recatada e do lar” que, conforme vimos na mídia golpista, pode-se ter à cama nos tempos do machismo narcísico e impotente. Contra isso, revistas tentaram fazê-la passar por louca, má, agressiva, doente. Manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político [...]. (TIBURI, 2018, p. 113).

Malgrado os fatos e os acontecimentos, esclarece-se que não é sobre aceitá-los em silêncio, é sobre falar abertamente contra o machismo, com ações propositivas para o feminismo de forma política. É sobre, de acordo com Curiel (2019), lutar contra a

colonialidade do poder marcada por relações de exploração/dominação/conflito, na busca pelo controle e dominação do trabalho. Nessa direção, Adichie (2017) ressalta a importância de ensinar as meninas, que serão mulheres, a falarem, a dizerem o que pensam, e também a gritarem quando algo as incomodar.

Para tal, o uso da arte pode ser um caminho que favorece a emancipação das mulheres oprimidas, por ser uma forma de consciência social que possui o poder de influenciar sentimentos e conhecimentos, concomitantemente, como consequência dessa influência, pode ocorrer a transformação das condições vividas pela classe trabalhadora, podendo levá-la a emancipação social. Davis (2017), quando relata sobre sua passagem na prisão, em referência a campanha realizada pela sua libertação, traz à tona o poder e a importância da arte na luta pela liberdade:

[...] o papel da arte na campanha era indispensável, porque com frequência ela podia transmitir nossa mensagem de modo muito mais vigoroso do que os panfletos e discursos habituais, por mais importantes que estes fossem. Com uma simplicidade persuasiva, "*Libertad para los prisioneros políticos*", de Rupert Garcia, depositou uma profunda responsabilidade moral e política sobre aquelas pessoas que se associavam a causas progressistas. Isso as encarregava de contribuir ativamente para a defesa daquelas pessoas entre nós cuja vida estava ameaçada pela repressão vigente [...]. (DAVIS, 2017, p. 192).

Em suma, seja a arte em forma de palavra, como era o caso das músicas cantadas pelos escravos e escravas, durante o trabalho, que se tornaram uma forma de resistência, seja via fotografia, que pode alterar nosso comportamento e definir uma sociedade, e/ou em forma de imagens humanas, característica das obras de Rupert Garcia, seu papel pode ser o de promover a transformação. Também, para Demo:

[...] arte é uma das manifestações mais contundentes, através da qual humanos buscam reinventar-se, sobretudo agredir/superar limites naturais (encontrados) ou limitações sociais (impostas), indicando a rebeldia indomável de uma criatura que sempre não gostou de suportar um criador ou figura pretensamente superior à qual subordinar-se [...]. (DEMO, 2019a, n.p.).

Portanto, o papel como mulher é produzir arte e fazer política, porque a cultura nos torna mais criativas e sensíveis para pensar nossas formas de luta, de resistência ao capitalismo. Dito isso, o feminismo deve ampliar sua ação, buscar atividades educativas e, talvez, a arte seja um dos caminhos que nos possibilitem fazer a diferença, justamente porque ela chega a diferentes territórios. Frigotto (2017, p. 7) reitera: "História, arte e política ampliam a percepção sobre o programa e nos permitem compreender mais a fundo o escárnio dos processos a que estamos sendo submetidos [...]". Nossa existência corre perigo, então, é preciso anunciar para existir, resistir para existir. Adichie (2017, p. 31) coloca que: "Ouvimos

muito se falar em justiça social, mesmo que na prática não funcione como deveria, mas falar em justiça de gênero é raridade [...]”. Com isso, é possível perceber a dimensão do nosso papel enquanto mulher. Parafraseando Marx, que exclamava “trabalhadores, uni-vos!”, exclamamos: Mulheres, uni-vos!

Sobre esse aspecto, Fanon (1965) advoga que uma luta organizada e consciente por parte do povo colonizado em defesa da soberania da nação se constitui em manifestação cultural mais plena que existe. Faz progredir as diferentes direções da cultura e mostra outros caminhos de luta.

Novos Movimentos Feministas estão sendo criados espontaneamente e compõem a resistência. Anteriormente, eram formados por mulheres intelectuais e ativistas de Movimentos Sociais, mas eles se popularizaram e atingiram mulheres de diferentes classes. Assim, hooks (2019a) adverte que esse período de gueto acadêmico do movimento se distanciou do mundo lá fora, obtendo, como consequência, a despolitização dos demais, o enfraquecimento do próprio movimento, devido seu caráter visionário, o qual, dificilmente, alcançava as pessoas. Mas, atualmente, de acordo com Franco (2018), o ativismo feminista está nas ruas, está nas redes sociais com emblemáticas campanhas, performances e textos provocadores.

Seguindo essa linha de pensamento, Martinez (2019) ressalta o significativo papel do ambiente virtual como espaço de ação e reflexão de feministas rumo a construção de uma nova epistemologia feminista que sai das categorias “acadêmico oficial” e “pragmático militante”, em direção a um caminho mais fluído, menos estanque. Para a autora, essa mudança aconteceu desde os anos 2000, tempo em que essas redes de comunicação se tornaram instrumento de luta política.

Hollanda (2018), em sua obra “Explosão feminista”, faz um depoimento perspicaz a respeito dessas transformações, que ocorreram com o passar do tempo, sobre o Movimento Feminista. A autora esclarece:

O feminismo hoje não é o mesmo da década de 1980. Se naquela época eu ainda estava descobrindo as diferenças entre as mulheres, a interseccionalidade, a multiplicidade de sua opressão, de suas demandas, agora os feminismos da diferença assumiram, vitoriosos, seus lugares de fala, como uma das mais legítimas disputas que têm pela frente. Por outro lado, vejo claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração [...]. (HOLLANDA, 2018, p.12).

Neste contexto, o movimento Primavera Feminista foi pioneiro, realizado em outubro de 2015, contra o PL de n. 5069 (BRASIL, 2013) elaborado à época, pelo deputado Eduardo Cunha; milhares de mulheres foram às ruas protestar contra o retrocesso, sobre a igualdade de gênero contrárias à obstrução do acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Mobilizações passaram a acontecer semanalmente. Passeatas eram agendadas com velocidade via redes sociais e protagonizadas por uma juventude bastante pulsante e criativa que obteve como resultado o ato nacional denominado “Fora Cunha”, realizado em 13 de novembro de 2015. Hollanda aponta algumas das falas proferidas pelas mulheres durante as mobilizações, que nos levam a compreender a vontade reacionária:

Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: “O Cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta”, “As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução” e “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista” [...]. (HOLLANDA, 2018, p. 29).

Tempos depois, aconteceu o movimento nomeado manifesto #Elenão, realizado em 29 de setembro de 2018, que foi para além do Brasil. Alcançou cidades e países, como Nova York, Lisboa, Paris, Londres. Esse movimento é um exemplo concreto de mobilização feminina. Ele foi considerado por historiadores, como Pinto (2018), o maior protesto feminino da história do Brasil. Dados quantitativos oficiais não foram divulgados pela polícia, assim como faziam nos protestos contra Dilma. No entanto, milhares de pessoas ocuparam as ruas em todo Brasil e no mundo para dizer “ele não, ele não nos representa, ele incita a violência contra a mulher, ele é favor do racismo”. Dessa forma, extrapolou a pauta feminista. Com isso, assumiram publicamente uma postura contrária ao candidato do PSL Jair Messias Bolsonaro. Esse acontecimento teve como impacto a maior diferença já registrada entre votos masculinos e femininos em eleições brasileiras. O que se pode inferir é que as mulheres abandonaram o voto do patriarcado e assumiram o voto do matriarcado.

Leitão (2018) aborda essa categoria ao dizer que nos últimos cem anos o avanço feminino se constrói em meio a conflitos. Para o autor, a mulher ser protagonista de sua história; adquirir o poder do conhecimento; transgredir símbolos, nas mais diferenciadas áreas como as artes, as ciências, a política; significa adentrar em espaços antes de domínio masculino e, como resposta, a emancipação se configura numa atividade complexa, de difícil aceitação.

Com tudo isso, o feminismo vem conquistando espaço e assumindo o posto de maior representante da continuidade da nova geração política; as mulheres vêm aumentando o poder

de se tornar resistência em meio ao caos conservador que ameaça a evolução social do país. No entanto, para Faludi (2001), o que as mulheres querem é justiça. Não se trata de alianças de casamento e berços; não está ligado ao seguimento desses padrões sociais, menos ainda da retirada dos direitos dos homens, se trata de igualdade entre seres humanos. E, talvez o casamento não seja o seu referencial principal na vida. Talvez o casamento seja elemento de sistemas sociais arranjados, via contrato econômico e político. Adentrando nessa dimensão do casamento, em Solnit (2017), a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo só existe devido a luta das feministas terem arrancado do sistema hierárquico no qual imperava o relacionamento entre pessoas de mesmo sexo.

Uma outra forma de resistência apontada por hooks (2019a, p. 46) é a literatura infantil. Segundo a autora, “[...] a literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas [...]”. Nesse contexto, a educação pública pode apresentar-se como espaço de diálogo e construção de pensamento crítico e autônomo.

Diante do exposto, conforme Tiburi (2018, p. 116), fica evidente que: “[...] no dia em que as mulheres descobrirem que o patriarcado é um inimigo sério, no dia em que o povo perceber que o neoliberalismo e toda a religião capitalista são seus inimigos, aí sim, teremos uma revolução [...]”. De acordo com Grazziotin (2018, p. 177), “[...] há uma relação perversa entre gênero e política, que é nossa tarefa transformar. A pequena participação feminina nos espaços de poder é a face mais visível desta relação [...]”. Um espaço ocupado por homens e coordenado pelo viés patriarcal.

Davis (2017) adverte sobre a questão das mulheres negras como fator determinante para a mudança; assim, para que seja consolidada, é preciso priorizar de forma estratégica os problemas das mulheres racialmente oprimidas, pois durante as fases iniciais do Movimento Feminista as lutas se voltaram para questões relativas a libertação, o que fez com que as mulheres brancas não aprendessem o quanto é fundamental defender as mulheres negras, quanto aos aspectos de agressões, tanto ideológicas quanto materiais advindas do governo.

Para tanto, é necessário que a união das mulheres se estabeleça de forma concreta e profunda. Um termo muito utilizado hoje para essa situação é sororidade, que se refere a um aspecto de dimensão ética, política e prática no movimento. Quanto a essa questão hooks (2019a) lembra que a “sororidade é poderosa” e considera:

Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O

pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência [...]. (HOOKS, 2019, p. 35).

Piedade (2017) contrapõe essa questão, acrescentando a palavra dororidade, que trata da cumplicidade entre mulheres negras por entender que há dores específicas das mulheres negras que a palavra sororidade não contempla, as quais são causadas pelo racismo, pelo silêncio, pelo vazio, pela escravidão, pelo trabalho. A mesma autora ainda acrescenta que, de acordo com senso comum, o corpo negro suporta mais dor, é mais resistente.

Carneiro (2014) corrobora com essa ponderação a respeito de ser mulher negra, ao considerar que o mito da fragilidade cabe às mulheres brancas, destarte, as mulheres negras coube o trabalho escravo durante séculos nas lavouras, posteriormente nas ruas como vendedoras, prostitutas. A autora afirma que as mulheres negras compõem um contingente de mulheres com identidade de objeto. No passado, servindo aos desejos dos senhores de engenho e as vontades das sinhazinhas. No presente, atuam como empregadas domésticas de outras mulheres dondocas ou mesmo de mulatas tipo exportação.

Lélia Gonzalez (1982) acrescenta que as mulheres negras:

[...] pelo fato de não ser educada para se casar com um príncipe encantado, mas para o trabalho (por razões históricas e sócio-econômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissão. Sua prática cotidiana faz dela alguém que tem consciência de que lhe cabe batalhar pelo “leite das crianças” (como ouvimos de uma mulata do sargenteli) sem contar muito com o companheiro [...]. (GONZALEZ, 1982, p. 36).

Esta interpretação ao raciocínio está caracterizada pela presença da submissão das mulheres brancas ao homem, também por questões históricas. Então, cabe a nós mulheres difundirmos esses conceitos, estabelecermos uma relação de irmandade e, assim, efetivarmos o tão sonhado igualitarismo (ser igual, mas ser diferente) entre homens e mulheres. Uma defende a outra sem soltar a mão de ninguém. Tudo isso encontra-se atrelado a forma como as mulheres foram criadas, educadas. Nos colocaram como rivais, e devemos nos posicionar como parceiras.

Ao recorrermos novamente a hooks (2019a, p. 47- 48), encontramos uma alerta quanto a luta feminina, ao afirmar que: “Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais [...]”. A partir das deduções da autora, o reconhecimento por parte dos cidadãos e cidadãs a respeito dos ganhos do Movimento Feminista só acontecerá com a

ênfatisaçaõ dessas contribuições. Para tal, indica que comecemos a imaginar de maneira propositiva a vida, a saber, reduçãõ da jornada de trabalho, universidade para todos, mulheres e homens com as mesmas oportunidades, um mundo sem racismo, sem discriminaçaõ, sem pena de morte, entre tantas outras questões. Tudo isso se refere a responsabilidade polítca, trata-se de dar continuidade, ao mesmo tempo, de colher o fruto da luta dos ativistas do passado, valorizando suas conquistas, e disseminar sementes para batalhas futuras.

É papel de cada um de nós atuar em prol da classe trabalhadora, como um todo; e perceber que há um elo de ligaçaõ entre todos nós, portanto, a luta pela igualdade das mulheres deve ser uma luta universal. Nesse sentido, Spivak (2010, p.24) amplia o debate ao colocar que: “[...] o vínculo com a luta dos trabalhadores está localizado no desejo de acabar com o poder em qualquer local de sua aplicaçaõ [...]”. Portanto, não está atrelado ao poder masculino, apenas, se configura como luta coletiva.

Pinto (1992, p. 132) argumenta que o feminismo “[...] não é reivindicatório stricto sensu, não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado. Sua relaçaõ com o aparelho estatal é, na maioria das vezes, consequência bastante posterior à sua organizaçaõ [...]”. A autora enxerga o movimento como diferente dos demais, devido a questãõ da sua condiçaõ enquanto mulher, não sendo, assim, uma reivindicaçaõ.

Em concordância com o exposto acima, Demo (2019e, n.p.) afirma, a respeito da postura da mulher, que apesar dos desafios “[...] não tem pedido “arrego”, tratamento especial, compaixãõ masculina, mas a “mesma chance”, mesmo que, a rigor, isto não exista, porque as pessoas e sociedades nunca sãõ as mesmas [...]”. Em outras palavras, muitas mulheres assumem seus atos e consequências de maneira determinada, apesar das dificuldades a enfrentar. Ainda, pode-se evidenciar que as mulheres realizam uma eterna luta pelo seu espaço, por meio de ações formativas polítcas que contribuem para essa ocupaçaõ.

A seguir apresentaremos análise a respeito da resistênciã negra. A cultura polítca em açãõ desenvolvida por parte daqueles lhes foram negados direitos básicos, como a educaçaõ. Diante dessa conjuntura, lhes restaram sobreviver em meio ao racismo, à violênciã e à exclusãõ – que não tiveram sua finitude com a assinatura da Lei Áurea. Como aborda Feffermann (2018, p. 115), ao colocar que: “A morte prematura da juventude negra em decorrência de causas externas é a face mais visível e mais cruel do racismo [...]”. Ou seja, a mais recorrente, a mais concreta forma de exclusãõ.

## 5 ROMPENDO A CORRENTE: A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO

Para começar a história, entendamos o que é ser negro dentro do conceito de Gomes (2019, p. 39): [...] “ser negro no mundo está relacionado com uma dimensão estética, com um corpo, com uma aparência que pode ou não resgatar de forma positiva as nossas referências ancestrais africanas recriadas no Brasil [...]”. Também, com ponderações de Carneiro (2014), a respeito do que é estabelecido pelo racismo, o qual coloca em voga a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral.

Sobretudo, devemos entender o que foi a escravidão no passado e o que é a escravidão no presente. Grosso modo, baseado em Silva (2018), a escravidão durou quatro séculos; se tornou uma instituição econômica de primeira importância para os latifundiários e compõe o quadro cruel de tratamento violento às classes desfavorecidas, por parte dos donos de engenho. Então, falamos de um momento histórico em que a vida humana era sacrificada em nome do acúmulo de capital. Os escravos realizavam atividades em lavouras de café, extração de ouro e outros minérios, serviços domésticos, entre outros afazeres. Diante de qualquer resistência apresentada, seja recusa de trabalho, fugas, sabotagem da produção, desagrado ao seu dono, eram submetidos a castigos físicos e morais, perseguições.

Portanto, de acordo com as deduções de Magali Almeida (2014):

Onde quer que a escravidão tenha sido uma realidade, lançou mão de métodos violentos, torturantes, agindo contra a integridade física e psicológica dos grupos escravizados. O racismo contemporâneo guarda em sua memória marcas desse passado. Portanto, não existiu escravidão mais ou menos agressiva [...]. (ALMEIDA, Magali, 2014, p. 142).

Como consequência histórica dessas condições, sabemos que a não realização da reforma agrária, por exemplo, implicou em perpetuação da miséria e das péssimas condições de habitação a que estão expostos homens negros e mulheres negras. Até os dias de hoje, a grande maioria da população de favelas e moradias degradadas é descendente direto ou indireto de homens e mulheres que passaram pelo processo de escravização.

Nas palavras de Silva (2018, p. 15), a escravidão foi “[...] o regime mais eficiente e feroz de arregimentar, conservar e explorar trabalho, tendo por fundamento o direito de um ser humano ser proprietário de outro e deste dispor como mercadoria [...]”. Em outros termos, não havia direitos econômicos, muito menos direitos humanos. Pode-se considerar que, em todo mundo, o racismo tem colocado à parte o acesso do homem negro e da mulher negra aos direitos humanos, milhares de africanos e seus descendentes.

Para Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 196): “A destruição da escravidão foi um evento histórico de grande importância e marco fundamental na história dos negros e de toda a população brasileira. Foi uma notável conquista social e política [...]”. No entanto, no mundo contemporâneo, mesmo depois de tanta evolução tecnológica e científica, a escravidão continua a dar o ar da graça. O regime escravista soube mudar de formas e adaptou-se a novas circunstâncias econômicas.

Conforme Albuquerque (2009), em sua obra *O jogo da dissimulação*, não há como falar da abolição sem falar de suas consequências. Ela não transcorreu da maneira como é explicitada nos livros de história:

Embora a abolição não tivesse sido a tempestade avassaladora como disseram os mais alarmados ou ficcionistas, o clima de paz exaltado em muitas reuniões abolicionistas foi ilusório. Poucos dias depois do 13 de maio de 1888, o Ministério da Justiça recebeu de diversas províncias comunicados e pedidos de ajuda para serenar os ânimos, ou conter um “perigoso estado eufórico”. Era a euforia dos libertos, a insatisfação dos fazendeiros, as contendas entre ex-escravos e ex-senhores, as disputas entre liberais e conservadores a promover o que mais assusta os poderes públicos: a desordem [...]. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 95).

Com essa colocação, pode-se inferir que os envolvidos no processo não sabiam exatamente o que fazer. De um lado, os senhores que acumulavam riqueza a custa da escravidão, do outro os ex-escravos que eram controlados por estes senhores.

Cabe lembrar que anteriormente a assinatura da Lei, a maioria dos escravos já havia conquistado a alforria por meio de estratégias de resistência do povo negro. A abolição, na verdade, foi consequência de um processo de luta. Para se ter uma ideia, baseado em Albuquerque (2009), em 1873, eram 1.541.345 escravos no Brasil, e, em 1887, eram apenas 723.419, ou seja, a Lei libertou poucos negros se comparada a quantidade que existia anterior a sua promulgação.

Na obra *Peles Negras, máscaras brancas*, de Fanon (2008, p. 60), fica clara essa ideia de superioridade do branco sob o negro, cultuada pela sociedade, quando o autor diz que nem mesmo Deus escapou desse padrão: “Não, realmente o Deus bom e misericordioso não pode ser negro, é um branco de bochechas bem rosadas. Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente [...]”. Ser negro é sinônimo de selvageria, falta de inteligência e ser inferior; para o negro superar esse sentimento é algo quase impossível, como afirma Magali Almeida (2014), o racismo e o sexismo vem definindo o lugar desprivilegiado na sociedade para o homem negro e para a mulher negra, o que se torna barreira intransponível.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) alertam que ser negro, para a elite, é compor uma classe perigosa, pois são desordeiros, fingidos, ladrões, violentos e amantes da baderna. Para os autores, “[...] a escravidão não foi apenas um sistema econômico, ela moldou a sociedade brasileira [...]”. E a abolição não trouxe consigo o livre acesso dos negros à educação, ao trabalho e à terra, ou se quer o direito de culto livre de suas crenças. Por isso, dissemos que para o homem negro e para a mulher negra foi destinado o subemprego, a exploração de mão-de-obra. Ou seja, continuam marginalizados, vivendo no submundo, a mercê do perigo da narrativa única em que aspectos de raiz nativa e africana são desconsiderados.

Em relação a este aspecto, desde então, o lugar do negro, mesmo após a abolição da escravidão, permanece subjugado. Para Lélia Gonzalez (1982), enquanto o branco se estabelecia, antes, na casa grande, sob vigilância do capitão do mato, de capangas, de feitores, depois, em casas amplas e em edifícios luxuosos, sob a vigilância da polícia; o negro se estabelecia, antes, na senzala, depois em favelas, cortiços, invasões, declarando a divisão racial do espaço. Com a presença da polícia, mas para amedrontar, prender e trancar no hospício.

Após a abolição da escravidão, o negro é perseguido pelas viaturas de polícia com licença para matar negro, sob aval da classe média e alta, tendo como objetivo higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído. A justificativa utilizada para a matança é a questão do negro ser perigoso, assim como antes. A elite continua utilizando a mesma desculpa forjada por estereótipo cultural, como justificativa do extermínio de corpos negros. Dito isso, podemos compreender que a escravidão permanece, porém, com outra cara, vestida com outras roupas, estampadas de outras formas, talvez mais sutis, mais veladas, mas tão violenta quanto, ou seja, novas estratégias estão sendo aplicadas para explorar e eliminar o negro.

Sobre a temática levantada acima, segundo o Documento do Fórum Permanente pela igualdade racial (2016), o genocídio do homem jovem negro é alvo do Estado brasileiro. A polícia mira especificamente nesse tipo de perfil criado e fomentado pela sociedade. O documento ainda destaca algo inusitado até então, em relação a essa narrativa já denunciada tantas vezes por outras instituições e, principalmente, pelo Movimento Negro. Trata-se do reconhecimento por parte do próprio Estado, ao admitir que retira a vida desses jovens se colocando como genocida, o que faz crescer a importância dos dados para que saia da pauta da luta e adentre na pauta do direito a vida.

Gomes e Laborne (2018) corroboram com essa questão e ampliam o debate, quanto a negação do direito à vida imposto pelo Estado. Advertem que a educação não demonstra

preocupação com essa situação dos negros serem vistos pela polícia e pela sociedade como seres extermináveis, assim como também pelo tráfico e pelas milícias. A vida do negro não importa, a morte do negro, menos ainda. Isso encontra-se cristalizado no imaginário educacional e social brasileiro, se caracterizando como prática da biopolítica<sup>22</sup>.

Então, a quem importa a vida do jovem negro? E a morte? Toda vida faz falta a alguém e não importa quem seja ou a quem seja. Ainda, podemos enxergar a violência do Estado, duplamente, tanto em relação à pandemia da COVID-19 quanto ao genocídio do negro. Não são números, são pessoas, e nos empatizamos com as pessoas. Com isso, a importância de dar cara e voz, pois, nome traz empatia, história, quebra o distanciamento que o número deixa, que é de frieza.

Essa negação por parte do Estado em relação ao negro é questionada por Fanon (1965, n.p.): “Como é uma negação sistemática do outro, uma decisão furiosa de privar o outro de qualquer atributo de humanidade, o colonialismo leva o povo dominado a perguntar-se constantemente: Quem sou eu na realidade? [...]”. A resposta a essa pergunta só terá legitimidade se a narrativa for contada pelo próprio negro. Gonzalez e Hasenbalg (1982) coloca que o lugar histórico que a historiografia destina à experiência e contribuição do negro na formação desta sociedade é de invisibilidade. Sua identidade é praticamente definida pelo branco. A pessoa negra, quando é vista, é encarada como objeto de divertimento, basta olharmos quem são os famosos e conhecidos negros, a saber: jogador de futebol, cantor, compositor e mulata. Com isso, reafirma-se a importância da atuação do Movimento Negro para reverter esse quadro.

A história do homem negro e da mulher negra<sup>23</sup> floresce atualmente, na maioria dos países, como nunca, ao menos quantitativamente. Para exemplificar esse item, em meio a tantas atrocidades publicizadas na mídia nesses últimos tempos, tais como: a violência física e moral, a morte de 9 jovens negros da Comunidade Paraisópolis, a humilhação, o racismo, a barbárie. Como aplica Feffermann (2018), a violência contra o negro sempre foi estratégia utilizada como processo de extermínio, de aniquilamento, de exclusão e eliminação, por serem considerados marginais, supérfluos e perigosos à sociedade, alcançando níveis de

---

<sup>22</sup> Em Michel Foucault (2008) é o estilo de governo que regulamenta a população através do biopoder, a aplicação e impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana.

<sup>23</sup> Para essa investigação optou-se pelo uso das expressões homem negro e mulher negra, por levar em consideração de que mesmo sendo pertencentes a mesma minoria política, há diferentes nuances e especificidades a serem narradas à história, quando se trata do homem negro ou da mulher negra com diferentes papéis, reconhecimento e luta. Essas diferenças ocorrem por conta da interpretação das desigualdades presentes na realidade de cada um e nas propostas e estratégias adotadas para superar essas desigualdades e conquistar a autonomia, a emancipação necessária.

controle social e populacional. Diante dessas colocações, o que se pode observar é a ação violenta letal da polícia e do Estado como forma de controle.

Para o negro, segundo Fanon (2008), resta uma única porta de saída, que se depara no mundo do branco como solução para permanecer vivo. Coube a ele se vestir de máscara branca apesar de ter a pele negra, lutar para sobreviver aos abusos a que foram submetidos. E, por muitas vezes, essa luta se refere a fingir ser o que não é. Lélia Gonzalez (1982) coloca que essa interpretação está caracterizada pela ideologia do branqueamento disseminada pelos aparelhos ideológicos do Estado<sup>24</sup>, ao propagar valores de forma contínua e insistente, atrelada ao mito da democracia racial; e, dessa forma, induzindo a superioridade racial e cultural do branco.

Em Albuquerque e Fraga Filho (2006), essa ideia de embranquecimento encontra-se atrelada a características físicas e culturais, portanto, passam pela cor da pele, formato do nariz, textura do cabelo e, também, formas de vestir, de comer, de festejar, por meio das quais essas ditas diferenças raciais acabaram se constituindo em um projeto conservador e excludente. No entanto, em resposta a essas ideias, o povo negro juntamente ao pobre organizou um projeto de resistência por meio de revoltas urbanas e rurais, como exemplo, a Guerra de Canudos.

Contudo, Carneiro (2011) ressalta que:

É preciso esquecer por instantes o número de vítimas chacinadas e celebrar a vida e a luta pela emancipação que se trava a cada dia, que tanto faz recrudescer a violência e o ódio racial quanto aumenta em cada um de nós a consciência de por que morreremos. É preciso ir ao encontro da vida para buscar forças para resistir [...]. (CARNEIRO, 2011, p. 84).

O caminho da conquista, da aquisição de direitos sociais. Saiu nos jornais. A proporção de negros nas universidades e faculdades públicas no Brasil é superior a quantidade de brancos, alcançando o índice de 50,3% das matrículas, em 2018; pela primeira vez na história brasileira, segundo Nitahara (2019). Sinônimo de resistência do Movimento Negro, mesmo com tantas adversidades. Como sublinha Gomes (2018a), a conquista encontra-se vinculada com a aplicação de políticas públicas. Diante disso, podemos inferir que essa alternância significa emancipação do povo negro. É como se disséssemos: continuamos aqui, vivos! Em relação a este aspecto Magali Almeida (2014) coloca:

---

<sup>24</sup> Pensamento de Althusser, a teoria dos Aparelhos ideológicos de Estado constrói uma visão monolítica e acabada de organização social, na qual tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, de tal sorte que não sobra mais nada para os cidadãos. Não há mais nenhuma alternativa a não ser a resignação ante o Estado onipresente e absolutamente dominante.

[...] o aumento das demandas dos negros, no Brasil, resulta das infinitas denúncias de racismo e as proposições para seu combate, realizadas pelos movimentos negros. Resultam, também, da ampliação de pesquisas e estudos dedicados a mostrar, empiricamente, os fundamentos raciais de nosso quadro de desigualdades sociais [...]. (ALMEIDA, M., 2014, p. 135).

Com efeito, a história do Movimento Negro é, por tradição, uma ação altamente politizada, e durante muito tempo foi praticada em grande parte, fora das universidades. Isso significa que aconteceu no quilombo, nas ruas, nos grupos. Gomes (2018a, p. 102) ratifica essa questão quando diz que: “[...] as lutas, as rebeliões nas senzalas, as lutas quilombolas, os abortos, os envenenamentos foram respostas fortes das africanas e africanos escravizados ao regime da escravidão [...]”. Feffermann (2018) acrescenta a criação do estereótipo de grupo perigoso, que era resistente à opressão através de fugas, suicídios, recusa ao trabalho, rebeliões.

Desenvolvendo um argumento semelhante, Albuquerque e Fraga Filho (2006) acrescentam:

Desobedecer ao senhor, fingir-se doente, sabotar a produção, realizar as tarefas com a maior lentidão possível, além, é claro, de fugir e rebelar-se eram estratégias diferenciadas de resistência escrava. As fugas, ainda quando temporárias, expunham os limites do controle do senhor sobre seus escravos. Ao escapar do domínio senhorial o escravo explicitava a capacidade de decidir sobre a sua própria vida. Por vezes, tal rebeldia se materializava em rebeliões coletivas [...]. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 311).

Com isso, nas palavras de Feffermann (2018, p. 118), a história foi escrita “[...] despersonalizando o escravo e associando-o à imagem de bárbaro, desqualificando o trabalho e o trabalhador [...]”. Conforme Collins (2019a, p. 10): “Os saberes negros de oposição existiam para resistir à injustiça, mas também permaneciam subjugados [...]”. Diante do exposto, supõe-se que a origem do Movimento Negro está atrelada a negatividade histórica e surgiu de forma orgânica nos anos 1970, em busca de cidadania, uma cidadania diferenciada para homens e mulheres. Pode-se considerar que, após a abolição, essa articulação, em Lélia Gonzalez (1982), foi realizada, basicamente, pelos negros e negras que viviam na cidade, devido ao fator da mão-de-obra nas indústrias estar concentrada nessa população; por isso, eles estavam mais expostos a pressões do sistema econômico, daí, a criação das entidades negras<sup>25</sup> como maneira de formar a consciência racial.

Nilma Lino Gomes (2018a) enxerga os males gerados por essa situação, e adverte:

---

<sup>25</sup> São instituições/grupos criados pelo negro para se organizar de forma ideológica e cultural mais politizada.

Essa lacuna na interpretação crítica sobre a realidade racial brasileira e sobre as lutas empreendidas pela população negra em prol da superação do racismo tem impedido o Movimento Negro de demandar e exigir da escola práticas pedagógicas e curriculares que visem o reconhecimento da diversidade étnico-racial e o tratamento digno da questão racial e do povo negro no cotidiano escolar [...]. (GOMES, 2018a, p. 48).

Mas o movimento não se contenta com essa realidade, e vem traçando seu caminho formador por meio da prática de ações revolucionárias, com ou sem a parceria do Estado, ditando seu papel político como entidade capaz de transformar em emancipação aquilo que o racismo construiu como regulação conservadora.

Nesse contexto, muitos pesquisadores conceituam e historiam o Movimento Negro. Como Movimento Negro, devemos entender, segundo Gomes (2018a, p. 23): “[...] as mais diversas formas de organização e articulação das mulheres negras e dos homens negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade [...]”. Já Domingues (2007) entende o Movimento Negro como movimento político de mobilização racial, apesar de que, em algumas situações, se apresente de fundo cultural.

No tocante a esse trabalho, pode-se considerar que o MN foi compreendido como um movimento de resistência, para além da luta contra o racismo em si mesmo, adentrando nas entranhas educativas, na construção do processo de formação da cultura política desenvolvida e aplicada pelo movimento, com foco no papel desempenhado pela mulher negra, nesse combate; e, também, dando destaque para a questão identitária em que corpo e cabelo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra, extrapolando o caráter estético com pretensões de alcançar o caráter social, simbólico e político, estabelecendo um pacto com a vida. Como diz Conceição Evaristo (2019), em sua obra *Olhos d’água*, combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer.

Para além das divergências conceituais, Gomes (2018a) ratifica que o fundamental é termos a compreensão da potência do Movimento Negro, reconhecendo-o como um ator político; um movimento educador de pessoas, de coletivos e de instituições sociais, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades. Esse jeito de se organizar acontece a nível mundial. Entre eles, podemos citar o Movimento Negro Unificado (MNU), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN).

Não se pretende aqui, realizar cronologia das ações desenvolvidas por esses grupos, tampouco falar de todos eles. Mas focar nas ações políticas realizadas que representam a prática da cultura política do movimento. Seguindo este raciocínio, Lélia Gonzalez (1982)

justifica, via leque de valores culturais diferenciados trazidos pelos povos africanos, mesmo sendo conectados pela redução à igualdade, imposição da escravidão; já nos levam a pensar em diversidade. Isso, sem falar nos quilombos e nas formações sociais alternativas fundadas pelos negros.

Em relação a este aspecto, sabemos que, apesar da existência de ambiguidades dentro do próprio movimento, há consensos. De acordo com Silva Júnior (2007), entre eles, podemos elencar a reverência ao ícone Zumbi dos Palmares; à determinação da data 20 de novembro como dia da consciência negra, que vem, aos poucos, se transformando no mês da consciência negra; à criminalização do racismo na Constituição Federal de 1988; e a escola vista como reprodutora do racismo.

Nesse contexto, um dos primeiros responsáveis pela produção de saberes emancipatórios sobre a raça negra e sua condição de vida foi a imprensa negra paulista. Gomes (2018a, p. 29) lista alguns dos principais jornais lançados no início do século XX e meados dos anos 1960, entre eles temos: O Xauter (1916), Getulino (1916- 1923), O Alfinete (1918-1921), O Kosmos (1924-1925), O Clarim d'Alvorada (1929-1940), A Voz da Raça (1933-1937), Tribuna Negra (1935), O Novo Horizonte (1946-1954), Cruzada Cultural (1950-1966). O papel desses jornais foi altamente educativo e significativo para os homens negros e as mulheres negras. Concomitantemente, os informavam e os politizavam sobre sua própria vida e o caminho que a mesma iria seguir.

Entre ações políticas realizadas pelo Movimento Negro, podemos elencar, baseado em Gomes (2018a), a fundação da Associação Frente Negra, em 1931, na cidade de São Paulo, de caráter político, informativo, recreativo, educativo e beneficente, com vistas a integração do negro na vida social e cultural. Ribeiro (2019) e Gomes (2018a) acrescentam a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, por Abdias do Nascimento, com fins de contestação da discriminação racial, formação de atores e dramaturgos negros, além de resgate da herança africana na sua expressão brasileira. Para Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento é uma das mais representativas figuras revolucionárias do Movimento Negro. Mesmo no auto-exílio militava fazendo denúncia do racismo brasileiro lá fora.

Pode-se considerar que o TEN traz em sua trajetória e sua proposta o trabalho em prol da valorização social do negro via educação, cultura e arte. Apesar disso, Abdias do Nascimento (2004) coloca que o TEN foi pensado para que o negro se elevasse da condição folclórica para a condição de protagonista de sua própria história. No que se trata das frentes do tema, Abdias do Nascimento (2004) apresenta:

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão [...]. (NASCIMENTO, 2004, s/p).

Dessa maneira, o teatro se tornou espaço educativo dos homens negros e das mulheres negras para a construção de consciência política e resistência ao racismo, para o respeito as diferenças e para a superação das desigualdades sociais e econômicas. Ainda, o teatro publicou o jornal *Quilombo*, que perdurou de 1948 até 1950, com foco voltado para a luta em favor da educação gratuita para todas as crianças, para os negros, e o combate ao racismo na linha da imagem positiva da história dos negros, ampliando e valorizando a mesma, buscando rotas de fuga dos estereótipos criados e disseminados pela sociedade. Seguindo este raciocínio, para Lélia Gonzalez (1982), a fundação do TEN se caracteriza como a mais alta expressão do que é ser uma entidade negra, pela realização de um trabalho cultural na perspectiva política.

Também, podemos destacar a atuação do povo negro na imprensa alternativa, que segundo Rios (2018) era:

[...] formada por periódicos comunitários e da sociedade civil que faziam denúncias das situações políticas brasileiras e ao mesmo tempo abria espaço de diálogo, informação e conscientização política, a exemplo dos Jornais Brasil Mulher, Mulherio, Tição, Nêgo, NZINGA Informativo, dentre outros, organizados por movimentos feministas, negro e de mulheres negras, respectivamente entre as décadas de 70 e 80 do século passado [...]. (RIOS, 2018, p. 456).

No campo da produção literária, com o intuito de dar visibilidade à questão negra, ainda, foi criado, de acordo com Ribeiro (2019), a série *Cadernos Negros*, tendo sua primeira publicação, em 1978, na cidade de São Paulo, contendo contos e poemas de escritores negros, dedicada a literatura negra autêntica. A publicação é anual e alterna entre poemas e contos, em que cada um deles se apresenta como estratégia de resistência a invisibilidade negra no passado. Já são 42 Cadernos escritos, até o momento, frutos do Teatro Experimental do Negro, do movimento político orientado pela Frente Negra e da literatura e imprensa negra da década de 1970, se tornando um projeto de construção da identidade negra, da denúncia do racismo, de espaço de visibilidade e da consciência registrada de forma poética. Para exemplificarmos com clareza o que significa a produção desses Cadernos, citamos a poesia:

Identidade

Nasci de pais mestiços

Fui registrado como branco  
Mas com o tempo a cor escura se fixou

Negro, negrinho  
Você é negro sim,  
A primeira ofensa!  
Eu era negro sem saber

Adolescente, ainda recusava minha origem  
Aprendi a ser negro o passivo, inferior  
Reagi: sendo esta raça assim,  
Não sou negro não!  
Recusei a herança africana  
Desejei a brancura

Mais tarde soube  
A inferioridade era um mito  
A passividade uma mentira  
O conhecimento trouxe a consciência  
Aceitei minha negrice  
Me assumi!

Encontrei uma bandeira  
Negritude!  
Identidade resgatada  
Ser negro é importante  
É se identificar com minhas raízes.

(JAMU MINKA, CN 1, p. 35).

Ao respeito, percebemos que assumir ser negro e negra é um ato de resistência e coragem. Caminha na contra-mão daquilo que a sociedade prega como padrão ideal. Posto isso, é construir novos paradigmas. Se escolhemos este poema, foi pelo seu incontestável valor pedagógico em consolidar a identidade do negro com sua exposição precisa e progressiva. Compreender esse poema se constitui em atividade política, é reconhecer a si próprio, é o negro saber que é.

Nessa perspectiva, Góes (2018) considera que:

É preciso demarcar que é mérito do movimento negro brasileiro a denúncia em relação ao projeto de extinção dos descendentes de africanos escravizados no Brasil. Os estudos de Abdias do Nascimento – “O negro revoltado publicado” (1968) e o “O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado” (1978) – e Clóvis Moura – “Brasil: as raízes do protesto negro” (1983), “Sociologia do negro brasileiro” (1988) e “Dialética radical do Brasil negro” (1994) – jogam luz para a apreensão referente aos métodos violentos do Estado brasileiro contra a população negra [...]. (GÓES, 2018, p. 181).

A autora ratifica a ação política do MN pautada na denúncia e na explicação de um projeto de genocídio que acomete a população negra, no qual mulheres negras e mulheres pobres são submetidas a métodos contraceptivos com o objetivo de exterminar o negro e/ou pobre. A ação foi baseada na aquisição de conhecimentos adquiridos, via documento

elaborado pela instituição ultraconservadora do Brasil: a Escola Superior de Guerra (ESG). Cabe lembrar que esse projeto aconteceu a nível mundial. O mesmo foi iniciado, desde a consolidação da Primeira República, e permanece aos dias atuais, basta olharmos a quantidade de negros mortos divulgada nas mídias, cujo um foi significativo de 2012 a 2017, passando de 37,2 para 43,4. O que representa 255 mil mortes de pessoas negras por assassinato, segundo dados do IBGE (EXAME, 2019). Em Sartre (1965), as vítimas possuem um testemunho irrefutável, pois seus corpos estão marcados pelas feridas e pelas algemas, dessa forma, revela quem somos, o que somos capazes de fazer com outro ser humano.

Fanon (1965) ratifica que: “É preciso reformular o problema do homem. É necessário reformular o problema da realidade cerebral, da massa cerebral de toda a humanidade, cujas conexões precisam multiplicar-se, cujas redes devem diversificar-se e cujas mensagens temos de re-humanizar [...]”. Como consequência disso, o que temos é muito trabalho pela frente.

Diante à atrocidade, a população negra decidiu aparecer na mídia, nas novas tecnologias por outros motivos. Passou a demarcar território publicando e compartilhando saberes do ser negro. Nessa linha, concordamos com Gomes (2018a), quando diz que há nas redes sociais uma profusão de páginas pessoais, de figuras públicas e de grupos jovens publicadas por pessoas negras. Nessas páginas, encontramos relatos do ser negro. Nas palavras de Gomes (2018a, p. 70): “[...] discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na via *on-line e off-line* de maneira crítica, política e posicionada pelos sujeitos negros [...]”. Ou seja, há a fomentação do debate, do reconhecimento, tanto social quanto o político, enquanto negro e, principalmente, do empoderamento em busca da efetiva realização da justiça social, que segundo Paiva (2018), perpassa a construção da identidade coletiva, dos repertórios de ação, das redes construídas.

Diante do exposto acima, reivindicam mudanças nos padrões culturais e socioeconômicos. Pode-se considerar, também, o outro lado da moeda. Quando esse reconhecimento social e político não se materializa provoca opressão, exclusão, e, consequentemente, danos de degradação, maus tratos, violação de direitos e ofensa àqueles que são submetidos às diversas formas de desrespeito. O intrigante é que a sociedade ainda não enxerga homens negros e mulheres negras como sujeitos de direitos, há uma certa dificuldade em compreender esse aspecto e, principalmente, em perder a supremacia branca.

Uma das primeiras ações políticas do Movimento Negro, segundo Rios (2018), foi a conquista do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em maio de 1984. O Conselho, além de agregar a militância negra paulista, serviu de precedente para a entrada de ativistas e lideranças na política da gestão pública, também,

acesso aos poderes Executivo e Legislativo, abrindo espaços para o debate sobre a temática racial. O que levou a autodeclaração negra, tanto de políticos como de ativistas. Ação que abriu espaço e tempo para o diálogo. Outra conquista importante do Movimento Negro, citada por Carneiro (2011), se trata do Decreto n. 3.296/99, inciso III do art. 2º (BRASIL, 1999), que se refere à inclusão de negros em campanhas publicitárias do Poder Executivo Federal. Dessa forma, contemplando e respeitando a diversidade e a maioria de nós brasileiros.

Por outro lado, essa mídia que facilita saberes, que contribui com a emancipação do negro, também pode oprimir, quando faz matérias preconceituosas e simplistas ao tratar de suas mortes, pois a internet que liberta é a mesma que asfixia. Desenvolvendo um argumento semelhante, Magali Almeida (2014) corrobora ao dizer que, essa mesma mídia naturaliza de forma entediante a violência racial contra o povo negro ao destacar em seus programas, sensacionalistas, de uma maneira rídicularizada e inferiorizada a imagem desse grupo étnico-racial no trabalho, na educação, na religiosidade, no noticiário policial e até no exercício da sexualidade e orientação sexual.

Como afirma Araújo *et al.* (2019):

Não há um agendamento da morte de jovens negros de forma sistêmica por parte do jornalismo impresso no Brasil. Há uma cobertura factual do ocorrido, porém não há uma provocação da opinião pública sobre o genocídio da juventude negra, a marginalização dos corpos negros e as dores que estas mortes geram, em especial, as mulheres negras [...]. (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 120).

Nessa mesma linha de raciocínio, temos a contribuição de Feffermann (2018), que relata o sensacionalismo da mídia ao noticiar de forma espetacular cenas de violência como a maior atração do dia, tornando-as mercadorias de consumo em que a criminalidade está relacionada ao negro, pobre, favelado, tornando isso o principal acontecimento das regiões periféricas.

Desde o início do século XX, o Movimento Negro atua em prol da educação como direito para os negros, participando dos fóruns decisivos da política educacional, lutando pela inclusão dos negros na educação, via questões legais, mas, durante a ditadura militar, em 1964 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases à época, perdeu visibilidade e só retomou sua centralidade com a nova LDB n. 9.394 (BRASIL, 1996; DIAS, 2005). Esse hiato na educação para a população negra trouxe como consequência o atraso no desenvolvimento de sua emancipação. Época em que, de acordo com Lélia Gonzalez (1982), os militares impunham a pacificação, mas que, na realidade, se tratava de repressão, o que atingiu em cheio as massas, principalmente aos negros, pois, para eles, mais uma vez, ficou reservado o subemprego e a

mão-de-obra barata em prol do fortalecimento da produção econômica e para atender as necessidades do sistema. Pode-se considerar que as grandes frentes desse enriquecimento estão concentradas na indústria, na construção civil e na prestação de serviços.

Em Gomes (2018a), durante a ditadura militar várias entidades negras se articularam para combater a discriminação racial, criando, em 1978, na cidade de São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-racial (MUCDR). Posteriormente, em 1979, trocaram o nome para Movimento Negro Unificado (MNU), o qual permanece até os dias de hoje. Lélia Gonzalez (1982) adverte que a fundação do MNU não contou com nenhuma participação de grandes personalidades. Essa criação se deve as pessoas negras anônimas, as quais foram forjadas sob a ditadura militar. Essa movimentação deixou como herança a formação de intelectuais negros, tendo a educação e o trabalho como pautas de luta contra o racismo. Muitos dos intelectuais de hoje, com investigações sobre as relações étnico-raciais, são provenientes dessa época. Esse movimento se tornou instrumento da comunidade negra e tem como princípio o trabalho da denúncia, de caráter permanente, de todo ato de discriminação racial contra o homem negro e a mulher negra.

A partir da década de 1980, o Movimento Negro traça outro perfil, ao perceber que o discurso universalista sobre a educação, por si só, não seria mais suficiente para o alcance das demandas negras, então, começa o processo da criação das ações afirmativas, entre elas, o sistema de cotas adotado, o qual vem, aos poucos, construindo a identidade negra. Essas ações sinalizam um investimento emocional e se tornam medida de reparação histórica e urgente, como defende Feffermann (2018, p. 86-87): “o Sistema de Cotas objetiva aumentar as oportunidades, para que pessoas excluídas historicamente do sistema de Ensino Superior possam no mínimo competir por vagas em condições mais equilibradas [...]”, não se trata, portanto, de nenhum favor governamental. Em Carneiro (2011), o sistema de cotas deve ser visto como a expressão do reconhecimento do povo negro como sujeito de direitos.

No entanto, segundo Rios (2018), na gestão de Fernando Collor de Mello, os Movimentos Sociais perderam força e espaço dentro do governo, passando a resistir em meio a sociedade civil e nas regiões onde governos progressistas e/ou de esquerda governavam. Já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso houve mais abertura para o diálogo e participação, ainda que precária e insuficiente. No entanto, foram criadas ações fundamentais para a questão racial que trata de direitos humanos e *advocacy*<sup>26</sup>, trabalho e geração de renda e educação. Sendo a última a mais significativa, tendo como exemplo atividades comunitárias,

---

<sup>26</sup> Forma de atuação política em prol de vítimas de discriminação racial.

que vão desde reforço escolar a cursos preparatórios para vestibulares, como é o caso do cursinho denominado Educafro.

Carneiro (2011) e Gomes (2018a) colocam como outra ação política do movimento a realização da *Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, realizada em Brasília, em 20 de novembro de 1995. O intuito era entregar ao presidente do Brasil, à época, Fernando Henrique Cardoso, o Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial, cujo conteúdo constava a reivindicação das ações afirmativas. Esta interpretação encontra-se caracterizada pela ordem política. Cabe destacar que, em 2000, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), tendo como objetivo fomentar o debate entre pesquisadores negros e não negros sobre racismo e seus afins.

A partir de 2002 houve avanços significativos traduzidos em legislação e políticas públicas de combate às desigualdades. Ribeiro (2019) aponta que essas ações só começaram a se materializar no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003 (atualmente extinta). Depois disso, as universidades passaram a adotar, como forma de acesso, o sistema de cotas raciais, sendo a Universidade do Rio de Janeiro (Uerj) a primeira, em 2003; a Universidade de Brasília (UnB), em 2004, a segunda; em 2005, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); em 2007, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras.

Atualmente, são 51 instituições que beneficiam homens negros e mulheres negras. No entanto, o desafio passou a ser a permanência no ensino superior, pois a rotina vivida, especialmente pelas mulheres negras, é fator complicador para a conclusão do curso. Ao lado desse desafio, o povo negro, baseado em Albuquerque e Fraga Filho (2006), ainda precisou desmestificar a questão da inteligência, até então colocada pela sociedade, na desconstrução de que seus traços biológicos caracterizavam falta de capacidade intelectual, sendo considerados mais atrasados e bárbaros.

Lélia Gonzalez (1984) parte do pressuposto de que é necessário o rompimento dessa domesticação, por meio da fala do homem negro e da mulher negra, motivo gerado pelo tratamento recebido durante séculos, como objetos e infantilizados, menores, inferiores, sem fala própria.

Além do posto acima, foi sancionada a Lei n. 10.639/2003, a qual se refere a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos Ensinos Fundamental e Médio, se tornando mais uma conquista do movimento, apesar de, na prática, ainda não acontecer de forma efetiva. No ano seguinte, em 2004, foi fundada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD),

atualmente extinta, se tornando espaço de visibilidade das questões raciais. É importante ressaltar que essa Lei foi ampliada pela Lei n. 11.645/2008 para incluir o ensino de história e cultura indígena. Todas essas ações culminam para mudar o currículo e garantir o ensino de forma genuína e ampla, que atenda a história do afro-brasileiro, africana e indígena.

Além de dar visibilidade a cultura dos povos citados e o combate, por meio do conhecimento, à discriminação, ao racismo e as demais intolerâncias étnicas, as Leis, citadas acima, passaram a ter influxo no cotidiano das escolas. Sendo assim, a escola reconhecida como espaço/tempo privilegiado para o questionamento de conhecimentos pré-estabelecidos e também produção de um novo modo de ver e viver o mundo. No entanto, sabemos que Leis por si só não são suficientes para a emancipação; é necessária a mudança de postura de todos envolvidos, família, mídia, igrejas e, principalmente, da comunidade escolar.

Em meio a todas essas leis criadas e implementadas aplicadas como mecanismos de defesa, o povo negro ainda precisa lidar com fenômeno “racismo às avessas”. Lélia Gonzalez (1982) alerta quanto a esse aspecto, ao dizer que o povo negro é acusado todas as vezes que parte para a denúncia do racismo e da discriminação, além de ser acusado de divisionista e revanchista.

Em 2010, é instituído o Estatuto da Igualdade Racial, que tem como prerrogativa garantir à população negra igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnico-individuais, coletivos e difusos e, também, combater a discriminação e as demais intolerâncias étnicas. O Estatuto se soma as outras Leis no esforço de inclusão e combate efetivo aos preconceitos. Essas Leis mencionadas acima passaram a ter impacto sobre o cotidiano escolar, ainda que de forma tímida, mas ocupando espaço e tempo para a construção e desconstrução do pensamento.

Porém, todo processo não se deu de forma pacífica e ordeira. O Movimento Negro encontrou resistência dentro do próprio grupo, inclusive de intelectuais renomados, quanto a defesa de instalação das ações afirmativas e cotas raciais. Gomes (2018a) aborda que muitos ativistas ficaram decepcionados diante a posição contrária de muitos de seus intelectuais, que eram, antes, considerados como companheiros de luta. Com isso, os ânimos ficaram alterados e muitas publicações de livros, artigos de opinião, depoimentos e entrevistas passaram a circular na mídia, provocando um clima de tensão e divisão dentro do próprio movimento, tanto a favor quanto contra.

Ao refletirmos sobre esse comportamento externado por esses grupos contrários, sobre essa postura política desfavorável, podemos deduzir que o processo de implantação e implementação das ações afirmativas foi dificultado. O que poderia contribuir, atrapalhou.

Sobre essa oposição, Carneiro (2011) contrapõe:

A reivindicação de cotas e políticas de ações afirmativas não desqualifica o grupo negro. Ao contrário, representa sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas [...]. (CARNEIRO, 2011, p. 102).

Portanto, o que podemos fazer como sociedade é mirar no processo de permanência, de continuidade, dessas políticas públicas que, de alguma forma, buscam essa reparação, ainda que tardia, ainda que não suficiente; até quando seja necessário para que ela se finde por si mesma.

Em sua obra *Movimento Negro Educador*, Gomes (2018a) lista outras ações políticas pensadas via Movimento Negro, as quais, ao mesmo tempo que são provocativas à sociedade e ao Estado, também são caminhos para emancipação do povo negro. Elas vão desde o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009), à sanção da Lei n. 12.990/2014, que se refere à reserva de 20% das vagas em concursos públicos para negros. Então, inspiradas nas palavras da autora, essas ações representam a força, a resistência e o protagonismo do Movimento Negro em prol de justiça social àqueles que a sociedade possui uma dívida histórica. Esse movimento se apresenta como ator político, revolucionário e educativo.

Rios (2018) acrescenta a essas conquistas como saldo fundamental, tanto do Movimento Feminista quanto do Movimento Negro, em meio a democratização; a abertura inédita de espaços e legislações no interior do Estado e o fortalecimento de suas organizações civis, cita como exemplo a fundação da Organização não Governamental (ONG) Geledés, que possui a prerrogativa de ser criada apenas por mulheres negras para prestar serviço de assistência jurídica e acompanhamento de vítimas de discriminação racial.

Com o passar do tempo, mais uma vez o Movimento Negro percebe a necessidade de mudança para não sucumbir diante aos obstáculos postos pela díade Capital *versus* Estado. Gomes (2018a) coloca que a luta do movimento, a partir do terceiro milênio, se focou na alternância da prática denúncia para a ação de cobrança frente ao Estado, com busca incansável por oportunidades iguais e direito à educação, inclusive na academia, por via das cotas raciais, nas esferas jurídicas, políticas, sociais e econômicas. A presença do negro nesses espaços contribuiu para o alcance da politização estética, fase em que o negro e, em especial,

a negra se tornou protagonista da história de sua beleza, assumindo sua identidade, o cabelo afro, utilizando roupas de estilo afro. Então, por influência, começa o processo de aceitação e empoderamento de sua beleza. Brah (2019, p. 51) diz que: “Politicamente, posições de identidade específicas são construídas e agidas através de processos políticos reiterativos em desenvolvimento [...]”. A partir desse período, jovens homens negros e jovens mulheres negras iniciaram a encarar o outro, a discutirem, a se posicionarem, ainda que distante do necessário.

Gomes (2018a) assinala a emancipação do corpo negro:

Os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização. A construção política da estética e da beleza negra. A dança como expressão e libertação do corpo. A arte como forma de expressão do corpo negro. Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas e formas de vestir que transmitem uma ancestralidade africana recriada e ressignificada no Brasil [...]. (GOMES, 2018a, p. 97).

Em relação à educação na escola, a ação política do Movimento Negro não vem sendo diferente. Uma das conquistas do movimento se refere à reinterpretação da história negra por meio de uma nova consideração ao dia 13 de maio de 1888. Em Gomes (2018a), o objetivo é sair apenas do discurso sobre o dia da libertação dos escravos e alcançar o entendimento do dia como espectro de luta contra o racismo, na qual o negro apareça como protagonista de sua história, de sua libertação. Com essa nova interpretação, percebe-se um destaque à movimentação de luta dos negros em prol de sua libertação, não sendo encarada como caridade e bondade dos senhores de engenho; além da alteração dessa questão nos livros didáticos e ampliação do *Dia da Consciência Negra* para *Mês da Consciência Negra*.

Posto isso, outro aspecto que necessita de destaque é a questão da interseccionalidade da mulher negra, que a coloca em posições mais desafiadoras. Ribeiro (2019, p. 22) descreve que: “[...] sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornando um processo ainda mais complexo. E mesmo assim, a mulher negra luta contra as amarras do racismo, da exclusão de espaços públicos e privados [...]”, como colocam Silva e Remídio (2019, p. 90): “Inerente às relações raciais, encontram-se as relações de gênero, pois, para a mulher negra, a relação com os espaços torna-se ainda mais restrita e invariável [...]”. Nota-se um complicador a mais para a mulher quando ela é negra, pois sofre o impacto do eixo de subordinação racial, vivencia experiências de dominação distintas das mulheres em geral e dos homens negros. Portanto, se acumulam nessa situação o racismo e o machismo.

Araújo *et al.* (2019) afirma que o papel social, cultural, político e emocional das mulheres negras foi de fundamental importância para manutenção da sobrevivência da

população negra frente aos atos de violência sofridos. Um papel que não vem sendo fácil desempenhar, conforme aponta Collins (2019a):

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa, as mulheres negras permaneceram em uma situação de outsiders internas, como indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas [...]. (COLLINS, 2019a, p. 14).

No entanto, quando se fala da resistência negra, o primeiro pensamento que geralmente vem à cabeça é o quilombo, principalmente o Quilombo dos Palmares. Silva (2019, p. 80) corrobora com essa afirmação, ao acrescentar que “[...] na perspectiva do Movimento Negro Brasileiro, o termo quilombo sempre significou espaço de resistência e emancipação política [...]”. No entanto, a figura protagonista geralmente é Zumbi dos Palmares, ou seja, um homem. Para esse estudo, vamos nos centrar no papel da mulher negra na prática da cultura política, inclusive nos quilombos, realizadas por mulheres como Dandara, as mulheres resistência que, muitas vezes, são esquecidas pela história justamente pela questão patriarcal, e pagam com a vida o preço da luta. Mulheres que não podem ser apagadas. Carneiro (2011) expõe que a exclusão da mulher negra é histórica, assim como a questão da discriminação e da rejeição social. Reportando a Silva (2019), as mulheres quilombolas são a força e a resistência, pois carregam consigo muito além do ser negra, em sua bagagem vão outros significados, que vão desde a questão corporal (ser mulher) a questão do partilhar saberes.

Conforme Collins (2019a):

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas também na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam [...]. (COLLINS, 2019a, p. 6).

Diante do exposto, há uma subdivisão interna, que é classificada como o Movimento das Mulheres Negras. Esse movimento se apresenta de forma política muito acentuada. Para Gomes (2018a, p. 73), a “[...] ação das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estético-corpóreos específicos [...]”, mas enfatiza o saber político por entender que ele possui um caráter educador, sobretudo, por enxergarem dentro do próprio

movimento a presença do machismo. Ou seja, não é porque são minorias políticas que o machismo não está presente.

Outra teórica que relata a suma importância da mulher negra é Rios (2018), ao colocar que sua história emergiu no final da ditadura militar em meio as mobilizações em prol do retorno do regime democrático, da reforma constitucional. O protagonismo da mulher negra se caracterizou na luta pela cidadania civil, pelos direitos sociais, pela liberdade e igualdade e o engajamento anticolonial. Lutas que contribuíram para a emancipação da sociedade.

Seguindo este raciocínio, Lélia Gonzalez (1982) foi quem ministrou o primeiro curso teórico de cultura negra, no Rio de Janeiro, em 1976, na Escola de Artes Visuais. O objetivo do curso, que reunia artistas e intelectuais progressistas, era a formação de pessoas com visão crítica da realidade brasileira. Espaço onde havia apresentações de dança, música, exibição de filmes, lançamento de livros, entre outras ações. O curso deu tão certo que acabou recebendo intervenção por ordens do governo Federal, realizando o afastamento de sua direção. Pode-se considerar que atitudes como essa são executadas para enfraquecer o movimento, desmobilizar a luta e dispersar a coletividade, para que a realidade não seja vista como ela é.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), Lélia Gonzalez é considerada uma das mais notáveis ativistas negras brasileiras durante as décadas de 1970 e 1980, se tornando pioneira em pensar sobre a organização das mulheres negras. Então, em 1988, foi criado o GELEDÉS<sup>27</sup>, que presta, entre outros serviços, atendimento jurídico e psicológico a mulheres em situação de violência, tanto doméstica quanto sexual. A atuação ocorre justamente em área vulnerável das quais as mulheres negras transitam, a violência.

Devido a essa atuação política, as mulheres negras vêm se educando e educando aos homens quando se posicionam, quando ocupam lugares e não permitem que aconteça a regulação conservadora dentro do próprio movimento. Para enfrentar essas questões, entre outras, o feminismo negro possui preocupações que se estendem a nomeação das opressões. Para as autoras da temática, a utilização correta de termos e conceitos faz toda diferença na hora de lutar por direitos. Entre elas, Ribeiro (2019, p. 21) alerta que: “[...] devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome [...]”. Nessa mesma direção, escreve Adichie (2017, p. 35): “A linguagem é o repositório de nossos preconceitos, de nossas crenças, de nossos pressupostos [...]”. Portanto, torna-se uma tarefa constante e desafiadora que exige de

---

<sup>27</sup> Organização política, fundada em São Paulo, que tem como objetivo combater ao racismo e também a valorar as mulheres negras.

nós mudança de hábito e reconhecimento do poder das palavras, as quais não apenas nomeiam as coisas, mas imprimem visão de mundo.

Solnit (2017, p. 165) argumenta sobre a importância do uso correto e, principalmente, da aplicabilidade das palavras. Para a autora: “Linguagem é poder: Quando se transforma a tortura em interrogatório reforçado ou crianças assassinadas em danos colaterais, quebra-se o poder da linguagem de transmitir significado, seu poder de nos fazer enxergar, sentir, dar importância [...]”. No entanto, deve-se ficar atento, pois, concomitantemente, esse efeito pode aparecer em dois sentidos, tanto para enterrar o significado quanto para desenterrar, tudo vai depender do objetivo.

Gomes (2018a) relata que, em 18 de novembro de 2015, aconteceu a Marcha das Mulheres Negras, advindas de todas as regiões brasileiras, tendo como foco a luta contra o racismo e pelo bem-viver. Ao todo, foram mais de 30.000 mulheres negras. Naquele dia foi entregue para a presidenta Dilma Rousseff, em forma de documento, a pauta de reivindicações. Para a autora, a ocupação das mulheres negras em espaços como restaurantes, significa posição política e exercício da cidadania feminina negra dentro do território do Distrito Federal. Já a teórica Rosa (2018) destaca a coragem e a resistência de duas mulheres negras, mães, a saber: Mônica Cunha e Luciana Lopes, que tiveram filhos assassinados pelo Estado; ambas participaram da Marcha e compõem o Movimento Mães de Maio. Nesse itinerário, nas palavras da autora:

Elas são alvo de investidas agressivas para silenciá-las, escondê-las e intimidá-las social, jurídica e politicamente, na medida em que são consideradas cidadãs de menos valia, assim como seus filhos são destituídos dos estatutos de cidadãos. A coragem de dizer evocada vincula-se ao sentido foucaultiano da parresía<sup>12</sup>, pois essas mulheres negras dizem o que poucas pessoas gostariam de ouvir, expõem o que poucas pessoas teriam a bravura de trazer à baila, desvelam o conluio na segurança pública e do ordenamento jurídico com o genocídio da juventude negra, evidenciam a insuficiência de políticas públicas e desmascaram o pacto social da separação de corpos de seres humanos [...]. (ROSA, 2018, p. 217-218).

Pode-se inferir que a participação cidadã, democrática e coletiva, estruturada no ativismo dessas mulheres negras, vem se tornando seu modo de viver. Também, que a saga contra o genocídio do povo negro é pauta histórica do Movimento Negro, organizado através de passeatas, protestos, documentos políticos, livros, estudos acadêmicos, produções audiovisuais, expressões artísticas, que se configuram em pacto pela resistência, como ratifica Reis (2018), ao elucidar o papel das mulheres negras na luta e na organização política contra o estado de violência institucional, que abrange tanto a mulher quanto seus entes queridos, em

seus territórios, os quais vêm sendo, cada vez mais, vigiados via militarização e paramilitarismo, com o faz de conta não ver por parte do Estado.

Lélia Gonzalez (1982, p. 60) relata que, além desses aspectos citados acima, “[...] o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro [...]”. Não é difícil constatar essa colocação, basta verificarmos que a população carcerária do Brasil é constituída, em sua maioria, por homens e mulheres negras. Pode-se inferir que, se em algum momento a Lei da maioria penal for alterada, veremos a crescente no números de pessoas presas negras.

A luta das mulheres negras se amplia. A nova geração discute e debate outras pautas. Nesse itinerário, Rios (2018) acrescenta as pautas relacionadas aos direitos sexuais reprodutivos, às desigualdades no atendimento em campos como a saúde, seja em momentos de parto ou mesmo em atendimento de rotina, à legalização do aborto. Dessa forma, novos objetivos estão sendo alçados por via da luta e da resistência do movimento, ainda que distante do ideal e do necessário.

Outra forma de luta aplicada pelo homem negro e pela mulher negra vem sendo a valorização da estética como forma de resistência negra, como parte das estratégias aplicadas pelo Movimento de Consciência Negra, ainda no tempo do *Apartheid*<sup>28</sup>, momento em que os ativistas perceberam a importância de extrapolar o assunto racismo, contrapondo a ideologia de outros movimentos. As jovens negras, empoderadas pelas ações afirmativas, iniciaram uma fase de protestos, realizando marchas do Orgulho Crespo, ação Encrespa Brasil; organizaram eventos, criaram páginas no *Facebook*, programas no *YouTube*, *blogs* e tutoriais de beleza negra (GOMES, 2018b). Esse comportamento nos leva a entender que essa minoria política passou a lutar e a resistir de forma consistente contra ao padrão de beleza imposto pela sociedade branca. Portanto, trata-se do momento em que o homem negro e a mulher negra percebem que suas vidas, sua respiração, as pulsações do seu coração, são as mesmas que as do branco. Descobre que a pele branca não pode valer mais do que uma pele negra.

Como aponta Adichie (2017), quando relata que a dinâmica do poder branco do mundo nos faz reféns de imagens de beleza branca, da capacidade branca, das realizações brancas, em qualquer lugar que estivermos, pois circulam nas mídias e na cultura popular que temos acesso, assim como também nos livros que lemos, fazendo com que, provavelmente, a quantidade de imagens do negro e da negra e dos africanos de nosso alcance sejam negativas,

---

<sup>28</sup> Regime de segregação racial que privilegiava a elite branca da África do Sul. Teve durabilidade desde 1948 até 1994, ano em que houve eleições presidenciais que levaram Nelson Mandela ao poder. Mandela se tornou ícone de liderança negra por colocar fim nesse regime, lutando em prol da igualdade racial.

erradas. Cabe lembrar que o padrão de beleza ideal para essa sociedade é branco, mas percebe-se que na realidade é negro e mestiço.

Também, foram abertos salões étnicos como forma de resistência e empoderamento negro e, desde a década de 1960, o cabelo negro passou a se posicionar como um estilo político. Gomes (2019) descreve, em sua obra *Sem perder a raiz*, a temática beleza como um ato político, ocupando espaços diferenciados e prestando serviços gratuitos com o intuito de fortalecer, divulgar e preservar a cultura negra. Nas palavras da autora:

A formulação de uma proposta de intervenção estética que postula o direito à beleza para o povo negro, o desenvolvimento de ações comunitárias nas vilas e favelas, a maquiagem gratuita para dançarinos e militantes do Movimento Negro durante eventos públicos da comunidade negra, a construção de um discurso afirmativo e de valorização dos padrões estéticos negros são exemplos de atividades desenvolvidas pelos quatro salões pesquisados, porém de maneira e intensidade diferentes [...]. (GOMES, 2019, p. 37).

Com essa colocação podemos inferir que a expressão estética negra é inseparável dos outros planos, a saber: o econômico, a urbanização da cidade, a afirmação da diversidade. Gomes (2019) nos alerta que essas ações públicas não são bem vistas por todas as donas de salões, pois há divergências e conflitos na realização das mesmas, por questão de interpretação do fazer/ser negro. Isso é perceptível quando há ou não adesão as ações por parte das proprietárias.

Malgrado os fatos e acontecimentos internos ocorridos durante essas ações, o que se pode inferir é que não há como negar a função política dos salões étnicos, que são a afirmação pública da existência da beleza negra. Dessa maneira consciente, a beleza assume a dimensão política. Collins (2019a, p. 11) defende que: “[...] a participação das mulheres negras na elaboração de uma cultura afro-americana em constante mudança estimulou visões de mundo especificamente negras e centradas nas mulheres [...]”. A criação desses salões de beleza pode ser considerada uma delas, contrariando a vontade da elite de silenciar e/ou destruir a cultura negra. Como ação política de resistência à supremacia branca, importante, ligada diretamente a beleza, segundo hooks (2019a), temos a disseminação do *slogan* “preto é bonito”, contudo, faz um alerta quanto ao aspecto consciência da expressão; para a politização que está nas entrelinhas da expressão popular, para que, assim, os homens negros e mulheres negras se vejam como sujeitos ao invés de objetos do capitalismo.

Nesse contexto, de acordo com Melo *et al.* (2019), o projeto Sernegra realizado no Instituto Federal de Brasília, se apresenta como fruto do pensamento crítico e da cultura política de seus criadores, com destaque para o professor Glauco Feijó, coordenador do grupo

de Pesquisa em Estudos Culturais sobre Classe, Gênero e Raça, que a frente do estudo teve a sensibilidade para ouvir estudantes negras e atender suas necessidades. O projeto se encontra em sua VII Edição, no ano de 2019, e é realizado em locais alternados com o objetivo de expandir o debate, fomentar a reflexão para tal, sendo constituído por sessões de filmes, mesas redondas, arte, cultura, visita a quilombos; e conta com a presença de pensadores e atores políticos voltados as temáticas negras e feministas, com o intuito de promover o debate racial e de gênero. Não podendo deixar de citar o envolvimento dos alunos/as nas atividades, tanto em sua organização, como em sua realização. Pode-se considerar que a realização de atividades, nesse formato, contribui para o reconhecimento do homem negro e da mulher negra, além de colocar em voga a autoria e o protagonismo negro.

Dialogando com Araújo e Reis (2019), é possível perceber a evolução, no tocante a audição de outras vozes. Por muito tempo, a questão racial da mulher negra se apresentava de forma global, o que não contemplava as mulheres locais, as quais foram provocadas pela tradução de textos sobre o feminismo, que trouxe o pluralismo, se tornando mais uma ação política realizada por mulheres negras. Nesse mesmo aspecto, Collins (2019a) ratifica a contribuição do trabalho intelectual das afro-americanas na promoção do ativismo feminino negro, dando voz às mulheres negras. As autoras ressaltam a importância dessa mudança na formação da cultura política das mulheres negras:

É pela interculturalidade que são criadas passarelas de recepção da Outra, da alteridade. É também pela interculturalidade que se busca a construção de uma identidade própria, única e intransferível. O não conhecimento da Outra, de outros grupos, é a grande armadilha para a homogeneização e a universalização de um feminismo único [...]. (ARAÚJO; REIS, 2019, p. 207).

Acima de tudo, ser ouvida, ser representada, se transformar em sororidade de atos entre mulheres negras e, porque não, mulheres não negras. Afinal, afrontar a construção histórica dessa divisão precisa fazer parte do movimento.

Collins (2019a) alerta que, tanto a dimensão econômica quanto a política e a ideológica da opressão sucumbiram à produção de autoras feministas negras, as quais, no entanto, concomitantemente, estimularam o ativismo das mulheres negras a nível mundial, tendo como referência as produções escritas por autoras negras: Ângela Davis, Conceição Evaristo, bell hooks, Chimamanda Adichie, entre tantas outras, o que é, em si, um ato de resistência e valorização da cultura negra, da cultura das minorias políticas. Essas leituras podem contribuir no rompimento das desigualdades e da exclusão, por se tratar de lutas coletivas.

A arte também se faz presente nessa temática da revolução contra o racismo e a valorização da história do homem negro e da mulher negra. Nesse ponto, retomamos as análises de Gomes (2019), ao dizer que muitas ações artísticas podem ser encaradas como ações políticas, ao elencar como exemplo James Brown, com sua música estilo *soul* – que demonstrava espírito revolucionário nos anos 1960, ao adotar o cabelo crespo –, o estilo funk, criado pela população negra estadunidense, como forma de diversão e contestação contra o racismo, contra o mecanismo de exclusão imposto pelo Estado. Ambos se tornaram algo mais comercial e, nesse movimento, foram perdendo suas origens.

Em Lélia Gonzalez (1982) as escolas de samba passaram pelo mesmo processo de cooptação por parte dos brancos. Antes eram constituídas pelos negros e traziam em suas produções a resposta crítica da comunidade negra em face dos dominadores, desse jeito, declaravam o que sentia e o que pensava a comunidade negra. No entanto, com o passar do tempo, as escolas passaram a ser dirigidas pelo branco. Apareceu a figura do carnavalesco, entre tantas outras; com isso, o desfile se transformou em espetáculo de teatro tipo revista, em comércio de lucro e perda da origem<sup>29</sup>. Além do samba, a capoeira e o próprio candomblé se tornaram provas da força cultural de origem africana, se tornaram essencialmente estratégias políticas e simbólicas de construção de identidade e de resistência.

Para Fanon (1965, p. 112) quando: “O negro, que nunca foi tão negro como desde que está dominado pelo branco, quando decide provar a sua cultura, fazer cultura, compreende que a história lhe impõe um terreno preciso, que a história lhe indica uma perspectiva exata e tem de manifestar uma cultura negra [...]”, dessa maneira, revela-se como estratégia para suprimir proibições e maldições lançadas pelo branco.

Diante de toda essa discussão, nos apoiamos em Feffermann (2018) quando coloca que o preconceito, pontualmente o racismo, é demarcado pelo pacto social de herança escravista, em que a expropriação material e simbólica do segmento negro vem sendo realizada das mais diferentes formas, as quais ultrapassam o limite humano. No entanto, a tenacidade do afrodescendente perpassa a dor da escravidão e alcança força suficiente para lutar por sua liberdade.

No combate a essa situação de racismo entra em cena o MN, como afirma Magali Almeida (2014):

---

<sup>29</sup> Cabe destacar que há um movimento político mais atual de disputa dos símbolos e espaços das escolas de samba, o que se evidencia em samba-enredos como "história pra ninar gente grande", Mangueira 2019, e o vitorioso de 2020 da Unidos de Viradouro.

Somente após anos de denúncia do racismo e de suas mazelas é que o movimento negro tem feito algumas alianças com outros setores progressistas no Brasil, na luta pelo combate ao racismo. No entanto, as ações construídas ainda não são suficientes para mobilizar outros segmentos sociais ou mesmo a própria população negra. A consciência do processo de sujeição e exploração não tem sido suficientemente criticada para derrubar o projeto hegemônico em curso [...]. (ALMEIDA, M., 2014, p. 143).

Neste panorama de denúncia, defesa e estratégias de superação, entende-se que o MN já fez muito para que a sociedade reconheça o que os entraves causam ao povo negro, mas o próprio movimento tem consciência de que o caminho permanece árduo, de que a luta é contínua, portanto, não pode parar.

## 6 CONVERSAS PARA ABRIR CAMINHOS: ANÁLISE DOS DADOS

Do exposto nesse trabalho, depreende-se que o processo de formação da cultura política dos Movimentos Sociais apresentou três traços acentuadamente marcantes: a) os danos causados pela pobreza política à vida das minorias políticas, assim como o poder da qualidade política em alcançar educação de qualidade pautada nos princípios democráticos, cidadãos e emancipatórios; b) um aspecto de atuação constituída por diversas influências de caráter eminentemente político e ideológico, que materializam suas trajetórias em contextos bem datados, mas também motivada pela dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo; c) um ativismo transnacional, declaradamente heterogêneo, que participa de múltiplas formas de mobilização (cursos de formação política, elaboração e execução de campanhas e projetos, intercâmbios de ideias, publicações de livros, periódicos e cadernos, marchas, congressos, criação de sites, plataformas, blogs, arte e cultura).

Demo (2018) e Freire (1987) ressaltam o quanto é fundamental a educação, mas uma educação emancipatória, libertadora, que autorize o oprimido a ter voz e vez, de maneira autoral, crítica e autônoma na busca pelo seu legítimo espaço em sociedade, pelo saber. Nessa mesma direção, Adorno (2003) coloca que a emancipação só faz sentido se acontecer essencialmente para o sujeito social. Essa atitude pode ser constada em ações dos Movimentos Sociais, na busca sem finitude pelo acesso a educação para todos, à terra, não como um favor por parte do Governo e da sociedade civil, mas como um direito, na defesa do fim do patriarcado e do racismo com vistas ao bem comum. Em outros termos, pelos direitos humanos para todos os seres humanos.

O MST, o MF e o MN são compostos por minorias políticas, porém, cada um deles possui suas especificidades, inclusive com subdivisões no interior do próprio movimento. A esse fenômeno, segundo Crenshaw (2019), denomina-se interseccionalidade, no qual o oprimido pode ser incluído em determinadas categorias ao mesmo tempo, ou seja, dificilmente se pertence a apenas um único grupo. Isso significa que, para cada categoria, é preciso pensar e articular políticas públicas diferenciadas que possam atender as demandas específicas.

No MST, o Sem Terra pode ser: sem terra, negro, mulher. Assim, no MF a mulher pode ser de classe média, branca, universitária; também no MN o negro pode ser mulher, negra. Com tantas diferenças, embora com similitudes, esses grupos não são homogêneos. Essas disparidades podem ser vistas em suas historicidades, nas ações dos seus atores políticos, na organicidade da luta e da resistência, na participação e na forma de atuar, em outras palavras, no percurso formador do processo de cultura política. Cada um deles

desempenha um papel fundamental, que pode contribuir para a emancipação humana, tanto em questões individuais e, essencialmente, em questões coletivas.

Outro contexto que merece destaque é a questão da origem desses movimentos. O MST, o MF e o MN, no Brasil, se originaram tendo como pano de fundo a ditadura militar de 1964. Marcados por essa conjuntura, os movimentos se constituíram à custa de muita insistência e resistência por parte de seus atores políticos. O enfrentamento aos desafios postos pelo contexto militar trouxe experiência e confiança aos movimentos para permanecerem na luta. Com isso, pode-se entender o comportamento revolucionário adotado pelos movimentos diante às questões estruturais que sustentam o país, como saúde, educação e segurança. Na esteira desse pensamento, não podemos esquecer que os discursos políticos usados pelos Movimentos Sociais estão sendo apropriados pelo neoliberalismo, na atualidade, com propósitos manipulativos e distorcidos, além de serem aplicados no sistema produtivo.

Ao investigarmos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra percebe-se a preocupação e o engajamento em formar politicamente os Sem Terra por meio de cursos de formação com material elaborado pelo próprio movimento, por meio da Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes, localizada em São Paulo, da aplicação da mística, que, em Bogo (2010), diz a respeito do seu papel:

A mística empurra quem procura. Não deixa desanimar. Mesmo na exaustão de procurar ela incentiva a tentar mais uma vez. Até na hora que estamos desistindo, aparece e como a flor se abrindo, nos traz um sentimento de honradez. Com sua energia plena, nos diz que tudo vale a pena [...]. (BOGO, 2010, n.p.).

Nesse pensamento, pode-se encontrar a coletividade, a vontade de permanecer na luta traçada pela força humana de não desistir, de querer proteger a natureza realizando a produção agroecológica, mostrando ao agronegócio que existe outra ideologia na produção, além do acúmulo de riquezas e destruição da natureza.

Na trajetória da internacionalização, conforme Rubbo (2016), o MST expõe possibilidades de ser solidário ao se articular com outros países, por exemplo, com a Nicarágua, momento em que arrecadou ferramentas agrícolas para a população, enviou mão-de-obra para contribuir na colheita do café, em meio ao contexto sandinista. Ainda, segundo o autor, esse processo de solidariedade se desenvolveu em função da existência do neoliberalismo, do desenvolvimento desigual do capitalismo. Essa aliança pode ser vista também com a Via Campesina e outros espaços sociais, como o Fórum Social Mundial. Contudo, pode-se constatar a vontade e o desejo do MST de ajudar, aprender e ensinar junto aos demais.

Em Bogo (2010), o Sem Terra é caracterizado pelas atitudes. Ser um Sem Terra está conectado diretamente com fazer parte do coletivo. Para o autor, as atitudes podem transformar a sociedade. Discursos, notas de repúdio, abaixo assinados, por si só não provocam a transformação da sociedade. Sem dúvida possuem seus méritos, pois são mecanismos de resistência, mas não são suficientes e efetivos no combate ao capital. É preciso desembodecer civilmente, como afirma Thoreau (1997) e Demo (2019e) para que de fato aconteça a transformação da sociedade.

No estudo sobre o Movimento Feminista podemos entender que a luta por direitos iguais e contra a consolidação do patriarcado tem efeitos diferentes para os variados grupos de mulheres. Quando o sufrágio aconteceu, apenas as mulheres brancas de classe média concretamente foram privilegiadas. Em Crenshaw (2019), esse processo é chamado de interação entre classe e gênero. Esse fator pode ser observado em muitas outras ações do MF, que ainda não encontrou uma maneira de atingir a maioria das mulheres, e os estudos apontam que essa descoberta não é um caminho fácil de percorrer. Essa tão sonhada emancipação feminista, por enquanto, ainda tem cor e classe, a mulher branca de classe média. Embora esse quadro venha sofrendo alterações, para a mulher negra, em sua maioria, o que resta ainda é lutar pela sobrevivência.

Nessa perspectiva, hooks (2019) sublinha que o feminismo é para todo mundo, e defende essa postura de forma contundente. Concordo com hooks nessa afirmação, mas ousar acrescentar que ele é principalmente, essencialmente, para os homens, destarte a violência mais letal, o crime de feminicídio da maioria das mulheres, seja executado por ele, tendo como elemento motivador o fato da vítima simplesmente ser mulher. Na sociedade patriarcal, o homem acredita ser proprietário da mulher.

De nossa parte, é notório que há um contexto por trás de todo esse comportamento machista apresentado pelos homens, o qual, nós mulheres, conhecemos, às vezes, sem entender exatamente o que significa o machismo arraigado na sociedade e que vai passando de geração em geração, por isso Adchie (2017) alerta sobre a importância de educar crianças feministas. Talvez, um dos caminhos mais eficazes para diluir e/ou amenizar o patriarcado seja esse apontado pela autora.

Nessa perspectiva, Solnit (2017) argumenta que enquanto os homens explicarem tudo para nós, enquanto os homens não nos atribuir o substantivo credibilidade, a mulher não existirá para a sociedade como ser humano autônomo com capacidade de lutar para chegar à sua própria independência, portanto, não se trata de histeria, tem a ver com existir. Esse processo de descredibilidade se estende a outros grupos. Assim como não acreditam nas

mulheres, as pessoas são homofóbicas sociais, também não acreditam em gay, diante a essa situação, a homofobia é a grande unanimidade da teoria conspiratória.

Então, pode-se concordar com Faludi (2001), quando explica que a sociedade precisa em definitivo abandonar a prática de barrar a mulher ao destruir e desvalorizar suas conquistas, sua emancipação, fenômeno denominado pela autora de *Backlash*. Pode-se acrescentar que o fenômeno da desinformação acaba resvalando nas *fake news*. O toque feminino para a política foi barrado, por exemplo, com a retirada de Dilma Rousseff do poder, novamente a pele patriarcal que recobre as mulheres na política, eliminando-as do espaço monopolizado por homens.

Na pesquisa acerca do Movimento Negro o genocídio surge como o traço mais marcante. Ser produto exposto à venda, ser silenciado sem direitos humanos, ser excluído da sociedade, desde sua origem, deixou sequelas que, às vezes, parecem irreversíveis. No entanto, a resistência apresentada pelo homem negro e pela mulher negra, dia a dia, tenta transgredir essas barreiras. Daí, a necessidade de alternar entre a denúncia e a ação de cobrança frente ao Estado.

Fanon (1965) relata que:

A paixão posta pelos autores árabes contemporâneos em recordar ao seu povo as grandes páginas da história árabe, é uma resposta às mentiras do ocupante. Os grandes nomes da literatura árabe foram enumerados e o passado da civilização árabe foi enaltecido com o mesmo entusiasmo, o mesmo ardor das civilizações africanas [...]. (FANON, 1965, p. 113).

O caminho apontado pelo autor para combater o lado único da história relacionada ao povo árabe, cercada de mentiras, vai ao encontro das atitudes políticas do MN, que em sua trajetória tenta narrar a própria história através do registro por via da literatura, seja ela revista, livro, sites, expressão corporal, arte e cultura articulada à mobilização, à resistência, à denúncias e cobranças ao Estado.

Para tanto, a autora Lélia Gonzalez (1982) salienta que Lélia Gonzalez, desde 1976, já tinha a preocupação em resgatar a cultura negra por meio de cursos, para que o homem negro e a mulher negra pudessem ser pessoas críticas e defensoras de sua ancestralidade. Dito isso, entende-se que a história precisa ser contada por outro ângulo que não seja o ângulo do homem branco, rico e poderoso.

O genocídio do povo negro permanece. O assassinato de João Pedro, em 18 de maio 2020, durante uma operação da polícia federal e militar, na comunidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro, ratifica essa afirmação. O menino negro, de 14 anos, estava apenas brincando dentro de casa, se protegendo da pandemia da COVID-19. No entanto, a polícia invade a casa

sem maiores explicações e fere João Pedro com tiro de fuzil, sequestra o corpo da criança, leva para o hospital, porém, não comunica a família, que só tem notícias depois de 17 horas de desespero. Essas ações letais da polícia mostram que a história se repete, assim como ela é narrada em Gonzalez (1982), ao dizer que a polícia frequenta esses espaços para oprimir, não para proteger – como faz nos condomínios luxuosos da Barra da Tijuca.

Os grandes ganhos do MN passam pela criação de leis, de políticas públicas, de ações afirmativas que procuram garantir os direitos do povo negro. Entre elas, pode-se destacar a Lei de Cotas que contribuiu sobremaneira para o ingresso de homens negros e mulheres negras à universidade, ao ponto de que, em 2018, tenha sido ultrapassada a quantidade de brancos, chegando ao percentual de 50,3%, fato inédito e abordado por Gomes (2018a), por entender que essa conquista está vinculada diretamente à ação do MN. Carneiro (2011) destaca a importância de comemorar conquistas como essa. No Brasil de 20 anos atrás, a presença do povo negro em uma universidade era algo raro. A Lei n. 10.639/2003, que tem em seu texto a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas, também é vista como uma grande conquista, apesar de ainda não se materializar em grandes escolas.

Sobretudo, deve-se compreender que emancipação, democracia, consciência cidadã e participação não podem depender da direita ou da esquerda. Os Movimentos Sociais, apesar de em alguns momentos, terem permitido ser cooptados pelo Estado, até mesmo subordinados, sabem disso. Pois não são, necessariamente, orientados pela esquerda, como é dito de forma constante pela mídia. O caso do Movimento Brasil Livre (MBL), o caso das Think Tanks liberais são exemplos que comprovam essa afirmação. Os Movimentos Sociais são frentes de luta, possuem capacidade de luta, sabem que a luta é ininterrupta, além da coragem orgânica que os levam a enfrentar o capitalismo em função das ações políticas que realizam. Portanto, fica evidente que o preço da liberdade é a eterna vigilância.

Hannah Arendt (2002), em *Origens do totalitarismo*, diz que vivemos tempos sombrios em que as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança. Qualquer semelhança com a atualidade não é mera coincidência, mas sim fruto de um projeto neoliberal que aplica sem piedade a política do Estado mínimo conjuntamente com a manutenção do *status quo*.

O pensamento de Arendt encontra-se atual. O que presenciamos é o exercício da caquístocracia<sup>30</sup>, no qual a elite não só permanece com seu capital, como também acumula.

---

<sup>30</sup> O termo caquístocracia significa governo exercido pelos piores indivíduos de uma sociedade.

Nessa direção, Manacorda (2007) aponta a visão marxista: quanto mais o trabalhador produz, mais ele empobrece, quanto menos se educa, menos incomoda. Enquanto isso, para o pobre, nas condições de mulher e negra então, a situação se torna mais complexa, pois continua a sofrer o processo de permeabilidade das políticas públicas que a desfavorecem, dificultando cada vez mais sua existência por meio da violência física e moral sofrida dentro e fora de casa, do assédio sexual no trabalho, na rua.

Segundo Frigotto (2017), com a elaboração do Projeto de Lei Escola sem Partido – PL nº 7.180/2014, que possui sentido ideológico, político, autoritário; que criminaliza as concepções de conhecimento histórico e de formação humana; adota posicionamentos de intolerância e ódio aos Movimentos Sociais, além de liquidar a função docente, ao reduzir seu trabalho a ensinar o que consta em manuais/apostilas, fazendo com que a vida das minorias políticas sejam mais difíceis. Supostamente, há um retrocesso ao passado, para uma educação baseada no tecnicismo, na repetição, no treinamento, a fim de atender e satisfazer aos desejos do mercado. Ademais, em consonância com Frigotto (2017), Manacorda (2007, p. 44) elucida que: “O ensino tecnológico não absorve nem substitui a formação intelectual [...]”.

Em Fanon (1965) é importante que o povo compreenda o que está em jogo e, para tal, é necessário cultura política. É preciso ter a consciência política que o governo e os partidos estão a nosso serviço e que ninguém é dono da verdade. A busca pela verdade nas conjunturas locais é assunto coletivo. O único meio é politizar o povo para que possa sair da imbecilização coletiva e ter acesso ao que de fato está acontecendo.

O MST, desde sua fundação, extrapola a luta pela terra e alcança a luta política por meio da formação, de uma educação, segundo Caldart (2001), que tem o movimento como princípio educativo, pautada na criticidade para resistir e atingir a emancipação humana. O MF pauta a luta por direitos iguais aos dos homens, numa busca incansável por legitimidade no processo social contra o patriarcado, procurando provar que não é histeria, e o MN busca reconhecimento e igualdade, desde sua existência, atuando como protagonista e valorizando sua história. Os três movimentos se constituem via ações formativas políticas na busca pela inclusão social.

Fanon (1965, p. 172) pede: “Pela Europa, por nós próprios e pela humanidade, camaradas, é necessário mudar de pele, desenvolver um pensamento novo, tratar de formar um homem novo [...]”. Pode-se transportar a fala do autor para pedir pelas minorias políticas: pelo oprimido, pelo Sem Terra, pela mulher, pelo povo negro, é preciso lançar um olhar político, assim, desenvolver empatia para com essas pessoas.

Diante disso, emerge daí a lógica da mobilização política em rede para combater o preconceito, o monopólio da terra, o fascismo, o sexismo, o racismo. Para tanto, a força dos Movimentos Sociais encontra-se na coletividade vinculada à interseccionalidade. Naturalmente, não há como prever o que vai acontecer com os Movimentos Sociais nos próximos anos. As contingências da história podem surpreender qualquer previsão científica, mas tudo indica que o futuro não é promissor, o que não elimina a vontade de ir à luta, independentemente do adversário em questão, destarte, a concretude para a militância se dá através da elaboração e execução das políticas públicas que são conquistadas por meio da mobilização.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para fechar esta dissertação, retorna-se a sua abertura, ao título, “A cultura política crítica como possibilidade de emancipação humana – notas sobre os Movimentos Sociais”, para destacar a importância da formação humana no sentido da *Bildung*, presente nas ações políticas dos Movimentos Sociais. Portanto, fala-se da viabilidade da aquisição da cultura política.

O passado das minorias políticas: pobre, Sem Terra, negro e mulher, assim como o presente, caracteriza-se por lutas permanentes marcadas pela dor e resistência. Retomando o objetivo da pesquisa, que é o de analisar o processo de formação da cultura política dos Movimentos Sociais: MST, MF e MN e seus impactos na sociedade, estreitando a discussão para a questão da qualidade política *versus* pobreza política e sua base estrutural, no que diz respeito aos influxos da formação política na vida em sociedade, e também à educação, sabe-se que há movimentação combativa por parte dos mesmos e que esse combate é pautado via a aquisição da cultura política crítica.

Contudo, a investigação comprova que o povo se apresenta pobre politicamente, distante de receber uma educação que preze a qualidade política. Pode-se constatar a materialização dessa colocação com a vitória na eleição presidencial de 2018, cujo resultado reflete essa pobreza política. Para complicar a situação, foi criado o Projeto de Lei Escola sem Partido – PL n. 7.180/2014 – comumente conhecido como Escola da Mordança, alicerçado por uma neutralidade que não se configura no projeto, só no nome – chega para reforçar a ideia de uma educação não reflexiva que priva a liberdade de expressão e censura o trabalho do professor, seguindo um caminho oposto ao expresso pelas pesquisas científicas.

Durante nosso período de existência nos ensinaram, inclusive nas escolas, que oprimidos são culpados, que latifundiários são donos da terra, que mulheres são inferiores aos homens e que negros são perigosos. O desmonte desses paradigmas se faz necessário, pois é preciso ser dito que esses adjetivos não caracterizam essas minorias políticas, e que se trata de uma construção social inventada para excluir. Cabe a cada um e cada uma de nós romper com essa educação colonial, priorizar o coletivo e fortalecer a diversidade para que possamos, de fato, construir uma sociedade mais humana, mais igualitária, que possa atender aos anseios das minorias políticas que necessitam da aplicação de políticas públicas que minimizem esse abismo construído pelo homem, branco, rico, poderoso.

A cultura política dos Movimentos Sociais, em seu caráter educativo, nos ensina a transgredir, nos apoia e nos sustenta a agir, nos mostra que outro mundo é possível, que só o movimento pode incluir as minorias políticas, portanto, entende-se que são movimentos relevantes e imprescindíveis para a construção e manutenção da democracia, da cidadania e do igualitarismo em prol do coletivo, com foco ao combate do desmonte da soberania e da dignidade humana. Embora caiba salientar que nem todo Movimento Social tem em sua base a cultura política crítica, e como efeito a transformação da sociedade. Também, que existe uma falta de perspectiva de projeto civilizatório por parte dos movimentos, apesar de tantos avanços sociais.

Este Ensaio, guardadas as devidas proporções, presta um tributo ao processo de formação da cultura política dos Movimentos Sociais, que pode ser usado como categoria educativa e explicativa para a sociedade ao se constituir como estratégia importante de resistência dentro de uma dimensão ética sem banalizar o termo, na procura em fazer diferente para incomodar o que está posto, confrontando com aquilo que o mundo é, independentemente de como está, praticando a pedagogia negativa; é duvidar com olhar crítico a nós mesmos também. Implica fazer falas que ninguém quer ouvir, significa colocar-se em risco para que seja feito diferente.

Embora caiba ressaltar que nos contextos dos fascistas já existem resistências, eles já se apropriaram inclusive de nossas falas, ações, ideias, a saber, ocupar as ruas para defender o clã Bolsonaro frente as declarações: “o COVID-19 é uma gripezinha, a cloroquina deve ser utilizada por pacientes com a doença (o medicamento não tem comprovação científica e o presidente da República não é formado em medicina), ao pouco caso do alto índice de morte dos brasileiros”, a hostilização da democracia ao participar de manifestações a favor da intervenção militar, o deboche ao povo negro quando em suas lives tomam leite para representar a supremacia branca, fazendo apologia ao nazismo, quilombola é preguiçoso, mulher tem que apanhar mesmo, entre tantos outros absurdos.

Finalizar essa dissertação enquanto o mundo se conflagra, mais uma vez, é sentir, em alguns instantes, a volta de processos semelhantes aos que ocorreram no século XVI; a escravidão, embora permaneça até os dias atuais de forma velada; e, em 1964, a ditadura militar no Brasil, como um exercício constante de sensação do modo ilusório da memória. A ascensão de grupos e discursos da extrema-direita, que defendem o genocídio do negro, pedem o retorno da ditadura militar, mas também, de apelo popular, me fazem, diariamente, sentir asco, como se o passado se fizesse presente.

No processo de revisão desta dissertação ocorreu, simultaneamente, a pandemia da doença COVID-19 causada pelo corona vírus que se espalhou pelo mundo, levando à morte milhares de centenas de pessoas; e, o assassinato do negro George Floyd, em 25 de maio de 2020, por um policial branco, nos Estados Unidos da América. A primeira, afetou diretamente a ação política dos Movimentos Sociais, que passaram a ver as dimensões étnicas como pobreza, negritude e feminismo atingidas, impossibilitados de irem às ruas fazer o que fazem de melhor, mobilizar para mudar e lutar por humanidade, devido ao isolamento social recomendado pela ciência, como forma de proteção a vida do outro e de si. Enquanto isso, pessoas morrem, mas essas pessoas, em sua maioria, têm endereço, cor e classe, comprovando que a desigualdade social e a crueldade caminham juntas. E não estamos falando do homem branco. A segunda, contrariando a orientação da ciência, aconteceu um evento inesperado, após o assassinato, foi a resposta dos Movimentos Sociais, saíram às ruas para gritar um basta à opressão e ao genocídio de pessoas negras. Em alguns momentos as manifestações foram pacíficas, mas em outros, saquearam lojas, tocaram fogo em automóveis e delegacias, cercaram a Casa Branca, mandando o Presidente Donald Trump se esconder em um *bunker* subterrâneo abaixo da Casa, espaço ocupado em casos extremos. E não venham confundir a reação do oprimido com a violência do opressor.

Quando Thoreau defende a desobediência civil, é porque sabia de sua força, de como o povo na rua, unido, pode enfrentar o capital, combater a desigualdade e, assim, transformar a sociedade. Espera-se que a história seja registrada com a realização de marchas de todos os tipos: dos Sem Terra, dos homossexuais, das mulheres, dos negros, dos petroleiros, das empregadas domésticas, dos pobres. Dessa forma, no coletivo, na mobilização social, a cultura política se constrói, se efetiva, se consolida e contribui para a emancipação humana, nos afirmando como gente, como sociedade em prol da democratização e contra uma vontade reacionária histórica implantada no mundo. A responsabilidade da mudança está em nossas mãos. É tempo de lutar! E quando não foi? O desafio é não parar.

Como contribuição para combater as desigualdades constatadas na investigação, foi elaborado o produto técnico “Cultura política: outra leitura é possível”. A proposta do curso de formação para professores da rede pública de ensino do DF foi apresentada a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, com pré-aprovação, porém, em virtude da pandemia, tudo encontra-se indefinido, incerto, sem sabermos o que nos aguarda.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.
- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma *In: ADORNO, Theodor W. Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003a.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de sítio).
- AGUILERA PORTALES, Rafael Enrique; SÁNCHEZ GARCÍA, Francisco Ramiro. Cultura política, sociedad civil y gobernabilidad democrática. *Letras jurídicas*, n. 10, p. 1-18, primavera 2010.
- ALBA FERNÁNDEZ, Nicolás de; GARCÍA PÉREZ, Francisco; SANTISTEBAN FERNÁNDEZ, Antoni. *Educación para la participación ciudadana en la enseñanzadelas Ciencias Sociales*. Espanha: Díada, 2012. v. 2.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Débora Rezende de. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras ente Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131- 154, 2014.
- AMNSTÍA INTERNACIONAL. *Informe anual 2019: los derechos humanos en las Américas: retrospectivas 2019*. London: Amnsta Internacional, 2019.
- AMORIM, Érika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Mulheres e violências: quando a sociabilidade favorece o silenciamento. *In: AMORIM, Érika Oliveira; FILHO, Jairo Barduni (org.). Mulheres, crianças e negritudes*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2019. p. 16-50.
- AMOROSI, Lucia. Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 56, e195611, 2019.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Cibele de Guadalupe Sousa; REIS, Dennys. Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador. *In: MELO, Paula Balduino de; COELHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Dienne Ellen Tavares. Descolonizar o feminismo*. Brasília: Editora IFB, 2019. p. 204-219.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SILVA, Fernanda Lima da; QUIRINO, Tatiane Martins; NASCIMENTO, Mariana Marçal do; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Feminismos negros: mães de corpos marginais. In: MELO, Paula Balduino de; COÊLHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Duenne Ellen Tavares. *Descolonizar o feminismo*. Brasília: Editora IFB, 2019. p. 110-139.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARROYO, Miguel *et al.* *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BÁRBARA, Isabel Scrivano Martins Santa; CUNHA, Fabiana Lopes; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 105-120, 2017.

BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA Carlos. Apresentação. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). *Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 11-16.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 1 v.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETTO, Frei. Escola sem partido? *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/escola-sem-partido-19706491>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, p. 75-84, 2018.

BOBBIO, Norberto, NICOLA Matteucci; PASQUINO, Gianfranco. Cidadania. In: DICIONÁRIO de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mo/resource/viw.php?id=2265927>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.*; Tradução de João Ferreira (coord.); João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais (rev.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 674 p. 1 v. 1.

BOGO, Ademar. A mística: parte da vida e da luta. Mística, suas formas diversas, seus significados e sua relação com a organização social e a militância. *DPH: Diálogos, propostas, histórias para uma Ciudadanía Mundial*. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>. Acesso em: 21 maio 2020.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das letras, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim. CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo. 2016, p. 23-30.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Revisão de Pedro Benjamim Garcia, Ana Maria Baeta. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1992.

BRAH, Avtar. Feminismo, raça e imaginação diaspórica de Stuart Hall. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Larissa Latif. Coimbra: FCT, 2019. p. 41-52.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei da câmara dos deputados nº 5.069. [Portal] *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei da câmara dos deputados nº 7.180/2014. [Portal] *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei da câmara nº 101, de 2015. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. [Portal] *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=182344&tp=1>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). In: VADE Mecum Saraiva. 22. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Lei 10.469 2002 (Lei ordinária) de 25 de junho de 2002. Institui o dia nacional de luta pela reforma agrária. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF., 26 jun. 2002. Disponível em: [legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.469-2002?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.469-2002?OpenDocument). Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Lei complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF., 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 mar 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm). Acesso em: 29 nov. 2018.

- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 30 jul. 2019.
- CÁCERES, Jesús Galdino. El fuego y la espalda: movimientos sociales y cultura política. *Estudios sobre las culturas contemporâneas*, Colima, Mexico, v. 5, n. 15, p. 11-34. 1994.
- CADERNOS NEGROS. **Poesias**. São Paulo: Teixeira, 1978. 1 v.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- CALDART, Roseli Salete. Movimento Sem Terra: lições de pedagogia. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2003.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. *Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher: uma vida livre de violência é direito de todas as mulheres*. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, [201-?].
- CAPITANI, Riquiele. ENFF inaugura Casa de Artes Frida Kahlo: Espaço agroecológico foi todo construído com o trabalho coletivo de militantes Sem Terra. *Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra [Site]*, [S.l.], 23 jan. 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 31 de mar. 2019.
- CARABALLO ROMÁN, Rosário. *Formación para el empleo y educación popular: el caso de la escuela Taller Parque Mira Flores de Sevilla*. (Tesis doctoral) – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2015.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Vulva Revolução*, 20 nov. 2014. Disponível em: <https://vulvarevolucao.com/2014/11/20/enegrecer-o-feminismo-asituacao-damulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>. Acesso em: 31 maio 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CÁSSIO, Fernando. Apresentação: desbarbarizar a educação. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CASTAÑO GAVIRIA, Ricardo. Movimientos sociales y pedagogías de la resistencia. Reflexiones antropológico pedagógicas. In: Otros movimientos sociales. Política y derecho a la educación. *Revista Altre Modernità*, Università degli Studi di Milano, abr. 2016.
- CATELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento a política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). *A sociedade em rede: do conhecimento a ação política*. Belém: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 2005. p. 17-30.
- CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim. CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo. 2016. p. 15-22.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patrícia Hill. Traços distintivos do pensamento feminista negro. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Larissa Latif & Geanine Escobar. Coimbra: FCT, 2019b. p. 91-132.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez. 2001.

CONNELL, Raewyn. Políticas de masculinidade. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Larissa Latif & António Pernas. Coimbra: FCT, 2019. p. 183-214.

CORDEIRO, Gerogina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarreje. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista Kimberlé Crenshaw. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Larissa Latif. Coimbra: FCT, 2019. p. 53-94.

CUNHA, Meire Cristina. *Formação política e as tecnologias: um estudo sobre as possibilidades deste diálogo*. Brasília: Ed. Paralelo, 15. 2017.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de; COELHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Duenne Ellen Tavares. *Descolonizar o feminismo*. Brasília: Editora IFB, 2019. p. 32-51.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMO, Pedro. A assim dista dimensão política da pobreza. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2019c. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMO, Pedro. Conhecimento científico: crítico autocrítico. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2019e. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. 2019e. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMO, Pedro. Desobediência civil. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2019d. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. 2019d. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMO, Pedro. Efeito de poder. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2019b. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMO, Pedro. Pobreza política e emancipação. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2018. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMO, Pedro. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2006.

DEMO, Pedro. Sobre arte política. *Blog do Prof. Pedro Demo*, Brasília, 2019a. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. Acesso em: 1 jul. 2019.

DEMOCRACIA. In: DICIONÁRIO de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mo/resource/viw.php?id=2265927>. Acesso em 11 jul. 2019.

DES SANS-TERRE MOUVEMENT. A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira: Proposta de um projeto de reforma agrária popular (parte 2). *DPH: Diálogos, propostas, histórias para una Ciudadanía Mundial*, [S.l.], mar. 2010a. Disponível em: <HTTP://BASE.D-P-H.INFO/PT/FICHES/DPH/FICHE-DPH-8239.HTML>. Acesso em: 21 maio 2020.

DES SANS-TERRE MOUVEMENT. O setor de gênero no MST. *DPH: Diálogos, propostas, histórias para una Ciudadanía Mundial*, [S.l.], mar. 2010b. Disponível em: <HTTP://BASE.D-P-H.INFO/PT/FICHES/DPH/FICHE-DPH-8239.HTML>. Acesso em: 21 maio 2020.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? –A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, J. (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: MEC/Secad, 2005. p. 49-62.

DÍAZ DE RADA, Ángel; CRUCES VILLALOBOS, Francisco. La cultura política, ¿es parte de la política cultural, o es parte de la política, o es parte de la cultura? *Política y sociedad*, Madrid, n. 18, p. 165-184, 1995.

DIEGO ROMERO, Javier de. El concepto de “cultura política” em ciência política y sus implicaciones para la historia. *Ayer*, Madrid, n. 61, p. 233-266, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

ENGELMANN, Solange; FERREIRA, Janelson. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. *MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* [site], [S.l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 49-62.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d' água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EXAME. IBGE: população negra é principal vítima de homicídio no Brasil: entre 2012 e 2017, foram registradas 255 mil mortes de negros por assassinato; em proporção, negros têm 2,7 mais chances de ser vítima do que brancos. Por Da Redação, com agências. *Exame*, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>. Acesso em: 02 mar. de 2020.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.

FANON, Frantz. *Pele Negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira; Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEFFERMANN, Marisa. Genocídio da juventude negra: desconstruindo mitos. *In*: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana; NKOSI, Deivison Faustino; OLIVEIRA, Dennis de; CALADO, Maria Glória; BATISTA, Luis Eduardo; CHEREGATTO, Raiani. (org.). *Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 109-140.

FÓRUM PERMANENTE PELA IGUALDADE RACIAL (FOPIR). O genocídio da juventude negra no Brasil: Documento do FOPIR com base no Relatório da CPI do Senado brasileiro sobre o Assassinato de Jovens. [Portal] FOPIR: Fórum Permanente pela Igualdade Racial. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Documento-FOPIR-sobre-o-Genocidio.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Mariele. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 117-126.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 18, n. 4 [78], p. 906-926, out./dez. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São. Paulo: Ed. Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). *Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 1-10.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: Complemento e índices*. Tradução de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GARCIA PÉREZ, Francisco; ALBA FERNÁNDEZ, Nicolás de. Educar en la participación como eje de una educación ciudadana. reflexiones y experiencias. *Didáctica Geográfica*, Madrid, n. 9, p. 243-258, 2007.

GÓES, Weber Lopes. Racismo e violência em face da eugenia contemporânea. *In*: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana; NKOSI, Deivison Faustino; OLIVEIRA,

Dennis de; CALADO, Maria Glória; BATISTA, Luis Eduardo e CHEREGATTO, Raiani. (org.). *Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 171-198.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018b.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. 3. ed. ver. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra*. *EDUR: Educação em Revista*, v. 34, e197406, 2018.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 maio 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, São Paulo, 1984, p. 223-244. Disponível em:

[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod\\_resource/content/1/RACISMO%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf). Acesso em: 9 maio. 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: marco zero, 1982.

GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Abordagens conservadoras e autoritárias da política e da cultura. Implicações para a educação. Uma perspectiva da Europa. 2019 – Palestra na UnB.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Dilma: símbolo para a participação política feminina. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 177-186.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. *Metodología de la investigación*. 6. ed. Bogotá, México DF: McGraw-Hill, 2014.

HOBBSAWM, Erik J. *Mundo do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Beldran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Erik J. *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch; Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017.

- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019a.
- HOOKS, Bell. O foco feminista nos homens: um comentário. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Fernanda de Castro. Coimbra: FCT, 2019c. p. 173-182.
- HOOKS, Bell. Politização feminista: um comentário. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Tradução de Fernanda de Castro. Coimbra: FCT, 2019b. p. 135-144.
- JINKINGS, Ivana. O golpe que tem a vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo. 2016, p. 15-22.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.
- KINCHELOE, Joe L. Describing the Bricolage: conceptualizing a new rigor in qualitative research. *Qualitative Inquiry*, California, v. 7, n. 6, p. 679-692, 2001.
- KINCHELOE, Joe L. Introduction: the power of the Bricolage: expanding research methods. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. *Rigour and complexity in educational research: conceptualizing the bricolage*. London: Open University Press, 2004.
- KINCHELOE, Joe L. Para além do reducionismo: diferença, criticalidade e multilogicidade na bricolage e no pós-formalismo. In: PARASKEVA, João (org.). *Currículo e multiculturalismo*. Tradução de Helena Raposo e Manuel Alberto Vieira. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2006. p. 63-93.
- KINCHELOE, Joe L. Redefinindo e interpretando o objeto de estudo. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathlenn S. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 101-122.
- KINCHELOE, Joe L.; BERRY, K. S. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 281-314.
- KLAUS, Viviane; CAMPESATO, Maria Alice Gouvêa. Economia, política e educação: a aula como um espaço menor de abertura ao mundo. *ETD: Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 21 n. 3 p. 607-625, jul./set. 2019.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.
- LEITÃO, Cláudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 51-64.
- LOWY, Michael. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo. 2016, p. 61-68.

- LUCENA, Carlos; BERNARDES, Elizabeth Lannes; LUCENA, Lurdes; FRANÇA, Robson Luiz de. Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador: a escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). *Escola sem partido ou a escola da mordação e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 227-244.
- LUZ, Gustavo Leite Neves da; CAETANO, Isabelle de Freitas. O problema na conceituação do terrorismo e uma breve análise da lei nº 13.260. In: CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL UNISC/URCA: PROMOVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS, CONCRETIZANDO DEMANDAS SOCIAIS, 1., 2017, Santa Catarina. *Anais [...]*, Santa Catarina, 2017.
- MACHADO, Ilma Ferreira; VENDRAMINI, Célia Regina (org.). *Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro*. São Paulo: Ed Expressão, 2011.
- MAGALHÃES, José Hugo. Vygotsky e Moscovici sobre a constituição do sujeito. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, n. 8, v. 2, p. 241-251, jul./dez. 2014.
- MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Tradução Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- MANUAL de defesa contra a censura nas escolas. [S.l: s. n., 201?]. Disponível em: [www.manualcontraacensura.org.br](http://www.manualcontraacensura.org.br). Acesso em: 11 fev. de 2019.
- MARIANA, Fernando Bonfim. Educação popular, cultura política e terrorismo de Estado. In: PITTA, Fábio Teixeira; MARIANA, Fernando Bonfim; BRUNO, Lúcia Emília N. B.; SILVA, Rodrigo Rosa da (org.). *Terrorismo de Estado, direitos humanos e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Entremares, 2017. p. 33-62.
- MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos pagu*, São Paulo, n. 56, e195612, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MASCARENHAS, A. C. B. Educação para além da escola. In: PESSOA, J. M. (org.). *Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. A inscrição no mundo: apontamentos sobre história da leitura, hermenêutica e estética da recepção. *Praxis: Revista eletrônica de história e cultura*, Salvador, p. 16-27, 2011. Disponível em: [http://revistas.unijorge.edu.br/praxis/2011/pdf/16\\_aInscricaoNoMundo.pdf](http://revistas.unijorge.edu.br/praxis/2011/pdf/16_aInscricaoNoMundo.pdf). Acesso em: 20 ago. 2019.
- MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; CASTAÑO GAVIRIA, Ricardo; SOUZA, Elizeu Clementino. Pedagogía de la resistencia: la negación como pieza de (de)formación. *Praxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 94-111, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2018-220209>. Acesso em: 5 ago. 2019.
- MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; SOUZA, R. M. *Antes de Auschwitz: ensaio sobre autobiografia e formação em Elias Canetti*. 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

- MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para novo milênio*. Tradução de Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MELO, Paula Balduino de; COELHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Dienne Ellen Tavares. *Descolonizar o feminismo*. Brasília: Editora IFB, 2019.
- MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 65-74.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOLINA, M. C. A constitucionalidade e justicibilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). *Educação do campo: Campo, políticas públicas, educação*. Brasília, DF: INCRA, MDA, 2008. p. 19-31.
- MOLINA, M. C. *A contribuição do Pronera na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável*. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- MORFIN, L. Educación y cultura política. In: ALONSO, J. *Cultura política y educación cívica*. México: Universidade Autónoma do México, 1994.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Apresenta informações sobre o MST. [Portal] MST, São Paulo, [2020]. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 30 out. 2018.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Formação*, São Paulo, n. 1, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Formação*, São Paulo, n. 14, 1987.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazer a escola que queremos. *Caderno da Educação*, São Paulo, n. 1, 1992.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Conflito em Ariadnópolis recebe audiência no Cejus Social. [Portal] MST, São Paulo, [2018?a]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 8 de nov. 2018.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Dossiê MST Escola, Documentos e estudos. *Caderno de Educação*, São Paulo, n. 13.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Hoje: a reforma agrária popular. [Portal]MST, São Paulo, [2020?]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Liderança do MST fala sobre os próximos passos da esquerda após vitória de Jair Bolsonaro. [Portal] MST, São Paulo, [2018?b]. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 30 out. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação*, São Paulo, n. 8, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Sem Terra são despejados de acampamento no Ceará, [Portal] MST, São Paulo, [2019?a]. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 8 mar. 2019. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). [Portal] MST, São Paulo, [2019?b]. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 8 mar. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, abr. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 maio 2020.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão: o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. *Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 19, n. 34, p. 22-38, jul./dez. 2010.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 22 fev. de 2019.

NITAHARA, Akemi. Pela primeira vez negros são maioria no ensino superior. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>. Acesso em: 4 dez. 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU. Apresenta informações sobre o PAGU. [Portal] Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, São Paulo, [2020]. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>. Acesso em 18 mar. 2020.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. As mulheres, os direitos humanos e a democracia. *Textos do Brasil: Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, maio/ago. 1998. (Ano II, n. 6).

PAIVA, Angela Randolpho. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. 2018.

PEREIRA, Vilmar Alves; ROSA Graziela Rinaldi da. A atualidade da categoria diálogo em Freire em tempos de “escola sem partido”. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.*, Porto Alegre, Edição especial XIX, Fórum de Estudos, Leituras de Paulo Freire, p. 91-111, jun. 2017.

PERET, Eduardo. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. Agência de notícia. *Estatísticas Sociais*, 28, março, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Os semeadores da discórdia: a questão agrária na encruzilhada. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim. CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos golpe?.* São Paulo: Boitempo. 2016. p. 99-106.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora NÓS, 2017.

PIETRAFESA, José Paulo. Protagonismo camponês e a reforma agrária no Brasil: processo educativo e desafios aos movimentos sociais. *In: ALVES, Wanderson Ferreira; MACHADO, Maria Margarida (org.). Trabalho e saber: questões e proposições na interface entre formação e trabalho.* Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2016. p. 113-152.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

PINTO, Célia Regina Jardim. Dilma: uma mulher política. *In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). O golpe na perspectiva de gênero.* Salvador: Edufba, 2018. p. 23-32.

RAMPAZO, Adriana Vinholi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Bricolage: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social. *In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (EnEPQ), 2. 2009, Curitiba. Anais do EnEPQ 2009, Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. p. 1-12.*

REIS, Vilma. Mulheres negras: enfretamento da violência e racismo institucionais. *In: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana; NKOSI, Deivison Faustino; OLIVEIRA, Dennis de; CALADO, Maria Glória; BATISTA, Luis Eduardo; CHEREGATTO, Raiani. (org.). Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe.* São Paulo: Instituto de Saúde, p. 361-392, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Que coisa é a política?* [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2950254>. Acesso em: maio 2018.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologia*. 4. ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.

RIOS, Flavia. Gênero e raça no Brasil (1978-2018): movimentos sociais, sociedade civil e Estado. *In: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana; NKOSI, Deivison Faustino; OLIVEIRA, Dennis de; CALADO, Maria Glória; BATISTA, Luis Eduardo; CHEREGATTO, Raiani (org.). Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe.* São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 453-470.

RIVERO, José Gil; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Aprendizaje y participación en situaciones de conflicto laboral. Reflexiones a partir del caso “cabins de teléfonos de Sevilla”. *In: SIRIGNANO, Fabrizio Manuel; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Apprendimento, cittadinanza e partecipazione una prospettiva dal Sud de l'Europa.* Napoli: Università degli Studi Suor Orsola Benincasa, 2013. p. 65-83.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. O ensaio como tese: estética e narrativa na composição do texto científico. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

- ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Mulheres negras, vozes insurgentes na coragem de ser, viver e lutar contra o genocídio da população negra. *In*: FEFFERMANN, Marisa; KALCKMANN, Suzana; NKOSI, Deivison Faustino; OLIVEIRA, Dennis de; CALADO, Maria Glória; BATISTA, Luis Eduardo; CHEREGATTO, Raiani. (org.). *Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 213-232.
- ROVAI, Renato. *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. Buenos Aires: Clacso, out. 2018.
- RUBBO, Denin Irineu Alfaro. *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta camponesa*. São Paulo: Alameda, 2016.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.
- SÁNCHEZ LONDOÑO, Johanna. Implicaciones de la dimensión política en el proceso de formación inicial de maestros: un aporte a la educación ciudadana. *In*: ALBA FERNÁNDEZ, Nicolás de; GARCÍA PÉREZ, Francisco; SANTISTEBAN FERNÁNDEZ, Antoni. *Educación para la participación ciudadana en la enseñanzadelas Ciencias Sociales*. Espanha: Díada, 2012. p. 443-448. 2 v.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. *Oficinas do CES*, Coimbra, n. 134, 1999.
- SARTRE, Jeal-Paul. Prefácio. *In*: FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.
- SAWARD, Michael. Performative representation. *In*: VIEIRA, Mónica (ed.). *Reclaiming representation: contemporary advances in the theory of political representation*. New York: Routledge, 2017. p. 1-18.
- SILVA JÚNIOR, H. Debates atuais: cotas para negros nas universidades. *In*: ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (org.). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007. p. 431-433.
- SILVA, Alberto da Costa e. Escravidão e liberdade. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 13-16.
- SILVA, Givânia Maria da. Um olhar cruzado pelo ser quilombola. *In*: MELO, Paula Balduino de; COÊLHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Dienne Ellen Tavares. *Descolonizar o feminismo*. Brasília: Editora IFB, 2019, p. 80-93.
- SILVA, Kelly da; REMÍDIO, Rayssa de Cássia Almeida. Ações afirmativas e diversidade: trajetória e desafios da Universidade do Estado de Minas Gerais. *In*: AMORIM, Érika Oliveira; BARDUNI FILHO, Jairo (org.). *Mulheres, crianças e negritudes*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2019. p. 83-112.
- SILVEIRA, Daniele Maria Neves da; ORSO, Paulino José. O movimento escola “sem” partido e a “doutrinação” liberal no atual contexto brasileiro. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). *Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 245-264.

- SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido, *In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). Escola sem partido ou a escola da mordaza e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 17-48.
- SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2017.
- SORJ, Bila. O feminismo como metáfora da natureza. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 143-150, 1992. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38126508012>. Acesso em: 31 maio 2020.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Marcos Leonardo de. *Educação no Brasil: Darcy Ribeiro e a crise da educação*. Só Escola, 25 jul. 2007. Disponível em: <https://www.soescola.com/2018/07/educacao-no-brasil.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- SOUZA, Maria Antônia de. A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos programas de pós-Graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 36, p. 443-461, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300005>. Acesso em: 4 ago. 2019.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SUAREZ, R. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 191-198, 2005.
- TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo: primeiras reflexões. *Revista Colômbia Internacional*, Bogotá, n. 71, p. 63-83, jan./jun. 2010.
- TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e sistema político: um diálogo (preliminar) com a literatura. *In: ENCONTRO DA ABCP*, 6. São Paulo. 2007. *Anais*. São Paulo, UniCAMP, Campinas, 2007.
- THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Tradução de Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 105-116.
- TRINDADE, Thiago. A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, jan./abr. 2018.
- TRINDADE, Thiago. As ruas e a política no Brasil. *Blog Demodê*, [S.l.], 2016. Disponível em: <https://grupo-demode.tumblr.com/>. Acesso em: 4 ago. 2019.
- TRINDADE, Thiago. Lei antiterrorismo: um ataque à democracia brasileira. *Blog Demodê*, [S.l.], 2015. Disponível em: <https://grupo-demode.tumblr.com/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

URBINATI, Nadia. *Representative democracy*. Chicago: University of Chicago, 2006.

VIEIRA, Anne Karoline Rodrigues. *Revista Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 71-100, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.31068/tp.28204>.

VYGOTSKY, L. S. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 71, p. 45-78. 2000. Manuscrito de 1929.

WEBER, José Fernandes. *Formação (Bildung), educação e experimentação em Nietzsche*. Londrina, Eduel, 2011.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

## APÊNDICE A – Produto Técnico



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO



Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação – EAPE

Diretoria de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa – DIOP

### PROPOSTA PARA CURSOS ELABORADOS POR SUBSECRETARIAS, CREs E DEMAIS PARCEIROS

Nome do curso: Cultura política: outra leitura possível				
Proponente: Maria dos Remédios Rodrigues				
Modalidade: Híbrido			Vagas: 60	
Carga horária: 90	Horas diretas: 42	Total de encontros presenciais: 14	Horas indiretas: 18	AVA: 30
Período do curso: 2º semestre de 2020			Quantidade de Turma(s): 02	
Público Alvo		Professor da rede pública de ensino do Distrito Federal		
Pré- requisito: Não tem pré-requisito				
<p><b>Objetivos:</b></p> <p><b>Geral:</b> Possibilitar aos professores formação amparada na reflexão sobre democracia, cidadania, emancipação humana e pobreza política, em um local de encontro entre a educação e a ação política, a fim de que os mesmos alcancem níveis de consciência crítica com a finalidade de olhar o mundo a partir de uma base humanística e formação autoral que de alguma forma repercuta em sua prática.</p> <p><b>Específicos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Dialogar sobre a importância do ato de saber ler a realidade na constituição da cultura política do professor e de sua atuação;</li> <li>b) Argumentar uma educação estruturada nas dimensões cidadania, democracia e emancipação humana;</li> <li>c) Projetar e elaborar atividades de aprendizagem referentes à produção de textos sendo o professor autor, cientista e pesquisador;</li> <li>d) Mediar temas relacionados ao desenvolvimento de ações que possam possibilitar o abandono da pobreza política com críticas e autocríticas incluindo projeto alternativo;</li> <li>e) Valorizar a experiência de vida de cada pessoa respeitando suas individualidades e como cada uma recebe e encara a vida;</li> <li>f) Pensar de maneira não convencional para alcançar uma perspectiva que permita um olhar político e uma prática política diferente diante o estudante.</li> </ol>				
<p><b>Ementa/Conteúdo:</b></p> <p>O conceito de cultura política e a noção de resistência cotidiana; Leitura crítica da realidade como dispositivo para a transformação social com abandono da pobreza política; Dimensões da educação: cidadania participativa, democracia coletiva e emancipação humana social; Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais com autonomia; Compreensão da relevância</p>				

da experiência de vida pessoal e/ou profissional de cada pessoa; A negação como possibilidade de que fazer diferente é possível; Produção social da consciência crítica e internalização dos valores de justiça e igualdade; A legitimidade do conflito e a necessidade de coesão social; Dominação, poder e opressão; Imparcialidade e diferença.

**Aspectos Teórico-Methodológicos:**

As atividades de aprendizagem serão mediadas no ambiente físico e também no ambiente virtual, esse último, acontecerá por meio da Plataforma *Moodle*. Serão utilizados vários recursos mediacionais de acordo com a demanda e conjuntura do tema, sendo eles: dinâmicas, tirinhas da Mafalda, manchetes de jornais/revistas físicas e/ou on-line, vídeos de curta duração, artigos científicos, fóruns na Plataforma Moodle e desenvolvimento de atividades na escola.

<b>Justificativa</b>	<p>Durante a trajetória da pesquisadora que propõe este curso, como professora, articuladora, assessora e coordenadora pedagógica em espaços educacionais públicos do Distrito Federal, foi possível observar a ausência de cultura política por parte da comunidade escolar, com destaque para o professor. Em reuniões pedagógicas, encontros que participei como expectadora e/ou mediadora, a fala proferida pela maioria era marcada pela pobreza política, pela ausência de olhar político para o outro, para o coletivo. O que gerou em mim angústia e dúvidas sobre que tipo de atuação política ocorre em sala de aula.</p> <p>Diante disso, a premissa que norteia este curso é que a educação assume papel mediador e político fundamental para a emancipação humana por meio da consciência crítica. Esta, por sua vez, sofre múltiplos condicionamentos, tanto da questão política quanto da realidade histórica e social. Nesse sentido, Souza (2017) adverte que não podemos seguir o caminho que a classe dominante traçou para nós. Essa é a peça que nos falta no quebra-cabeça. As pessoas devem ler para serem tocadas e modificadas de alguma forma. Consequentemente, transformar a sociedade. E essa leitura passa pela leitura de mundo, pela leitura da realidade, pela leitura política. Caso essa leitura crítica e autocrítica não aconteça, acabamos contribuindo para a manutenção do <i>status quo</i>, para a retirada de direitos humanos e trabalhistas.</p> <p>O caso das publicações das falácias divulgadas, reproduzidas, curtidas e compartilhadas em redes sociais, principalmente <i>Facebook</i> e <i>WhatsApp</i> a respeito da atuação do professor em sala de aula que perpassa pelo uso do Kit gay, a mamadeira de piroca, são provas concretas de que a leitura política deixou de acontecer. Falas totalmente baseadas em suposições, que se transformaram em verdades (ROVAI, 2018), sem crítica, sem reflexão, sem questionamento, nos deixando a impressão de que a verdade como valor acabou.</p> <p>É no processo educativo que acontece a passagem para o igualitarismo e o trabalho desenvolvido nas escolas se vincula a esse processo. Percebe-se que as forças que lutam pela manutenção do <i>status quo</i> doutrinam o estudante para repetir o passado de escravidão e alienação, por reproduzir a escola tradicional elitista que mantém a desigualdade, em vez de emancipar o estudante filho do trabalhador.</p> <p>Conforme Demo (2019), nos deparamos com uma política excludente, com uma falta de leitura de mundo que vem, aos poucos, ampliando a desigualdade. Diante disso, faz-se necessária a cultura política, pois os brasileiros estão externando seus sentimentos de ódio às minorias políticas (negro, índio, mulher) de forma brutal, a ponto de provocar o aumento consideravelmente da violência física e moral.</p>
----------------------	---

<b>Fundamentação Teórica</b>	<p>O curso pretende apresentar debates centrais na área da educação, que dizem respeito à democracia e ao sentido da cultura política; à cidadania e ao dilema da participação; à emancipação humana e sua relação com a sociedade; à pobreza política e seus desafios presentes. Serão abordadas correntes teóricas diversificadas, com destaque para vertentes críticas vinculadas aos direitos humanos e a legitimidade do conflito social. Para tal, está organizado de acordo aos pensamentos dos diferentes autores, tendo como principais interlocutores: Adorno (2003), Bourdieu (1981), Demo (2018, 2019), Freire (1987, 1986), Souza (2017), Pérez (2017), entre outros.</p> <p>As literaturas estudadas propõem discussões profundas e assertivas para assistir à ampliação e materialização de possíveis mudanças conceituais acerca do poder da cultura política. Destarte, ampliam a percepção em relação ao fato de que as pessoas podem ter acesso a uma vida mais digna e igualitária, pois ainda somos produto da relação casa grande senzala, e os donos do poder ainda possuem um pacto para perpetuar uma sociedade cruel, forjada na escravidão (SOUSA, 2017), em que a concentração de renda está centrada nas mãos de 1% dos habitantes do país, segundo a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018.</p>
<b>Avaliação</b>	<p>Serão avaliadas: 1. Atividades em sala, a saber: participação em debates, sugestão de temáticas para o diálogo que estejam dentro da linha de pensamento do curso, cooperação e colaboração entre os pares, projeção e elaboração de atividades de aprendizagem. A avaliação pode ser em grupo e/ou individual, depende da situação; 2. Atividades na Plataforma Moodle, como: contribuição em fóruns após leitura de textos indicados, compartilhamento de atividades relacionadas ao tema do curso, socialização de artigos, livros em consonância com a linha do curso. Tanto em grupo como individual, a depender da demanda; 3. Atividades na UE por parte do professor, sendo: projeção, elaboração e execução de atividades de aprendizagem relacionadas à linha de pensamento do curso. 4. Consentaneamente, se possível, atividades extras não avaliativas, como: produção de artigo científico com vistas à publicação em revista especializada.</p> <p>Cabe acentuar que se avalia não por prova, mas o que os estudantes produzem, sua autoria, individual e/ou coletiva.</p>
<b>Referências</b>	
<p>ADORNO, Theodor W. <i>Educação e emancipação</i>. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.</p> <p>AGUILERA PORTALES, Rafael Enrique; SÁNCHEZ GARCÍA, Francisco Ramiro. Cultura política, sociedad civil y gobernabilidad democrática. <i>Letras jurídicas</i>, Madrid, n. 10, p. 1-18, primavera 2010.</p> <p>AMARTIA, Sen. <i>A ideia de justiça</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. <i>O poder simbólico</i>. Lisboa: Difel, [1981]. p. 163-207.</p> <p>DEMO, Pedro. Atividades de aprendizagem - Sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. Campo Grande: SED-Gov. 2018. Disponível em: <a href="https://drive.google.com/file/d/1FKskDCxNB422PVhrjrDjD48S4cjsb77-/view">https://drive.google.com/file/d/1FKskDCxNB422PVhrjrDjD48S4cjsb77-/view</a>. Acesso em: 2 jun. 2020.</p> <p>DEMO, Pedro. <i>Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades</i>. Brasília: LiberLivro, 2004.</p>	

DEMO, Pedro. Pobreza política e emancipação. [Blog] Prof. Pedro Demo, Brasília, 2018. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. Acesso em: 1 jul. 2019a.

DEMO, Pedro. Desobediência civil. [Blog] Prof. Pedro Demo, Brasília, 2019d. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. 2019d. Acesso em: 1 jul. 2019b.

DEMO, Pedro. Conhecimento científico: crítico autocrítico. [Blog] Prof. Pedro Demo, Brasília, 2019d. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com>. 2019c. Acesso em: 1 jul. 2019.

DIEGO ROMERO, Javier de. El concepto de “cultura política” em ciencia política y sus implicaciones para la historia. *Ayer*, Madrid, n. 61, p. 233-266, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1989.  
[http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia\\_ato\\_ler.pdf](http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf). Acesso em: 2 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 18, n. 4 [78], p. 906-926, out./dez. 2018.

GARCIA PÉREZ, Francisco; ALBA FERNÁNDEZ, Nicolás de. Educar en la participación como eje de una educación ciudadana. reflexiones y experiencias. *Didáctica Geográfica*, 3. época, p. 243-258, 2007.

GARCIA PÉREZ, Francisco. Una educación para comprender los problemas del mundo e intervenir críticamente, 2017. In: CRUZ, Concepción; IBÁÑEZ, Cristina, MORENO, Susana (ed.). *El traje del emperador: 13 propuestas para desnudar el poder*. Sevilla: Atrapasueños, 2012. Chapter: 11, p.259-282.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José; ZAMORA-SERRATO, M. Los profesores y los desafíos de las diversidades y de las migraciones en España: formación y políticas. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 28, n. 68, 275-296, 2019. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/issue/view/521/showToc>. Acesso em: 2 jun. 2020.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística, Campinas, n. 19, jan./abr. 2002.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia*

radical. Barcelona: Paidós, 1999. (Introdução, "Por un pluralismo agonístico", p. 11-25).

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. *Antes de Auschwitz: ensaio sobre autobiografia e formação em Elias Canetti*. 2015.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; CASTAÑO GAVIRIA, Ricardo; SOUZA, Elizeu Clementino. (2018). Pedagogía de la resistencia: la negación como pieza de (de)formación. *Praxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 94-111. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2018-220209>. Acesso em: 5 ago. 2019.

### Cronograma

Mês	data	Atividade
Agosto	04/08	1º Encontro: Apresentação do plano de curso, cronograma, professora e participantes.
		Diálogo sobre expectativas e motivações para ingresso.
		Horas Indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização:
	11/08	2º Encontro Introdução aos conceitos O conceito de cultura política e a noção de resistência cotidiana.
18/08	3º Encontro	Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais com autonomia.
	Horas indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.	
25/08	4º Encontro Leitura crítica da realidade como dispositivo para a transformação social, com abandono da pobreza política.	
Setembro	01/09	5º Encontro
		Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
	Horas indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.	
	08/09	6º Encontro Dimensões da educação: cidadania participativa, democracia coletiva e emancipação humana social.
15/09	7º Encontro	Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
	Horas indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.	

	22/09	8º Encontro Compreensão da relevância da experiência de vida pessoal e/ou profissional de cada pessoa.
	29/09	9º Encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
		Horas indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.
Outubro	06/10	10º encontro A negação como possibilidade de que fazer diferente é possível.
	13/10	11º encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
		Horas indiretas: Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.
	20/10	12º encontro Produção social da consciência crítica e internalização dos valores de justiça e igualdade.
	27/10	13º encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização:		
Novembro	03/11	14º encontro A legitimidade do conflito e a necessidade de coesão social.
	10/11	15º encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
		Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.
	17/11	16º encontro Dominação, poder e opressão.
	24/11	17º encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
Leitura do(s) texto(s) para a próxima aula e elaboração de problematização.		
Mês	data	Atividade

Dezembro	01/12	18º encontro Imparcialidade e diferença.
	08/12	19º encontro Elaboração e apresentação de atividades de aprendizagem autorais, com autonomia.
		Horas indiretas: Registro sobre os conceitos estudados – mapa mental. Autoavaliação no curso.
15/12	20º encontro Encerramento e avaliação do curso.	